

**ATA**

**N.º 07/2019**

**SESSÃO ORDINÁRIA  
DA  
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE**

**Realizada em  
25 de novembro de 2019**

**ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ESPOSENDE, REALIZADA EM 25 DE NOVEMBRO DE 2019:**

---Aos vinte e cinco dias do mês de novembro do ano dois mil e dezanove, nesta cidade de Esposende e no Fórum Municipal Rodrigues Sampaio, reuniu em sessão ordinária a Assembleia Municipal de Esposende, expressamente convocada para o efeito, sob a presidência de José Agostinho Veloso da Silva, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal.-----

---A reunião da presente sessão foi secretariada pelos Primeiro e Segundo Secretários da Mesa, respetivamente, António José Pereira Morgado e Jaqueline Casado Afonso Areias.-----

---Para além dos membros da Mesa, encontravam-se presentes os seguintes membros:-----

Otilio da Silva Hipólito, em substituição de Manuel Albino Penteado Neiva,  
Sandra Nair Teixeira de Sá Bernardino,  
Tito Alfredo Evangelista e Sá,  
Luzia Morgado Domingues Cavalheiro, em substituição de Luciana Brochado Azevedo,  
João Eduardo Loureiro Faria, em substituição de Maria Alexandra Campos Esteves Faria de Vilar,  
Ernestino Alves Magalhães, em substituição de Manuel Miranda Losa,  
Fernando Manuel da Silva Carvalho,  
Anabela Solinho Martins,  
Manuel Fernando Lima de Meira Torres,  
Maria Goreti Cardoso Lima,  
Carlos Jorge Vicente Capitão,  
Manuel Fernando Morgado Carvoeiro, em substituição de Manuel José Cepa Pires Carneiro,  
Baltasar Almeida Costa,  
José Manuel Cruz Silva,  
José Maria Losa Esteves,  
Elisabete Ferreira Martins Santos,  
Tânia Sofia Lima Mota,  
Carla Alexandra Sá Pereira Morais Miquelino,  
Manuel José Sampaio Viana,  
Manuel António Lima Torres Ribeiro,  
Eduardo Oliveira Maia,  
Mário Pires de Boaventura,  
Luís António Sequeira Peixoto,  
Manuel Eiras Martins de Abreu,  
Aurélio Mariz Neiva,  
Carlos Veiga Escrivães, e  
Mário Ferreira Fernandes.

---Sendo 21 horas e 15 minutos, verificando-se a existência de “quórum” para o funcionamento da Assembleia, pelo Presidente da Mesa foi declarada aberta a sessão, encontrando-se presente o Presidente da Câmara Municipal, António Benjamim da Costa Pereira, em representação

desta, bem como dos Vereadores:  
Alexandra Suzana Abreu de Faria Carvalho Roeger,  
António Sérgio Moreira Mano,  
Rui Manuel Martins Pereira,  
Maria Angélica Barros Tomé da Cruz e  
António Manuel da Cruz Azevedo Abreu.-----



Verificando-se a ausência do Vereador Mário Rui Pereira Ferreira Neiva Losa, por se encontrar em período de gozo de férias.-----

**01 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: \_\_\_\_\_**

**01.01 – APROVAÇÃO DA ATA DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL, REALIZADA EM 30 DE SETEMBRO DE 2019 – PROPOSTA DE APROVAÇÃO.-----**

Foi presente a ata da sessão deste órgão, realizada no passado dia trinta de setembro de 2019 e cuja cópia foi distribuída por todos os seus elementos:-----

Atendendo às chamadas de atenção dos Grupos Políticos do PCP e do CDS sobre a necessidade de se proceder a algumas pequenas correções da Ata, por sugestão do Presidente da Mesa, a mesma será aprovada na próxima Assembleia Municipal, após retificação, de acordo com informação a remeter pelos deputados em questão.-----

**01.02 – CORRESPONDÊNCIA DIVERSA – PARA CONHECIMENTO.-----**

Foi dado conhecimento, pelo Presidente da Mesa, da correspondência recebida, tendo neste momento referido que a mesma foi distribuída por todos os membros da Assembleia Municipal.-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

**01.03 – INTERVENÇÕES DOS SENHORES DEPUTADOS MUNICIPAIS E DOS SENHORES PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA.-----**

Interveio o Deputado Municipal, Otilio Hipólito, do Grupo Político do PPD/PSD, começando por apresentar dois votos de pesar, subscritos por todos os Grupos Políticos com exceção do Grupo Político do Partido Socialista e que se transcrevem:

**1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MANUEL JOSÉ NUNES IGREJA BEIRÃO.**

*“Foi com profunda consternação que recebemos a notícia da morte do Dr. Manuel José Nunes Igreja Beirão, no passado dia 8 de outubro.*

*Nascido em Esposende a 18 de setembro de 1951, o Dr. Manuel José Nunes Igreja Beirão foi Pediatra de profissão, tendo desempenhado, na década de 90, funções de vereador na Câmara Municipal de Esposende, eleito pelo Partido Socialista.*

*Pelos seus serviços prestados no âmbito da sua atividade profissional e cívica, esta Assembleia, na sua reunião de hoje, dia 25 de novembro de 2019, propõe que seja aprovado um voto de pesar pelo seu falecimento e que desta deliberação seja dado conhecimento à digníssima família.*-----

## **2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MANUEL NEIVA LOSA.**

*“Manuel Neiva Losa nasceu na Freguesia de Marinhãs, no dia 14 de novembro de 1951. Foi trabalhador em funções públicas, na carreira Técnica Superior, na Administração Regional de Saúde do Norte – Sub-Região de Saúde de Braga.*

*Exerceu funções de Técnico Superior no Município de Esposende, em regime de mobilidade, entre 18 de agosto de 2008 e 31 de dezembro de 2014, tendo sido responsável pela coordenação do Serviço Municipal de Proteção Civil, sendo sempre empenhado e firme nos projetos em que se envolvia, razão pela qual foi distinguido com um voto de louvor.*

*Faleceu a 23 de novembro de 2019, com 68 anos de idade, de uma forma inesperada quando ainda tinha muito para dar à comunidade.*

*Neste momento de dor, os membros do órgão deliberativo, de todas as bancadas políticas, associam-se à família de Manuel Neiva Losa, endereçando as mais sentidas condolências, propondo que seja aprovado um voto de pesar por tão doloroso acontecimento.*

*Mais propomos que, esta deliberação seja comunicada, por escrito, à digníssima família.*-----

De seguida fez a intervenção política que se transcreve:

*“Ex.mo Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende*

*Ex.mo Senhor Presidente da Câmara*

*Senhoras e Senhores Vereadores*

*Senhoras e Senhores Deputados Municipais*

*Falando de política local, chegados a meio do atual mandato e ao momento de aprovar os documentos previsionais para o ano de 2020, não podemos deixar de felicitar o senhor Presidente da Câmara e toda a sua equipa, pelos excelentes resultados alcançados com a sua ação governativa ao longo dos últimos anos. Uma ação governativa que, alicerçada em sucessivos e ambiciosos orçamentos, têm possibilitado a projeção do nome de Esposende fora de portas, não só pela qualidade de vida que proporciona aos seus habitantes e àqueles que nos visitam, como também, pela rigorosa e boa gestão que faz dos dinheiros públicos que tem à sua disposição.*

*Desde logo, não podemos deixar de realçar e congratular o executivo municipal pelo lugar de destaque que alcançou na edição de este ano no Anuário Financeiro dos Municípios Portugueses. Uma vez mais, relativamente ao desempenho financeiro, o Município de Esposende é o melhor Município de média dimensão do Minho e o segundo melhor da região Norte. Quando comparado com os municípios de grande dimensão, ficou ainda, no segundo lugar de entre os 14 Municípios do distrito de Braga.*



*Sr. Presidente*

*Senhoras e Senhores deputados municipais*

*Porque gerir bem é cuidar do dinheiro dos Esposendenses, os executivos liderados pelo arquiteto Benjamim Pereira, têm-nos habituado a orçamentos ambiciosos, equilibrados, mas acima de tudo, realistas, rigorosos e direcionados para as pessoas.*

*Falamos de orçamentos realistas por serem orçamentos exequíveis e porque neles, não se comprometem verbas que não se têm e não se anunciam obras sem antes se garantirem os projetos.*

*Falamos de orçamentos rigorosos, porque à semelhança do que sucede com a proposta de orçamento para o ano de 2020, apesar de uma previsão de investimentos nunca antes vista em Esposende, não há lugar a desvios no rigor da gestão financeira, enquanto se mantem a aposta na política de redução da dívida e de redução de impostos.*

*Concretamente, e em relação à dívida, após ter sido eleito em 2013, o executivo liderado pelo arquiteto Benjamim Pereira, herdou uma dívida de cerca de 8 milhões de euros.*

*Ao longo dos últimos 6 anos, o executivo foi abatendo a essa dívida, cerca de 800 000€/ano, chegando ao final de 2019, e contabilizando os empréstimos entretanto contraídos, a uma dívida de cerca de 5.9 M€. Até ao final do atual mandato, tendo em conta os investimentos já concretizados e em curso, e considerando o empréstimo que o município pretende contrair no âmbito implementação do plano de investimentos das freguesias, o valor da dívida irá ficar em cerca de 7.7M€, ou seja abaixo do valor que a dívida do município registava no ano de 2013.*

*Este modelo de gestão, permitiu ao município chegar ao final de 2019, com uma capacidade de endividamento de cerca de 18/19M€, quando em 2013 ascendia aos 14 M€, facto relevante para um município da dimensão de Esposende, numa altura em que, para se almejar concorrer aos diversos programas de investimento ou viabilizar a concretização de obras de relevo no concelho, é necessário demonstrar rigor na gestão e condições financeiras adequadas para ser-se credível junto das entidades financiadoras.*

*A par da política de redução da dívida e do rigor na gestão financeira, a pensar nas famílias, o executivo tem sabido manter uma política de redução de impostos eficaz e benéfica para as famílias. Destacamos nesta área, o valor da taxa de IMI cobrado no concelho, que ao longo dos últimos 4 anos se tem fixado nos 0,3%. Uma taxa que tem possibilitado uma poupança aos munícipes de cerca de 2M€/ano, ou seja, cerca de 8M€ ao longo de 4 anos, caso fosse cobrada a taxa máxima de 0,45%.*

*Mas, enquanto se paga dívida e se reduzem impostos, pela análise da proposta dos documentos previsionais apresentados pelo executivo, registamos com agrado que o executivo se propõe continuar a investir fortemente na melhoria da qualidade de vida das pessoas e na melhoria dos equipamentos e infraestruturas do concelho. Exemplo disso, é a continuação na aposta ganhadora que foi, e continua a ser, o plano de investimentos implementado em todas as freguesias do concelho, onde foram (e estão a ser) atendidas reivindicações e honrados compromissos antigos da população do concelho. Nunca no concelho o investimento foi tão avultado, estando em curso obras que atingem o montante de cerca de 14.5M€.*

*Por todos estes motivos, pelos resultados alcançados ao longo dos últimos anos e pela forma de estar e de servir a causa pública que este executivo tem demonstrado, o grupo político do PSD não pode deixar de acatar com agrado e de se congratular pela proposta de orçamento que o executivo nos trouxe a esta Assembleia. Pois é uma proposta estruturante que nos dá*

*garantias de que o concelho se manterá na linha da frente do desenvolvimento e irá continuar a melhorar a qualidade de vida dos Esposendenses.*

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal  
Senhor Presidente da Câmara  
Senhoras e Senhores vereadores  
Senhoras e Senhores deputados municipais*

*Com a realização da presente assembleia, e como dissemos no início desta intervenção, assinalamos um marco importante – já cumprimos dois anos de mandato. Dois anos com a marca de querer fazer máis e melhor por Esposende.*

*Entretanto, noutras instâncias, superiores é claro, um novo mandato legislativo inicia-se e há um novo governo eleito. Aproveitamos, por isso, a oportunidade para em sessão pública da Assembleia, reconhecer com espírito democrático os resultados eleitorais e prestar os devidos cumprimentos ao PS, pela vitória legislativa.*

*Contudo, passados dois meses, constatamos que o novo governo, tem como marca a continuidade... e por isso, continua a falta de aposta em reformas estruturais necessárias para alavancar o país para os níveis que crescem os países mais pequenos da Europa.*

*Continua a não concretização de investimentos, como é o exemplo da suspensão, adiamento ou cancelamento dos projetos para a ferrovia nacional.*

*Continua a degradação do Serviço Nacional de Saúde, agora revelada com o encerramento da urgência pediátrica Garcia da Horta ao fim de semana, e a exigência de cumprimento de horas extras aos médicos dos centros de saúde para fazer face a esse encerramento.*

*Continua o discurso de prometer a devolução de rendimentos, mas mantém-se a mais alta carga fiscal dos últimos vinte anos, com a possibilidade de mais um aumento da carga tributária no próximo orçamento de estado.*

*Continuam as cativações que sufocam e prejudicam o bom desempenho dos serviços públicos.*

*Continua o discurso das contas certas, mas os recados de Bruxelas sobre os riscos de incumprimento aumentam... e adaptando a este governo o lema das pilhas duracell, podemos afirmar que este governo continua, continua e continua, de promessa em promessa, adiando o concretizar de Portugal.*

*Em contrapartida, aumentam as manifestações, como constatamos semana após semana. Na verdade, ainda na semana passada assistimos a mais uma manifestação, desta vez, dos polícias, que face às condições adversas que enfrentam, provocadas pelos ordenados baixos, a falta de meios de proteção individual e pessoal é pela aquisição a título pessoal de fardas e armamento, bem como pelas instalações de trabalho degradadas e equipamentos antigos e obsoletos, exigem, com justiça e legitimidade, um caderno de reivindicações que tarda em ser resolvido e concluído.*

*Mas, perante isto, continua o discurso de que as queixas dos polícias serão atendidas nesta legislatura.*

*Mas são várias as áreas onde a aplicação de medidas populares é a marca do antigo e do atual governo. Na educação, por exemplo, onde fomos surpreendidos com a política de não retenção de alunos, com passagens administrativas dos mesmos, sustentada pelo facto do chumbo ser bastante oneroso para os cofres do Estado.*

*Continua o novo governo a frustrar os objetivos da comunidade escolar, declarando o fim dos chumbos por decreto, em vez de propor um diálogo sério, profundo e rigoroso que permita*

*dotar as escolas com os meios necessários para erradicar do sistema de ensino, os chumbos e a inclusão de todos os alunos.*

*Senhor Presidente, perante a continuação do facilitismo operado pelo do Governo português, termino formulando um desejo: o desejo de que o governo deixe de rumar ao sabor das vacas voadoras e tome, uma vez por todas, as rédeas do destino de Portugal!"*-----

Intervenção de seguida a deputada Municipal, Tânia Mota, do CDS-PP, começando por apresentar um voto de saudação que se transcreve:

*"Boa noite a todos, os meus cumprimentos,  
Senhor Presidente começava por fazer e apresentar um voto de saudação.*

***1 – VOTO DE SAUDAÇÃO AOS EXECUTORES DO 25 DE NOVEMBRO, PELO CONTRIBUTO DECISIVO PARA O CUMPRIMENTO DA DEMOCRACIA PLURALISTA QUE HOJE CONHECEMOS.***

*"Comemora-se hoje o fim do processo revolucionário em curso (PREC). Devemos, pois, uma saudação aos militares do Regimento de Comandos, na Amadora, que impediram uma tentativa de golpe de uma facção mais radical das Forças Armadas. Eram os chamados moderados do Movimento das Forças Armadas, afetos ao Grupo dos Nove, liderado por Melo Antunes.*

*Conscientes de que sem 25 de Novembro não conheceríamos hoje a democracia como conhecemos, merecem pois uma saudação aqueles militares, bom como todos quantos se viram durante aquele período perseguidos, e foram muitos!*

*Assim, a AM de Esposende delibera propor a aprovação de um voto de saudação aos executores do 25 de Novembro, pelo contributo decisivo para o cumprimento da democracia pluralista que hoje conhecemos."*-----

De seguida fez a intervenção política que se transcreve:

*"Isto posto, farei aqui uma breve intervenção, também a propósito do dia 25 de novembro, dia internacional pela eliminação da violência contra as mulheres. E, fazendo uma intervenção no sentido de dizer que, bom preferíamos não falar aqui, e hoje, da existência deste dia, no entanto, mostra-se não só necessário, mas essencial para abanar mentalidades e para podermos progredir no sentido da menorização e mesmo da eliminação da violência seja ela contra quem for, mas hoje, cabe aqui falar das mulheres.*

*E, atendendo a esta situação, pensamos que o concelho de Esposende pode e deve dar o seu contributo efetivo e fazer mais e melhor. Parece-nos que poderemos caminhar no sentido de reforçar e executar ativamente um Plano Municipal para combater e prevenir, e a prevenção junto das gerações mais novas, ou mais jovens mostra-se essencial, atendendo aquilo que são os números que se conhecem da violência no namoro, no sentido de se combater e prevenir então a violência doméstica. Fica lançado o repto ao município, não obstante sabermos e termos também em consideração isso, que são conhecidas algumas ações de prevenção levadas a cabo também pelo próprio município, o que entendemos é que devem ser reforçadas e de forma mais ativa e visível.*



*Entretanto levantaria aqui algumas questões, a primeira delas, relativa ao tema "Ensino Superior em Esposende", dizendo o seguinte: vamos dizendo que sim, que temos ensino superior, sem que, no entanto, pelo menos nos apercebamos dele. Eu pelo menos, não me apercebo. É evidente que às vezes podem confundir-se conceitos, nomeadamente, confundirem-se ações de formação com estudos superiores. Mas, também, temos que ter em consideração que, com ações de formação não podemos dizer que temos ensino superior aqui no concelho. A propósito de ensino superior, eu devo dizer o seguinte: até estaríamos de acordo com o ensino superior no concelho, fosse ele efetivo e fosse ele vocacionado com vista ao desenvolvimento do concelho, designadamente das áreas da agricultura e também atendendo aquilo que deveria ser o desenvolvimento da economia relacionada com o rio e com o mar. Nós, Esposende, somos o único concelho do distrito de Braga com mar, bem poderíamos e deveríamos aproveitar esse recurso natural que é único, desenvolvendo, formando recursos, para esse efeito. Mas, o que é certo, é que as opções são outras, opções essas com as quais não podemos concordar, e não concordamos porque elas não revelam estratégia e visão de futuro para o concelho e, a este propósito, e a propósito então do tal ensino superior no concelho de Esposende, esse de que falam e que eu ainda não vi, a pergunta que eu deixo é a seguinte: qual é que é o retorno desse investimento para o concelho? E pretendia também saber se o retorno é de facto para o concelho, ou se porventura é para o Instituto Politécnico que se propõe trazer para cá esse referido ensino superior.*

*Entretanto, falava novamente, e sendo certo que este é já um assunto residente nesta Assembleia, do Centro de Negócios. E já nem vou falar das elevadíssimas verbas que foram gastas e que vêm sendo gastas com o Centro de Negócios, apesar de ninguém ter ainda visto nascer no concelho um qualquer negócio estratégico a propósito do referido Centro. Eu diria mais, bom Centro de Negócios, não será bem um Centro de Negócios Sr. Presidente, será mais um centro de despesas se me permitir, até agora pelo menos será mais um centro de despesas e, pergunto eu, neste momento, e para quê essas despesas? E pergunto eu e esta é uma pergunta que fazem todas as pessoas neste concelho, por isso era bom também que nos prestasse esclarecimentos quanto a isso. Mas, bom o que se vê é que terminaram as obras de fachada, mas, cumpre saber o que sucederá com as restantes obras que ficam em falta. Quando vão ser executadas e quando veremos nascer ali, de facto, negócios para o concelho.*

*E uma última pergunta a este respeito, as rendas continuam suspensas?*

*Entretanto dizer-lhe senhor Presidente o seguinte: Esposende tem vindo a ser notícia por péssimos motivos, não lhos vou elencar todos mas vou identificar dois. Primeiro, desde logo a Barra, depois temos as obras do saneamento junto à escola primária de Pinhote, escola aliás onde eu fui aluna, e perguntava-lhe o seguinte, quanto à barra, o que nos tem a dizer? Mas o que nos tem a dizer que no fundo seja solução, porque aquilo que vem sendo dito não é solução, e todos os dias continuamos a ver que temos ali um problema que, bem sei e admito que possa ser difícil de resolver, mas não pode é ser irresolúvel.*

*E depois também a mesma questão quanto às obras de saneamento no acesso à estrada da escola.*

*E, terminava com o seguinte: senhor Presidente, bem sei que, parece que se esqueceu, já me foi dito, mas perguntava-lhe a propósito do meu requerimento apresentado à mesa na última sessão desta Assembleia, o que me pode aqui dizer? É que, mais uma vez está sem resposta, e eu percebo até, que esteja muito ocupado e que lhe falte o tempo, nomeadamente porque dá justificações à comunicação social, fala das lideranças do PSD e dos respetivos apoios, mas depois para responder aos membros desta Assembleia e nomeadamente aos cidadãos do*



*concelho, parece que não quer responder, e o que é certo, é que essas pessoas que eu identifiquei no requerimento, estão sem resposta senhor Presidente, e eu quero as respostas, se fizer o favor, porque foi eleito foi para isso. Muito obrigada!"-----*

Intervenção de seguida o Deputado Municipal, Manuel Carvoeiro, do PCP, tendo feito a seguinte intervenção política:

*"Senhor Presidente da Assembleia  
Senhor Presidente da Câmara  
Senhoras e senhores vereadores  
Senhoras e senhores deputados  
Público presente  
Senhoras funcionárias que estão aqui a secretariar a Assembleia,*

*Senhor Presidente, há pouco tempo o PCP promoveu um magusto na zona da foz do Neiva e, durante esta iniciativa/convívio dos comunistas e seus amigos, fomos informados que está em vias de ser licenciada pela Câmara Municipal a ampliação/remodelação de uma vivenda, conhecida pela vivenda do dr. Teixeira de Sousa- não sei quem é, portanto, identificaram a vivenda como um edifício com azulejos cor-de-rosa, localizada na faixa dunar, direi até na duna primária, mesmo na zona da foz-. Assim, a primeira questão que emerge aqui colocar é se confirma ou não que está em vias de ser licenciada esta intervenção urbanística ou esta edificação.*

*A questão, no fundo, prende-se, com o seguinte: num tempo em que vemos o avanço do mar e processos erosivos acentuados na faixa mais litoral do nosso concelho, e não só, mas também em muitas faixas litorais deste país, mas aqui particularmente visível, num tempo em que se definem planos que contemplam o recuo pela via da demolições de edificações, concretamente na zona de Apúlia - Pedrinhas, num tempo em que a comunidade científica, a curto/ médio prazo, aponta, até 30 anos, que seremos confrontados com alagamentos de zonas costeiras do nosso concelho, Ofir-Fão, a marginal de Esposende, a faixa mais litoral de Apúlia, Antas, eu peço ao Senhor Presidente que contextualize, que preste a informação cabal sobre esta situação.*

*Senhor Presidente da Assembleia apresentaria agora uma moção com o seguinte teor:*

***1 – MOÇÃO PELA ADOÇÃO, POR PARTE DO GOVERNO, DE MEDIDAS URGENTES PARA O DESASSOREAMENTO DA ZONA ESTUARINA DO RIO CÁVADO E DEFINIÇÃO DE UMA CALENDARIZAÇÃO, PLURIANUAL DE DRAGAGENS.***

*"Os Pescadores de Esposende, num ato de verdadeiro desespero, denunciaram, recentemente, e mais uma vez, a falta de condições necessárias para o desenvolvimento da sua atividade. Neste âmbito, referiram, no fundamental, a inexistência da Barra do Cávado e o completo assoreamento de toda a zona estuarina.*

*Ora, face a este quadro problemático que, ano após ano, se repete, sem que sejam adotadas medidas tendentes à sua resolução, a Assembleia Municipal de Esposende, reunida em sessão ordinária o dia 25 de novembro de 2019, ciente desta realidade, reclama do Governo a*

*implementação de medidas urgentes, desde logo, o desassoreamento do canal na foz do Cávado, por forma a permitir as condições mínimas de segurança e navegabilidade. Mais reclama do Governo que, sem prejuízo das intervenções que importa encetar com carácter de urgência, defina uma calendarização plurianual de dragagens no Rio Cávado, com particular incidência na sua zona estuarina.”*-----

*Que esta moção se aprovada seja levada ao conhecimento do respetivo ministério, ministério do mar.*

*Senhor Presidente, vou-lhe entregar dois requerimentos, mas antes de o fazer vou lê-los nesta Assembleia, o primeiro diz o seguinte:*

*Senhor Presidente da Assembleia Municipal de Esposende*

*Na qualidade de membro da Assembleia Municipal de Esposende, e nos termos da al. j), nº 1 do art.º 14º do Regimento da dita Assembleia, requero a V.ª Ex.ª que diligencie no sentido de me ser fornecida cópia da ata referente à reunião da Comissão Permanente realizada no dia 30 de abril de 2019, agendada para analisar a proposta do PCP sobre a recomendação apresentada para o reconhecimento de interesse municipal de imóveis na zona das Pedrinhas-Apúlia.*

*Um segundo requerimento nestes termos:*

*No dia 24 de setembro de 2019, a Comissão de Utentes da Carreira Rodoviária da Auto Viação do Minho, Lda. reuniu com o Sr. Presidente da Câmara, Arquiteto Benjamim Pereira e com o Sr. Vereador Sérgio Mano, onde abordaram a temática da aplicação do Programa de apoio à redução tarifária nos transportes públicos – PART, onde solicitaram a adoção das melhores soluções que permitam estender os referidos apoios aos utentes titulares de passes sociais das carreiras da Auto Viação do Minho, Lda., que fazem a ligação diária dos concelhos da região de esposende e a Área Metropolitana do Porto, procurando, assim, o reconhecimento da equidade desta pretensão junto dos demais intervenientes neste processo, tudo no sentido de se encontrar uma solução justa e equilibrada, que permita a aplicação de um desconto às referidas carreiras inter-regionais, a exemplo do que ocorre nas grandes Áreas Metropolitanas e das articulações já acordadas entre estas e CIM vizinhas, v.g, CIM do Tâmega e Sousa e AMP, CIM Oeste e AML.*

*Nessa reunião foi reconhecido pelo Executivo Municipal, o trabalho desenvolvido pela “Comissão” de Utentes, tendo manifestado solidariedade com a sua luta.*

*Mais informou o Executivo Municipal à referida Comissão de Utentes que tudo faria, no que está ao seu alcance, para contribuir para uma solução que no futuro, nomeadamente no âmbito do PART, possa corresponder às expectativas da Comissão de Utentes e de todos os utilizadores regulares de transportes públicos.*

*Mais assumiu que, tendo o Executivo as mesmas preocupações que a Comissão de Utentes, iria realizar, junto dos operadores de transportes públicos, a aferição do número médio de passageiros que se desloca de forma frequente para destinos como Braga, Viana do Castelo e Porto, permitindo quantificar o valor em causa, para futuras diligências junto da CIM do Cávado, diligências que, segundo o Executivo, permitirão, através desta entidade, pressionar a Tutela, no sentido de esta inscrever em sede de Orçamento de Estado, verbas com valores*

*mais equitativos entre territórios, que assegurem um apoio às reais necessidades das populações, nomeadamente no que respeita a deslocações frequentes, entre cidades, por motivos profissionais, escolares ou de saúde, através da utilização de transportes públicos, tal como pretensão da Comissão de Utentes.*

*Ora, considerando que o Orçamento de Estado para 2020 se encontra em fase de elaboração Considerando, ainda, os compromissos do Executivo assumidos perante a mencionada Comissão de Utentes, desde logo, os plasmados nos anteriores pontos 4 e 5;*

*Requeiro, ao abrigo das disposições legais e regimentais aplicáveis, por intermédio de V.ª Ex.ª, que, com a máxima urgência, me sejam fornecidos, pela Câmara Municipal, relação detalhada das diligências que efetuou no sentido de dar cumprimento ao referido nos referidos pontos 4 e 5 supra.*

*Obrigado!"*

Interveio de seguida o Deputado Municipal, Tito Evangelista do Grupo Político do PS, tendo feito a seguinte intervenção política:

*"Senhor Presidente,  
Senhores deputados,  
Público em geral,*

*Vou apresentar dois votos de pesar idênticos a dois que já foram aqui apresentados, e explicar que depois de, na última Assembleia o PSD ter recusado, ou ter votado contra, um voto de Louvor de um atleta do concelho - karateca, que ganhou uma prova internacional, só porque foi apresentado pelo Partido Socialista, a partir de agora nós não subscrevemos mais voto nenhum, seja de que título for, que seja da iniciativa do PSD. Portanto, em todas as iniciativas nós apresentaremos os nossos próprios votos.*

**1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MANUEL JOSÉ NUNES IGREJA BEIRÃO.**

*"O Partido Socialista apresenta um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Manuel Igreja Beirão, Vereador do PS na Câmara Municipal de Esposende, e propõe, em caso de aprovação a comunicação à família, daquele insigne médico esposendense."*

**2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MANUEL NEIVA LOSA.**

*"O Partido Socialista apresenta um voto de pesar pelo falecimento do Dr. Manuel Neiva Losa, que foi responsável e desempenhou funções na Proteção Civil Municipal durante alguns anos, e foi participante ativo em muitas instituições esposendenses. Em caso de aprovação do presente voto a comunicação à família."*

*Bem, depois da intervenção do PSD, ficamos a saber que em Esposende está tudo bem, e, portanto, parte da intervenção foi dedicada a terras como Almada no seu hospital, a Bruxelas, etc. E portanto, eu resolvi dedicar esta intervenção, e queria fazer aqui uma ressalva, há muitos pontos que eu concordo com as intervenções dos meus antecessores, nomeadamente da dr.ª Tânia Mota e também do dr. Manuel Carvoeiro, mas são assuntos que estão na Ordem de*

*Trabalhos, como a barra, o desassoreamento, os orçamentos, há uma quantidade de assuntos a que nós vamos voltar, durante a Ordem de Trabalhos e portanto eu reservo a minha posição e a posição do PS para essa altura.*

*Na verdade, existe um território de forma retangular, à beira mar plantado, com um regime monárquico, dominado há muito pela casa de Orange, não a holandesa, uma outra.*

*A Casa de Orange, no início da sua dinastia, conseguiu que Cupido mandasse uma seta ao coração da maioria dos súbditos daquele principado, e o êxito foi tal que os intersetados ficaram enfeitiçados de tanto amor.*

*Na ilustre linhagem desse Principado sucedeu o "Benjamim" da família.*

*O Príncipe foi entronizado pela maior aclamação da Casa de Orange, e encheu-se de júbilo, afinal ele era o maior de todos!*

*Sua Majestade adora o "beija-mão" dos seus súbditos. É o Benjamão"!*

*Vai a todos os Arraiais! Não deixa lápide por descerrar, nem pedra por colocar, tudo devidamente reportado pelos cronistas e trombeteiros do principado.*

*O Príncipe tem um grupo de Aios, que muda quando se cansa deles, embora lhe dê sempre um título, não saem de mãos a abanar. Mas, como não podem ter iniciativa, há quem lhes chame a "entusiástica maioria silenciosa".*

*De quem o Soberano não gostar vai para o degredo, e os serviçais que não caíam nas suas graças vão para as catacumbas, mas também não pára de admitir serviçais no palácio, e compra quase tudo fora, e paga bem!*

*Nas audiências públicas, ninguém pode importunar Sua Alteza, pois intervém logo o Intendente do Principado, que retira a palavra e ameaça chamar os guardas.*

*Seguidor do Iluminismo o Príncipe visitou várias cidades da Europa, e não só.*

*Ficou encanté com Paris, principalmente com a "Ilha de França", situada na capital.*

*Então chegou ao seu território e disse aos seus vassallos, precisamos de uma ilha na nossa capital!*

*(E para melhor ficarem inteirados do que aconteceu, vou relatar-vos um diálogo que um dos vassallos me assegurou ser verdadeiro:)*

*Mas como será isso Nosso Senhor se a nossa capital apenas tem rio e mar e encontra-se totalmente ligada a terra?*

*O Príncipe não se impressionou e disse-lhes logo, escava-se um riozinho na parte que nos liga a terra.*

*O meu nome vai ficar para sempre na história deste principado. Eu quero ter uma ilha na nossa capital como tem Paris!*

*Mas, uns "velhos do Restelo" diziam-lhe:*

*Nós nunca vamos ser como Paris, Nosso Senhor.*

*Paris tem o Centro Pompidou!*

*Mas nós temos o Centro Porfiriú!*

*Respondia o Senhor. E os aborrecidos continuavam:*

*mas na Ilha de França tem a Notre Dame de Paris!*

*E nós temos a Notre Dame de la Santé!*

*Respondia o Príncipe. Até que desesperados, os cétricos disseram:*

*Ó Nosso Senhor, como é que vai abrir um riacho para fazer uma ilha, se para isso tem de cortar as estradas já existentes; vai fazer pontes? Como vai passar a água de um lado para o outro?*

*Não! A resposta é Genebra!*



*A bebida? Perguntaram os esbugalhados cétricos.*

*Não! Ignorantes, nem parecem estar numa capital inteligente e preditiva.*

*Vou mandar fazer repuxos! Como tem na cidade de Genebra, na Suíça.*

*Mas, isso manda a água para o ar, não a manda para o outro lado do riacho, diziam os impertinentes.*

*Mas não vai ser um repuxo qualquer, respondeu sua Majestade, vai ser um repuxo inclinado, a água vai de esguicho para o outro lado do riozinho, até às lampreias voam.....*

*Claro que o principado de que acabei de falar, nada tem de semelhante com Esposende.*

*Honi soit qui mal y pense!*

*Agustina Bessa Luís, recentemente falecida, escreveu que (passo a citar): "A ironia procede do espírito de comparação; quando se compara, começa-se a julgar".*

*Grande Agustina!*

*Tenho dito".*

---

Intervenção de seguida a Deputada Municipal, Sandra Bernardino, do JPNT, tendo feito a seguinte intervenção política:

*"Senhor Presidente da Assembleia Municipal*

*Senhoras e senhores Deputados Municipais*

*Senhor Presidente da Câmara Municipal*

*Senhoras e senhores vereadores*

*Minhas senhoras e meus senhores*

*Na emergência dos acontecimentos verificados relativamente à obra de saneamento que decorre no lugar de Pinhote há mais de dois anos, e que culminaram com o protesto dos pais e ameaça de encerramento da escola - ação amplamente divulgada por diversos meios de comunicação nacional, vem o JPNT lamentar que só perante o sucedido tenha este executivo colocada em ação a proposta que fizemos, há um ano, nesta Assembleia, para resolução do problema.*

*Se bem se recordam senhoras deputados e senhores deputados, a JPNT propôs a esta Assembleia que deliberasse recomendar à Câmara Municipal que, enquanto dono de obra, exigisse junto do empreiteiro a colocação da primeira camada de tapete betuminoso no acesso norte até a entrada principal da Escola, com determinação do prazo estritamente necessário para esse efeito, sob pena de resolução contratual.*

*Não deixa de nos parecer irónico que aquela proposta chumbada em massa pelo PSD, tenha configurado agora a resolução do problema. É caso para dizer que, na política, o orgulho e a falta de humildade, para além de serem características pouco recomendáveis, podem condicionar diariamente a vida das populações, a quem o Executivo devia servir!*

*É pelo bem-estar dos munícipes que temos vindo a pugnar. Tão só e apenas.*

*Mas, como sempre, qualquer proposta que venha do nosso grupo político ou de outro partido que não seja o PSD, é para chumbar.*

*Infelizmente, nesta assembleia, a oposição não é tida nem achada, nem pode, tão pouco, colaborar ou exercer um papel edificante, como seria de esperar numa casa onde deve reinar uma democracia sólida e bem estruturada.*

*É com tristeza que assistimos à conduta prepotente dum partido que chumba todas e quaisquer propostas provenientes da oposição, mas que depois, sem que assuma tal facto, vá pegar*

*nessas mesmas propostas para resolver os gravíssimos problemas com que se tem deparado e com os quais não tem, manifestamente, capacidade para lidar.*

*Mesmo assim, cá estaremos para continuar a fazer o nosso trabalho, para continuar a transmitir as nossas ideias.*

*Já sabemos que são chumbadas, mas, mais dia menos dia, lá acabam por serem postas em prática, o que nos leva a concluir que, afinal, as nossas propostas vêm revestidas de pertinência e propriedade.*

*Lamentamos que a tomada de posição-limite dos pais e encarregados de educação dos alunos da escola de Pinhote tenha sido a única forma encontrada para minorar os constrangimentos que aquela obra tem causado há largos meses.*

*Mas lamentamos ainda mais que a resolução do problema não se tenha devido à vontade real do senhor Presidente, mas sim por lhe ter sido tocado o seu ponto mais fraco: o seu ego e a sua imagem.*

*Depois da Recomendação apresentada nesta Assembleia, sobre o resultado da revisão do POOC (Plano de Ordenamento da Orla Costeira), nomeadamente no que se refere à zona de Pedrinhas e Cedovem, e do assunto ter baixado à Comissão Permanente desta Assembleia, não se percebe o porquê de tantos meses depois ainda não tenha sido redigida a ata final e apresentada aos deputados desta Assembleia.*

*No nosso entender estas recomendações, sugestões ou estudos, deveriam ter sido feitas, à priori, concedendo à equipa técnica que estava a elaborar a revisão do Plano de Ordenamento da Orla Costeira (POOC), toda a documentação e estudos necessários, fornecer todos os dados em concreto para a sua tomada de decisão sobre as especificidades do local e não à posterior como vai acontecer, mas todos entendemos que devemos pugnar pela preservação do património e a identidade do local.*

*Só não sabíamos é que também este processo de consulta ao mercado para elaborar este estudo fosse tão caro e, que o modelo recalsse no já tão conhecido "Ajuste Direto" e por 74 mil euros! Consultado o portal "basegov" achamos que este processo tem tudo para dar certo! Isto porque se trata de uma empresa que apesar de não conhecermos o seu trabalho tem recentemente desenvolvido estudos e planos para a APA (Agência Portuguesa do Ambiente), para o ICNF (Instituto de Conservação da Natureza e das Florestas), com valores a rondar o milhão de euros.*

*Mas, senhor Presidente, permita-nos este reparo: 74 mil euros, é como se diz em linguagem futebolística - bola na trave! A questão é: o senhor Presidente foi aconselhado por alguém para fazer este ajuste direto a esta empresa?*

*Foram feitas no passado dia 13 de novembro descargas poluentes para os rios Cávado e Neiva. No rio Cávado, tal ficou registado em imagens que circularam e aconteceram entre o edifício do Instituto de Socorros a Náufragos e as Piscinas Foz do Cávado. Já no rio Neiva, foram vistos focos de poluição no lugar de Guilheta. Neste rio em concreto, é uma situação recorrente, já por diversas vezes alertada pela Rio Neiva – Associação Defesa do Ambiente. Também no rio Cávado foram já várias as denúncias feitas pelos utilizadores do rio, nomeadamente pelos proprietários das empresas de animação turística que realizam passeios fluviais e outras atividades.*

*A pergunta é a seguinte senhor Presidente: tem o Executivo Municipal conhecimento destas e de outras situações de poluição nos referidos rios? Se sim, o que foi feito?*

*Estamos perante graves problemas ecológicos, que podem colocar em causa os ecossistemas dos rios e prejudicar gravemente a atividade turística.*

*Tenho dito. Muito obrigada*-----

Terminadas as intervenções, pelas 22 horas e 05 minutos, o senhor Presidente da Assembleia Municipal, propôs prorrogar este período por mais trinta minutos e que a votação dos votos de pesar e recomendações fosse feita no final do Período de Antes da Ordem do Dia, colocando o mesmo à votação, tendo sido aprovado por unanimidade.

Referiu, ainda, que iria prestar um esclarecimento sobre a questão da ata da comissão permanente da última reunião de 30 de abril, tendo dito:

*"A deliberação tomada na reunião da Comissão Permanente de 30 de abril foi apresentada à Câmara Municipal, e, portanto, as atas só são aprovadas na próxima reunião da Comissão Permanente. Mas o que é certo, e para mim o que era relevante, é que o texto foi validado por todos os Grupos Políticos e foi acordado por todos os Grupos Políticos que o texto aprovado seria remetido à Câmara Municipal de Esposende, como veio a acontecer e como veio para ser aprovado na reunião desta Assembleia Municipal de dia 27 de junho. Depois darei a informação através do requerimento e também por escrito e quando marcarmos uma nova reunião da Comissão Permanente será presente a ata da reunião anterior e faremos aí a aprovação dessa ata que, no fim de contas, visou única e simplesmente acordar o texto final a remeter à Câmara Municipal."*-----

Acrescentou o Presidente da Mesa *"feito este reparo, também para que as pessoas percebam do que estamos a falar"*, passamos ao período da informação escrita do Presidente da Câmara.

#### **INFORMAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL:** \_\_\_\_\_

O Presidente da Assembleia Municipal, questionou os senhores deputados municipais sobre se havia questões relativamente à informação escrita, não se tendo verificado qualquer pedido de esclarecimento.

O Presidente da Assembleia Municipal passou a palavra ao Presidente da Câmara para responder às questões colocadas pelos senhores deputados municipais e para encerrar o Período de Antes da Ordem do Dia, tendo o mesmo referido:

*"Senhor Presidente da Assembleia,  
restante Mesa,  
Senhores Vereadores,  
Senhores Deputados Municipais,  
Público presente,*

*Tentar ser célere nas respostas e elucidativo. Agradeço a intervenção do deputado Otilio Hipólito e dizer que no fundo nós tentamos fazer o melhor possível no dia-a-dia e com rigor, essencialmente o rigor financeiro, com vista a podermos produzir o máximo possível para melhorar as condições de vida da população de Esposende.*

*Da senhora deputada Tânia Mota quanto à questão do dia internacional da eliminação da violência contra a mulher, dizer que estamos completamente solidários nessa matéria, como é evidente, e até agradecer por ter lembrado essa situação. Hoje mesmo tivemos duas iniciativas, ou melhor, uma estará a decorrer por esta hora e a outra ocorreu durante a tarde,*



*no auditório do Centro de Informação Turística, relacionadas com os maus tratos contra pessoas idosas, contra a violência no contexto familiar, essencialmente focados nas mulheres, e dar nota de que nós temos tido, efetivamente, uma ação como nunca, uma ação bastante ativa, no sentido dos vários tipos de violência. Dizer que nós temos, por exemplo, atuado em relação ao "bulling" nas escolas, temos teatro, ações junto das crianças nas escolas, duas sessões pelo menos, anuais. Temos atuado também na violência no namoro. Aliás se for procurar na internet vai encontrar muita informação sobre isso promovida pelo município, em que essas ações decorrem nas escolas abrangendo mais de 500 alunos por ano, muitas exposições que temos feito. Tem havido uma presença muito constante na denúncia dessas situações e no acompanhamento dessas situações. Eu até diria mais. Muito mais no âmbito das ações de promoção no combate a estes flagelos, também a presença ativa no território através da CPCJ, por exemplo, em colaboração com as autoridades e isso tem produzido efeitos. Portanto, pensamos que estamos no caminho certo, não é uma questão de ser mais ou menos, é de, no fundo, dar resposta aquilo que vai surgindo e acho que temos conseguido fazê-lo.*

*Quanto às questões do ensino superior: como todos sabem há muitos anos a esta parte que se pretendia ter ensino superior no concelho de Esposende. Explicar porque é que é importante para o município penso que é redundante, pois toda a gente sabe porque é que é importante, nem sequer me vou pronunciar sobre isso, a resposta é retórica. Percebe-se, claramente, que tem a ver com a dinamização económica, tem a ver com a possibilidade dos nossos jovens terem ensino superior aqui mais próximo, enfim, toda a dinâmica gerada nas cidades que têm ensino superior. Só é pena que não tivesse sido há mais tempo, digo eu, e a nossa cidade ter-se-ia desenvolvido de outra forma, com toda a certeza, nas últimas décadas. Mas é, também, uma questão de oportunidade e de ser possível. Agora é possível à conta de muito esforço junto das instituições, nomeadamente da Universidade do Minho e do IPCA. Dar nota de uma coisa: de repente nós estamos a fazer um grande esforço para construirmos essa edificação para albergar os cursos TESP do IPCA, é verdade, sem qualquer tipo de apoio por parte da tutela, neste momento, mas acreditamos que possamos ir buscar algum apoio para esse edifício. Aliás o próprio IPCA tem uma candidatura aprovada neste momento para equipar todo o edifício. Dar, ainda, a seguinte nota: por exemplo Guimarães para ter a presença do IPCA investiu onze milhões de euros, Famalicão para ter a presença do IPCA lá investiu quatro milhões de euros. Estas coisas são assim mesmo, no fundo, se queremos também ter essas instituições com o nível que tem o IPCA por exemplo, ou a Universidade do Minho, naturalmente que temos que fazer a nossa parte, tendo a certeza que depois recuperaremos esse investimento, de uma forma ou de outra, quanto mais não seja, através da valorização das próprias pessoas.*

*Os cursos TESP neste momento estão orientados, não quer dizer que no futuro não possam ter outra envolvimento que vai depender muito das oportunidades que surgirem e da procura, mas estão muito focados em duas atividades também muito importantes para nós que é o turismo, como é evidente, e a parte da restauração. A agricultura é importante, o mar é importante, mas as questões do turismo e da restauração são também determinantes. Sendo que a parte do mar, na parte mais vocacionada para a inovação, para a investigação, está mais entregue à Universidade do Minho, no futuro investimento que se fará na Estação Radionaval de Apúlia, do que propriamente ao IPCA, porque também não é claramente a sua vocação.*

*Quanto à questão do centro de negócios: estar a pedir resultados antes de abrir, é melhor esperar que abra, e daqui, se calhar a um ano, podemos verificar quais são os resultados que dali podem surgir. A questão é que ainda nem sequer terminaram as obras, portanto, obras*



*terminarão lá para o final deste ano. Dentro de um mês, um mês e tal, contamos que durante o mês de janeiro efetivamente, possa abrir portas o nosso centro de negócios. Quanto à questão das rendas, é verdade que as mesmas ainda se encontram suspensas e, portanto, já não pagamos, salvo erro, desde junho de 2018.*

*Contamos começar a pagar em janeiro, quando o edifício abrir portas, mas, entretanto, posso-lhe dar a informação de que foi prorrogado o contrato porque ele poderia ser denunciado ao fim de três anos, e nós também não queríamos estar mais dezanove meses dentro daquela casa depois do investimento que fizemos, e eventualmente o proprietário do edifício querer que saíssemos, e tinha toda a legitimidade para o fazer. Portanto, acautelamos a circunstância do mesmo ser prorrogado para que se possa diluir o investimento que lá estamos a fazer e dar alguma estabilidade também.*

*Dar nota de mais uma coisa: nesse mesmo edifício vamos ter alguns serviços municipais e ao colocar lá determinados serviços vamos abdicar de alguns edifícios que tínhamos também arrendados. No fundo vamos equilibrar, também, as despesas relacionadas com serviços da Câmara. Posso-lhe dizer três situações que se alteraram: uma é aqui onde temos os serviços de Proteção Civil, em que vamos entregar o imóvel arrendado; outra relativamente a uma loja arrendada que tínhamos junto à antiga loja da Ação Social, onde estavam os serviços sociais, que não era nossa; e uma outra loja que nós temos aqui arrendada, muito próximo deste edifício, que serve de arquivo, porque já não tínhamos condições para o arquivo, e enquanto não construirmos o Arquivo Municipal, esse arquivo irá para o edifício onde está o Centro de Negócios que tem uma cave, em que uma parte também está incluída neste contrato. Ou seja, poupamos em três edifícios que tínhamos arrendados e passamos a ter apenas um, onde vamos centralizar serviços municipais e o centro de negócios. Basicamente, em síntese é isto que se passa.*

*Quanto à questão da barra: já falei tanto sobre a barra, toda a gente sabe o esforço que temos feito para resolver este problema, temos aí um documento que eu penso que é elucidativo, não sei se teve oportunidade de ver, mas é elucidativo relativamente ao nosso posicionamento quanto à barra e, portanto, mais à frente falarei sobre isso.*

*Quanto à questão da escola de Pinhote: dar nota de que, apesar da iniciativa que foi feita, e no fundo dizer que eu me solidarizei com os pais e com as pessoas que lá vivem, porque eu disse que não é agradável para as pessoas conviverem com aquela realidade. A questão aqui não está nisso, não está em dizer se era bom ou era mau o que estava a acontecer, a questão é saber de quem é a responsabilidade, verdadeiramente? Será que é mesmo do município ou será que é de uma empresa que tem três ou quatro empreitadas praticamente na mesma situação? E é isso que é preciso perceber. E outra coisa: entretanto muita gente diz, publicamente, como se a Câmara pudesse escolher a empresa, que acha que fomos nós que escolhemos a empresa, quando foram tudo concursos públicos. Não percebo, se pedem transparência podemos escolher as empresas? Como é que é? Se der para escolher empresas digam-me, ou venham para cá fazer isso, que eu não faço. São concursos públicos, as empresas apresentam-se, eu já disse isso aqui uma série de vezes, têm o melhor preço, as melhores condições, ganham as empreitadas. Tão simples quanto isto. Com estratégias muitas vezes já desesperadas, por parte das empresas, mas a verdade é que têm as condições e apresentam toda a documentação que é necessária, e nós não podemos fazer nada, mas depois corremos o risco de acontecer o que aconteceu aqui. E também há mais uma coisa: para nós termos legitimidade, para haver rescisão contratual, e termos a certeza que depois um juiz vai olhar para aquilo, temos de ter fundamentos. Porque não vamos ser ingênuos: agora,*

*rescindimos os contratos, mas não vai ser simples, pois se a empresa quisesse sair tinha feito uma cedência da posição contratual, e ao não fazer, vai avançar para uma situação litigiosa e aquela situação, debaixo desta pressão toda, pode-se arrastar por um ano ou dois. Mas, no fundo, fui pressionado a fazer isso assim. Mas tudo bem, eu procurei a melhor solução, que era uma solução de consenso, saía aquela empresa e entrava outra e não era escolhida por nós, sempre numa lógica de a própria empresa ceder a outra. No entanto não tivemos que avançar para a rescisão contratual. Tentamos prorrogar isto o máximo de tempo possível, para tentar que chegassem a uma solução consensual. Não foi possível partiu-se para a rescisão. Rescindiu-se, e não foi no seguimento da iniciativa que houve em Pinhote, pois a Câmara já tinha comunicado à empresa a rescisão no dia 29 de agosto. Não foi agora, porque aconteceu isto. Só que há prazos para a empresa se defender, para vir dizer que sim ou que não, para apresentar as suas razões, pelo que só no dia em que tomamos a posse administrativa da obra, que foi no dia 7 de novembro, é que está sob a nossa jurisdição e estamos a avançar com um procedimento. Se a empresa não for para tribunal é apenas um mero concurso público para terminar o que falta. Se a empresa for para tribunal e houver uma providência cautelar, vamos aguentar o tempo que o juiz entender que devemos esperar, até que o assunto se resolva e nós sabemos que os tribunais não são nada céleres. São situações extremamente difíceis de gerir, mas claro que nós estamos solidários com as pessoas. Assim como estamos solidários com as pessoas de Gandra que vêm ali aquela obra parada, há não sei quanto tempo, e que nós já deveríamos ter arrumado há imenso tempo. E também com a situação do Facho, e com a situação do Museu do Sargaço em Apúlia e por aí adiante. São situações desagradáveis. Claro que agora estamos a lidar com outra realidade, em que a empresa, à partida, nos novos concursos, fica impedida de concorrer, por via da rescisão contratual. Já colocamos uma cláusula nos próximos concursos para que essa empresa não possa concorrer, mas estes vão ser difíceis de resolver. Vamos ver o que é que se consegue fazer, para benefício de todos. A única coisa que me desagradou foi, por questões de natureza política, tentarem passar para cima da Câmara uma coisa que não depende apenas da Câmara, depende sim da empresa. Aliás dizerem à imprensa que eu ameacei os pais e as crianças. Eu gostava de saber quando é que eu ameacei as crianças de Pinhote, e os pais! A única coisa que eu disse nesta Assembleia era que, se porventura não queriam ter os inconvenientes de uma obra daquelas, que no verão produz pó, e que no inverno tem lama e é desagradável, penso que na altura falei nos presidentes de junta de Vila Chã e de Gemeses; se não estou em erro, certamente estes senhores presidentes de junta não se importariam nada de ter esses inconvenientes. Será isto ameaçar as crianças? E aparecer no correio da manhã a dizer: "Presidente da Câmara de Esposende ameaçou crianças e pais de Pinhote". Bem, não sei se posso falar aqui, porque é lamentável ir com um discurso completamente populista, para colocar as pessoas contra mim, e contra a Câmara, quando nós não temos responsabilidade direta naquela questão. Quando muito, poderíamos ter agido mais cedo, é verdade. Mas isso, colocava em causa a legitimidade para aceitarem e nós podíamos ver na contingência de provocar essa situação e depois o juiz obrigar-nos a aceitar novamente a empresa na mesma empreitada, e perder um tempo incomensurável.*

*São situações muito complexas, que devem ser levadas com responsabilidade e com diálogo. Aliás, quero deixar aqui um Voto de Louvor da minha parte à Comissão de pais da escola do Facho que veio à Câmara, pediu uma reunião com a senhora vereadora e comigo, recebemo-los, pois têm um problema similar, exatamente com a mesma empresa de construção na própria escola. Agiram de uma forma completamente diferente, tentando ser esclarecidos em*

*relação à situação, foram esclarecidos, dissemos aquilo que poderíamos ou não fazer, numa atitude completamente construtiva, explicando aos pais o que estava a acontecer. Disponibilizei-me para ir lá, se fizesse falta, falar com os pais. Foi uma atitude de quem quer ver o problema resolvido, não é de quem quer aparecer nos jornais e fazer de um problema local, uma questão nacional, de alguma forma envergonhando até o nosso município, quando não havia necessidade disso. É a minha opinião, vale o que vale, mas é a minha opinião.*

*Quanto à questão dos requerimentos, efetivamente não foi respondido. Eu posso dizer que a dr.<sup>a</sup> Tânia não pode ter a pretensão de que eu responda a todos, nem a senhora deputada nem todos os outros, a tudo aquilo que me pergunta e que eu tenha que ser conhecedor de todas as realidades. Aquilo que me perguntou na altura era se uma determinada obra, num determinado local, tinha uma infiltração de água ou não tinha. Eu até sei muitas coisas, acredite, e acompanho os processos de muito perto, mas não pode ficar ofendida, que foi o caso, demonstrou-o no seu requerimento que sob protesto, diz assim, que o fez sob protesto, porque eu não lhe respondi a uma pergunta dessas. Eu por acaso não respondi porque não conseguí tomar nota de tudo, mas eu dir-lhe-ia exatamente o que lhe digo hoje: eu não sabia na altura se ficou a entrar água ou não num edifício que foi intervencionado. Nós temos quase quinze milhões de euros de obras, e não posso saber em que obra ficava a cair uma pinga pois é impossível. Não tem a ver com vontade em responder ou não, tem a ver com circunstâncias em que não consigo saber tudo, mas terá com toda a certeza as respostas aos requerimentos que efetuou.*

*Quanto ao dr. Manuel Carvoeiro: eu não tenho conhecimento desse processo, dessa moradia, agradecia que me fizesse chegar depois, exatamente a circunstância. Se for uma ampliação, se a moradia estiver devidamente legalizada, ou remodelação que se pressupõe interior, à partida será legal que seja remodelada. Ampliações tem que se ver as circunstâncias específicas, mas desde que tenha os pareceres das entidades e ela já esteja devidamente legalizada, ou seja de construção anterior à obrigatoriedade de licenciamento, nós não poderemos fazer nada, teremos mesmo que aprovar. Poderemos tentar não aprovar, mas em tribunal somos obrigados a aprovar e não há nada que se possa fazer.*

*Claro que se me disser se o Estado não deveria ter uma posição nestes casos e indemnizar as pessoas e não deixar construir, ou remodelar? Sim, eu concordo com isso.*

*Assim como lhe posso dizer por exemplo, um loteamento devidamente aprovado, antes da entrada em vigor dos Instrumentos de Planeamento, nomeadamente o PDM, da década de 70 por exemplo, nem que seja hoje, naquelas dunas dali da Bonança, ou o que seja, as pessoas têm o direito de construir. É um direito adquirido, não há nada a fazer, e aí o Estado não devia deixar construir de novo, a iniciar a edificação, pois é uma coisa um bocadinho do campo do absurdo, porque são as tais zonas que estão em risco, etc. Mesmo estando classificadas como risco hoje, o problema não é esse, é que se trata de um direito adquirido, é um loteamento da década de 70, ou 80, mas não tenho dúvida que é assim que a lei o diz.*

*Agora, é como digo, nesses casos o Estado deveria indemnizar as pessoas pelo direito que tinham porque efetivamente compraram o lote, terão dado o dinheiro para construção, e também não é correto que a pessoa fique impedida sem receber, mas não deveriam permitir a construção, deviam indemnizar, ou mesmo adquirir esse mesmo espaço. Mas isso é a lei e nós aí não podemos interferir em absolutamente nada.*

*Quanto à questão do alagamento das zonas costeiras: é verdade que estamos com estes fenómenos, há alterações climáticas e há subida do nível médio das águas do mar, etc. Mas,*



*não é totalmente verdade aquilo que tem circulado aí na internet que daqui a 30 anos está tudo debaixo de água. Claramente a comunidade científica não está de acordo nisso, há quem diga que pode ser assim, há quem diga que não vai ser nada assim e, portanto, não podemos neste momento dramatizar a situação. Vamos acompanhando as circunstâncias e, sinceramente, se é para daqui a 30 anos estar naquilo que se prevê nessas imagens, então mais vale começarmos todos a pensar em sair já daqui, porque não vale a pena. Daqui a 30 anos muitos de nós ainda estarão por aqui, se Deus quiser, portanto, não é claramente assim, há um exagero e uma tentativa também de dramatização da situação que tem que ser acompanhada pela comunidade científica para levármos as coisas com responsabilidade.*

*Quanto à questão da moção dos pescadores: pedi uma reunião à tutela, eu disse isso publicamente, e temos uma reunião agendada para o dia 13 de dezembro, por impossibilidade de agenda do senhor Ministro, para o esclarecermos em relação a estas matérias todas, onde eu estarei presente. Eu fiz o pedido, telefonaram-me a agendar para as dez horas do dia 13/12 e estarei presente, com o senhor Capitão do porto, com o Presidente da Associação de Pescadores e com o Eng. Pimenta Machado, em representação da Agência Portuguesa do Ambiente, que é quem tutela esta área. Portanto, vamos ver se conseguimos sensibilizar o senhor Ministro. Ele já conhece bem a situação. No fundo é tentar perceber o que é que se pode fazer para resolver o problema, porque há duas abordagens: uma é a abordagem de médio e longo prazo que é resolver o problema da barra, e, outra, é a abordagem de curto prazo que é permitir que os pescadores trabalhem e ganhem a vida e para isso é preciso garantir condições de segurança de entrada e saída. A barra está deslocada, como sabemos, na foz, e a remoção de um ou dois sacos que lá estão ainda poderá permitir que eles continuem a trabalhar durante este período. Mas é preciso pensar no futuro e nós estamos, neste momento, também a desenvolver um projeto para aquela zona.*

*Quanto à questão da comissão de utentes: são requerimentos e não tenho que me pronunciar sobre isso, mas gostava de esclarecer que, sim é verdade, nós recebemos as pessoas, percebemos qual era a questão que colocavam, e tudo o que disse é verdade, nós solidarizamo-nos com as pessoas, demos uma resposta depois formal, e fizemos chegar à CIM do Cávado esta situação do PART. Não tem tanto a ver com o Orçamento de Estado, tem mais a ver com o Fundo Ambiental e a gestão do Fundo Ambiental. Portanto, o PART é financiado pelo Fundo Ambiental e é por gestão direta do senhor Ministro do Ambiente e é aí que temos que interferir para que sejam aumentadas essas verbas.*

*Quanto à questão do dr. Tito, não merece resposta nenhuma. Mas eu vou-lhe dizer que em última análise quase que poderia colocar aqui em causa a defesa da honra pois foi uma tentativa irónica de achincalhar o trabalho do Presidente da Câmara. O dr. Tito é um democrata, mas não quer que os outros falem, só quer falar ele. Isso é que é um homem com a retórica política que tem e depois não consegue admitir um contraditório. Quer chegar aqui e dizer o que quer, brincar com as pessoas e com o trabalho das pessoas e, depois, não quer ouvir. Mas tem que ouvir! Enfim, fazer um número lamentável de comédia, como se isto fosse uma sala de espetáculos, mais não é. Isto é um local sério, para discutir os assuntos que interessam às pessoas do concelho de Esposende e, por isso, é que não me admira nada, pelo número de representantes que tem na Assembleia, em função deste tipo de intervenções, que são altamente lamentáveis!*

*E já agora para terminar, em relação a este assunto: é lamentável que se pegue na questão dos votos de pesar, que para nós são levados muito a sério, e se faça política com isso aqui*



*dentro. É lamentável, confundir um voto de louvor de um jovem, que ficou em segundo lugar num campeonato internacional, que no próximo sábado vai ter um momento para ser reconhecido por isso mesmo, que é a nossa Gala do Desporto, e confundir com votos de pesar que tocam na sensibilidade das famílias. Isso é que é lamentável, fazer política desta maneira que no tempo de hoje já não se usa. As coisas têm que ser feitas com muito mais respeito. Se não tem respeito por mim, pelo menos tenha pelas pessoas que perdem os seus familiares.*

*Relativamente à dr.ª Sandra Bernardino, dizer-lhe que a comunicação de rescisão foi feita em 28 de agosto de 2019, portanto, muito antes dessa circunstância que aconteceu.*

*A questão de colocar betuminoso, eu não sei se se referia ao que está lá colocado agora, que não é de carácter definitivo, é apenas para que não esteja tão enlameado, mas isso é outra questão. Mas nós não podemos intervir na obra. Repare que isso só aconteceu depois do dia 7 de novembro, pois até lá nós não podíamos ir à obra que estava entregue a um empreiteiro, seja ele qual for, e fazer uma intervenção por nossa iniciativa, pois as coisas não funcionam assim. Só podemos fazê-lo no momento em que assumimos a obra. E só depois de assumirmos posse da obra para nós é que nós podemos ir lá fazer esse trabalho. Até penso que esse trabalho foi feito num sábado, logo que foi possível fomos lá fazer isso para minimizar o impacto sobre as pessoas. Não era possível fazê-lo de outra forma e também não podíamos promover a pavimentação definitiva sem que haja uma cabal correção das deficiências detetadas nas tubagens.*

*Nós não andamos a fazer isto para causar problemas às pessoas, simplesmente não foi possível gerir a obra de outra maneira. Já disse, temos quinze milhões de euros de obras, os únicos problemas que temos é com aquela empresa. As coisas são o que são. Temos que saber gerir as coisas dentro de um plano de normalidade e não poderíamos ter feito outra coisa.*

*Depois, uma coisa que eu, sinceramente, não posso aceitar, é no fundo essa queixa de que nós não aprovamos nada da oposição. Depende das propostas. Há propostas que nós aprovaremos com toda a certeza desde que sejam construtivas e não sejam feitas apenas no plano político. De certeza que a bancada do PSD terá todo o gosto em acompanhar esse mesmo tipo de propostas. Sinceramente, não vejo que seja numa lógica partidária, pois não é nada disso que está em causa.*

*Quanto à questão do POC eu penso que confundi a questão do POC. O POC não é gerido por nós, quem está a fazer a alteração o POC é a APA diretamente. Certamente estaria a referir-se à intervenção que está prevista para Cedovém / Pedrinhas, julgo que será isso. Mas isso não tem a ver com o POC diretamente, isso é um projeto nosso, de requalificação daquela zona de Pedrinhas / Cedovém, que assenta em cima de um plano. É verdade que existe um plano, agora é Programa de Orla Costeira, antigamente era o Plano de Ordenamento da Orla Costeira Caminha-Espinho e, nesse contexto de alteração, mas nós não temos a ver diretamente com isso, isso é o Plano. É como no processo do PDM e quando construímos uma edificação, não tem nada a ver, pois o processo de elaboração do PDM é uma coisa, e o projeto para a edificação é outra. O que está a falar é que efetivamente nós contratamos uma empresa, depois de termos feito uma candidatura ao Fundo Ambiental, para desenvolvermos a uma ação para aquela zona. O projeto agora vai ter início com um conjunto de reuniões: com a junta de freguesia, com os restaurantes, com as pessoas que lá vivem, com os pescadores e com a comissão de baldios, porque existia um compromisso meu, com a comissão de baldios, de eles acompanharem este processo. Vão ser feitas reuniões sectoriais, previstas penso que já para a semana, ou na semana a seguir, para se conseguir começar a delinear o programa de*

*intervenção. É assim. Essa empresa foi contratada efetivamente para desenvolver um projeto de intervenção e mais nada. Não tem a ver diretamente com o POC.*

*Quanto às descargas nos rios, o que vimos foi pela imprensa. O ideal é comunicarem à APA. Aliás ainda agora há pouco recebi aqui uma mensagem do senhor Eng.º Pimenta Machado a questionar-me o que é que se passava, o que é que era isso, porque ele não tinha conhecimento formal. Eu acho é que as pessoas se habituaram, de tal forma, a pôr as coisas na imprensa, que se esquecem no fundo, de denunciar às entidades que têm obrigação de resolver o problema. O que deveriam ter feito, não são vocês são os cidadãos que vêm isso, era tirar uma fotografia e eventualmente comunicarem à Câmara para nós podermos comunicar à APA. Porque, reparem numa coisa, dizem que são focos de poluição, mas como é que têm a certeza que são focos de poluição? Aparentemente pode ser um foco de poluição e não ser. Isso exige análises, tem que se contactar as entidades para fazerem análises e saber do que é que se trata.*

*Mas isto não é desculparmo-nos de nada, a responsabilidade sobre estas matérias não é diretamente nossa, é comunicarem à Agência Portuguesa do Ambiente. Tão simples quanto isto. Ou comunicarem à Câmara que nós fazemos isso, sem qualquer tipo de problema.*

*E penso que era apenas isto.*

*Obrigado senhor Presidente!"-----*

Pelas 22 horas e 40 minutos, terminada a intervenção do Presidente da Câmara, o Presidente da Assembleia Municipal suspendeu os trabalhos por cinco minutos, para conferência de líderes e discussão dos votos e moção.

Pelas 22 horas e 45 minutos, o Presidente da Assembleia Municipal retomou os trabalhos, colocando à votação os assuntos propostos no período de antes da ordem do dia os Votos e a Moção.

Colocados à votação, obtiveram-se os seguintes resultados:

**1 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MANUEL JOSÉ NUNES IGREJA BEIRÃO.-----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS COM EXCEÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA, PELO FALECIMENTO DO DR. MANUEL JOSÉ NUNES IGREJA BEIRÃO.-----

MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----

**2 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MANUEL NEIVA LOSA.-----**

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, SUBSCRITO POR TODOS OS GRUPOS POLÍTICOS COM EXCEÇÃO DO PARTIDO SOCIALISTA, PELO FALECIMENTO DO DR. MANUEL NEIVA LOSA.---  
MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos a favor e entendemos que assim deve ser feito, inclusivamente apresentamos um voto de teor idêntico. No entanto, não deixamos de referir o aproveitamento político e a hipocrisia da maioria do PSD, depois de ter mandado embora o dr. Manuel Neiva Losa, que exerceu durante vários anos funções na Proteção Civil Municipal, apresente agora um Voto de Pesar.”*

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Registamos a posição assumida pelo Grupo Político do Partido Socialista em não subscrever os votos de pesar elaborados pelo Grupo Político do Partido Social Democrata, mas entretanto, subscrito por todos os outros Grupos Políticos, e lamentamos que se utilizem estas táticas políticas para marcar uma posição, brincando assim com assuntos tão graves e tão sérios.”*-----

### **3 – VOTO DE SAUDAÇÃO AOS EXECUTORES DO 25 DE NOVEMBRO, PELO CONTRIBUTO DECISIVO PARA O CUMPRIMENTO DA DEMOCRACIA PLURALISTA QUE HOJE CONHECEMOS.**-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR UM VOTO DE SAUDAÇÃO, APRESENTADO PELO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, COM 1 VOTO CONTRA DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP E 29 VOTOS A FAVOR DOS RESTANTES MEMBROS.-----

Pelo Grupo Político do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Nós votamos contra esta proposta do CDS, porque ela no fundo, pretende reescrever a história, é a versão do CDS, que está muito longe da realidade factual sobre o 25 de novembro. Os suportes basilares da democracia não se encontram no 25 de novembro, mas sim naquela outra revolução que o José Mário Branco muito bem cantou e disse - o 25 de abril.”*-----

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD vota favoravelmente o voto de saudação, pois entende que a memória é um recurso incalculável para as gerações futuras compreenderem a importância e o significado do 25 de novembro, bem como a conclusão de um período conturbado que nos permitiu e permite viver em democracia de forma livre e pluralista.”*-----

### **4 – MOÇÃO PELA ADOÇÃO, POR PARTE DO GOVERNO, DE MEDIDAS URGENTES PARA O DESASSOREAMENTO DA ZONA ESTUARINA DO RIO CÁVADO E DEFINIÇÃO DE UMA CALENDARIZAÇÃO, PLURIANUAL DE DRAGAGENS.**-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A MOÇÃO APRESENTADA PELO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP.-----  
MAIS DELIBEROU DAR CONHECIMENTO DESTA MOÇÃO AO MINISTÉRIO DO AMBIENTE.-----

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“O Grupo Político do PSD vota favoravelmente a presente proposta pois, apesar de na presente Assembleia existir uma proposta da Câmara Municipal que trata a temática abordada pelo*



*deputado do Partido Comunista Português, entendemos que este é um problema que diz respeito a todos os membros desta Assembleia e, por isso, apoiamos a Moção apresentada, como forma de reforçar a proposta da Câmara Municipal a ser discutida no ponto 02.16 da Ordem do Dia, e bem como para reforçar a posição do Presidente da Câmara na reunião agendada com o próprio Ministro do Ambiente. Por isso, estes temas irão ser abordados e daí o nosso voto favorável.*-----

**5 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MANUEL JOSÉ NUNES IGREJA BEIRÃO.**-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO DO PARTIDO SOCIALISTA, PELO FALECIMENTO DO DR. MANUEL JOSÉ NUNES IGREJA BEIRÃO.

MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.

**6 – VOTO DE PESAR PELO FALECIMENTO DO DR. MANUEL NEIVA LOSA.**-----

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR UM VOTO DE PESAR, APRESENTADO PELO GRUPO POLÍTICO PARTIDO SOCIALISTA, PELO FALECIMENTO DO DR. MANUEL NEIVA LOSA.

MAIS DELIBEROU TRANSMITIR ESTE VOTO À DIGNÍSSIMA FAMÍLIA.

Terminadas as votações o Presidente da Assembleia Municipal entrou no Período da Ordem do Dia, informando nos termos regimentais o público presente que se podia inscrever para intervenção no Período de Intervenção do Público, no final da presente sessão.

**02 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**-----

**02.01 – APOIOS ÀS JUNTAS DE FREGUESIA – PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO REGULAMENTO DAS FORMAS DE APOIO ÀS JUNTAS DE FREGUESIA.**-----

De harmonia com o ofício n° 77/SAOA/2019, de 14 de novembro de 2019, do Presidente da Câmara Municipal, foram presentes na sessão para conhecimento, os Apoios concedidos às Juntas de Freguesia durante o último semestre, nos termos do n° 2 do artigo 13º do Regulamento de Formas de Apoio às Juntas de Freguesia. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão, pelo Deputado municipal Tito Evangelista foram colocadas as seguintes questões: *“Eu gostava de esclarecer aqui uma questão em relação ao autocarro, ou minibus da Junta de Fonte Boa, porque há aqui uma certa confusão relacionada com os pedidos de verbas. A junta pede uma verba para compra de um autocarro sem apresentar orçamentos, em fevereiro de 2018. Depois o senhor Presidente da Câmara dá indicações para se assumirem compromissos, no valor de 90% de 45.500,00€ (quarenta e cinco mil e*

*quinhentos euros), ou seja, 40.950,00€ (quarenta mil novecentos e cinquenta euros). Só depois é que leva a reunião de Câmara e não temos acesso ao orçamento. Só em 20 de dezembro de 2018, quase um ano depois é que a junta envia a fatura-proforma para a Câmara solicitando a comparticipação. Fica-se na dúvida se a transferência para a junta foi à posterior ou se já havia sido processada, pois pelos documentos não se consegue atingir.*

*Esta fatura referencia um equipamento TRANSIT CHASSIS TRACÇÃO TRASEIRA FT 350 L4 CAB SIMPLES TREND 2.0 TDCI 98 KW (130CV), não é o mesmo que tem servido de assunto, de troca de e-mails de agosto de 2018, TRANSIT BUS FT 460 L4 TREND 2.2 TDCI 114KW (155CV) CHASSIS EXTRA-LONGO, esta fatura é da Auto Rabal. Dado que não foi esta entidade que acabou por vender a viatura, questiona-se se deu entrada na junta uma nota de crédito relativamente a esta fatura ou não.”*-----

O Presidente da Mesa deu a palavra ao Presidente da Câmara, tendo o mesmo referido: “*Bem, a documentação é elucidativa. O que se passou é que a junta de freguesia precisava de uma viatura. Foram pedidos orçamentos e foi atribuído um determinado valor. A viatura inicial deixou de ser produzida. Entretanto alteraram-se as condições do pedido inicial porque havia necessidade de um veículo um pouco maior, com maior capacidade e, portanto, aproveitou-se daquele já não estar em produção e reformulou-se o pedido.*

*Pediram-se novos orçamentos. Entretanto tinha sido atribuído um apoio inicial e depois atribuiu-se apenas a diferença do custo inicial para o custo final dos 90% da viatura. Tão simples quanto isso.*

*Claro que houve aqui um espaço temporal entre tudo isto, cerca de um ano ou coisa assim. Mas é assim. Foi atribuído primeiro um valor, a viatura que acabou por ser comprada era mais cara e foi atribuído depois o remanescente para completar os 90% do apoio, como é normal para as juntas de freguesia.”*-----

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.**-----

**02.02 – PEDIDOS DE ISENÇÃO E DE RATIFICAÇÃO DE TAXAS - PARA CONHECIMENTO, DE ACORDO COM O PONTO 2.3 DAS MEDIDAS PROVISÓRIAS APROVADAS NA SESSÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE 30 DE NOVEMBRO DE 2015.**-----

De harmonia com o ofício nº 76/SAOA/2019, de 14 de novembro de 2019, do Presidente da Câmara Municipal, foram presentes na sessão para conhecimento, os pedidos de isenção de taxas e de ratificação de pedidos de isenção de taxas, concedidos pela Câmara Municipal, nos termos do ponto 2.3 das medidas provisórias aprovadas na sessão de 30 de novembro de 2015 da Assembleia Municipal. Ficam arquivados os originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Colocado o assunto à discussão, não se verificaram intervenções.-----

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.**-----

**02.03 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE OS**

**DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2020 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de outubro de 2019, foi presente na sessão a proposta para o ano de 2020 do Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.

Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve explicação do assunto.

Colocado o assunto à discussão, interveio o Deputado municipal Manuel Carvoeiro, nos seguintes termos:

*“Senhor Presidente,*

*Feita a leitura atenta dos Documentos Previsionais para o ano de 2020, podemos afirmar que estamos perante o decalque, ainda por cima atabalhado, dos Documentos Previsionais referentes ao ano de 2019.*

*E, de facto, assim é. Então vejamos, o capítulo II com a epígrafe - Previsão das Receitas, no seu ponto 1, com a epígrafe - Visão Global das Receitas, é referido o seguinte e vou ler: “Para 2019...” e estamos a falar dos Documentos Previsionais para o ano de 2020, mas o texto diz assim: “Para 2019 estima-se que a receita municipal ascenda a 25,5 milhões de euros, representando uma diminuição de 9% relativamente ao ano anterior pela previsão da diminuição das receitas de capital. Da receita total, prevê-se que 18,1 milhões de euros tenham origem em receitas correntes (71%) e 7,4 milhões de euros em receitas de capital (29%).”*

*Acabo de citar texto dos Documentos Previsionais que nos são apresentados. Este naco de texto, que acabo de transcrever, demonstra a falta de cuidado na elaboração dos documentos. Mostra que nem sequer procederam à revisão do texto e o senhor Presidente tem responsabilidades nisto, tem que ter esse cuidado, sempre necessário, pois estamos perante documentos oficiais, apresentados pela Câmara à Assembleia Municipal.*

*A própria mensagem do senhor Presidente da Câmara denota falta de rigor quando refere: “a redução das transferências do Orçamento do Estado e da redução acentuada das receitas municipais”. Ora, esta afirmação, não encontra suporte factual nos números que constam no orçamento para 2020. O senhor vereador Rui Pereira sinalizou esta situação e muito bem.*

*Desde logo, no que concerne às transferências do Orçamento do Estado e à previsão de receitas municipais, os dados não batem certo. Ao invés do referido pelo senhor Presidente da Câmara, temos sim, para 2020, por comparação com 2019, um aumento das transferências do Estado e mesmo um aumento das receitas municipais.*

*Falta de rigor senhor Presidente nos documentos que nos apresenta e na mensagem enviada a esta Assembleia nestes documentos.*

*No ponto 3 sobre áreas de intervenção, página 21, é referido e vou citar: “Procederemos à aquisição dos terrenos que se mostrem necessários para a execução dos novos projetos, tomando como prioridade os que se destinarão à construção de Parques Empresariais, (e aqui, agora sublinho) e do Centro de Negócios, bem como a aquisição de mais moinhos da Abelheira com vista à concretização do Parque Temático” e acabo de citar.*

*Mais uma vez, estamos no plano do rigor perante uma imensa fragilidade, é que este eixo, ou*



área de intervenção, é uma cópia fiel de documentos previsionais já apresentados em anos anteriores a esta Assembleia, e desde logo, o de 2019.

Mas, mais do que a falta de rigor, releva aqui a questão política desta coisa. Então, se já estão a decorrer as obras, como foi já aqui referido, para recuperação de um edifício privado, onde já funcionou e continuará a funcionar o Centro de Negócios, obras que orçam em largos milhares de euros. Então, se num passado não muito distante, a Câmara Municipal até adquiriu um terreno para a construção do Centro de Negócios, como explica, que conste como eixo, área de intervenção, a aquisição de terrenos para o Centro de Negócios? Então, no que ficamos? Tudo isto demonstra uma enorme falta de seriedade política na abordagem destas coisas.

Não podemos abordar estas matérias, como se de histórias para meninos se tratasse, com todo o respeito que tenho pelas crianças e pelas histórias que quase sempre têm um fundo muito verdadeiro e sério, isto é sério de mais, para ser abordado e apresentado de forma politicamente tão leviana.

Estamos perante a reiterada repetição de vontades plasmadas nas áreas de intervenção, propostas repetidas sempre em cada ano que passa.

E o que há de novo? Sim, há de novo alguma coisa. Bem, de novo, a apresentação, ou a intenção de conceber planos, planos e mais planos, planos sobre tudo e mais qualquer coisa.

É o plano da saúde municipal que parece que vem aí, é o plano estratégico de cultura, é mais um plano; são os planos que surgem a seguir a planos existentes e nunca avaliados. Esta Câmara aderiu definitivamente à moda dos planos para assim nada planear e continuar a governar este concelho ao sabor dos impulsos desgarrados.

Os planos que emergia fazer continuam na gaveta das meras intencionalidades sem lograrem a luz do dia. Eu falo dos planos há tanto tempo prometidos: os planos de pormenor, por exemplo de Ofir, das zonas industriais e outros necessários que a Câmara teima em não conceber.

Aparece nestes documentos, para além da febre dos planos, como uma outra novidade, o chamado pelo senhor Presidente da Câmara, Parque Desportivo de Lazer Municipal, novidade, dando resposta às muitas solicitações dos clubes do concelho, disponibilizando diversos campos de jogos, na zona norte da cidade. Esta novidade suscita desde logo algumas questões. Sim, é uma novidade, nunca ouvi falar nisto. Obedece este Parque Desportivo de Lazer Municipal a alguma ação estratégica prevista no já existente plano estratégico concelhio para o desporto? Ou estamos perante uma mera intenção, mais uma, avulsa?

Neste Parque Desportivo de Lazer Municipal cabe a construção do necessário Pavilhão Multiusos? Onde tenciona a Câmara construir o referido Parque Desportivo de Lazer Municipal? Como compagina o Senhor Presidente e a Câmara a construção deste Parque Desportivo de Lazer Municipal com o Parque, há muito prometido, da cidade de Esposende? Não será a novidade do Parque Desportivo de Lazer, a repetição do Parque Desportivo de Fão, cujo fim e destino é o que se conhece?

Por último, estes documentos previsionais, mais uma vez, mostram as mãos largas deste executivo, para as despesas supérfluas, com os programas, planos, projetos, estudos e mais estudos, pareceres e mais pareceres. Tanto parecer, tanto estudo, tantos planos, tantos programas, e os dias passam sempre iguais nesta terra de Esposende.

Podem carregar de milhões o orçamento, porque, questões centrais e de fundo não existem. Estamos perante um orçamento de continuidade, que não resolve os problemas do concelho. Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados, público presente, continuamos

*com a sucessão de anúncios, de projetos e semi-projetos, planos e mais planos, continuam sem uma ideia clara do que queremos para Esposende.*

*As questões estruturais fundamentais para o concelho, continuam a marinar.*

*Nós não temos um Centro de Artes, há muito reclamado por todos. Sim, falo de um Centro de Artes neste concelho pode ter este nome ou outro, e o tempo passa e nada se faz.*

*O problema dos moinhos da Abelheira consta sempre dos documentos previsionais e nada se faz, não há vontade política para fazer, esta é a realidade. E poderíamos falar de muitas, muitas outras intervenções neste concelho.*

*E a cultura, parente pobre das opções desta Câmara?*

*E a mobilidade, também, parente pobre das opções desta Câmara?*

*Mesmo as questões da economia, tudo é abordado de forma desconexa e sem um projeto agregador das várias vertentes.*

*E aquela biblioteca municipal, Senhor Presidente da Câmara Municipal, deve envergonhar quem a visita. Trat-se de um edifício, com o soalho em mau estado, tudo remendado.*

*Senhor Presidente, vamos ter a ambição de construir uma biblioteca nova. É verdade, vamos ter essa ambição. Com tantos milhões, há que ser ousados e obter os Fundos Comunitários que nunca foram captados, é preciso estar atento a isto. Olhe para os municípios vizinhos e veja as bibliotecas que eles têm, atraem os leitores, atraem as pessoas. Esta, até é uma biblioteca com um espólio interessante, e apesar do grande esforço de quem lá trabalha, é preciso mais, é preciso ser ousado e dar passos em frente e não continuar sempre, sempre, sempre com práticas de antanho e sempre tão magrinhos nestas vertentes, que são fundamentais para o desenvolvimento do nosso concelho.*

*Disse, senhor Presidente.*"

O Presidente da Câmara prestou esclarecimentos, nos seguintes termos:

*"Senhor Presidente,*

*Antes de mais quero pedir desculpa pela gralha que existe efetivamente no primeiro ponto que referiu. De fato é verdade, portanto temos que aceitar a realidade.*

*Foi de facto, uma transcrição do orçamento anterior. Eu tinha obrigação de ver e quem fez tinha obrigação de fazer correto. Mas, tem toda a razão e aquilo não deve ser lido com os vinte e cinco ponto qualquer coisa milhões de euros, mas sim com os vinte e oito ponto seis milhões de euros que é o que está previsto, e, portanto, naturalmente que darei nota aos responsáveis por este setor dessa gralha, e assumo aqui publicamente as minhas responsabilidades. Sendo certo que em nada afeta o documento em si, que os mapas estão corretos e as considerações finais estão corretas, mas de facto, a introdução não está correta.*

*Quanto à questão da diminuição das transferências do Estado: é verdade que em termos brutos o senhor deputado tem razão, mas quando nós vamos analisar as circunstâncias concretas da situação ela não é bem assim. A verdade é que houve alterações em termos contabilísticos que transportaram esta componente das transferências do Estado para esta rubrica. Por exemplo a questão dos transportes escolares era contabilizada à parte, por via de um protocolo e agora acaba por ser encaixado nestas transferências e no aumento desta rubrica. Portanto, se considerar com o ano anterior, aparece ali um valor que não estava considerado no ano anterior nessa rubrica.*

*Por outro lado, temos duas candidaturas importantes de quase um milhão de euros cada uma - OMAR e Insucesso Escolar - e que na verdade correspondem a dois projetos municipais. Portanto, no fundo, a verba vem por esse lado e acrescenta a esse valor como se fossem*

*transferências do Estado, mas a verdade é que estamos a falar de fundos comunitários que são transferidos e não entram nas receitas de capital. Se fosse uma obra vinha pelo lado das receitas de capital, assim, vem pelo lado das receitas correntes, e portanto, adultera essa situação. Parece que temos mais cerca de oitocentos mil euros, mas na realidade, cada um destes projetos, o OMAR é cerca de um milhão de euros, e o Combate ao Insucesso Escolar, são cerca de oitocentos mil euros, e as verbas aparecem nessa rubrica.*

*Portanto, em termos reais, as coisas não se passam verdadeiramente assim, embora, olhando para os valores, se não nos tivéssemos candidatado a esses dois projetos ali estaria um valor inferior aquele que nós recebemos.*

*Quanto à questão do Centro de Negócios, há claramente uma gralha também no sítio que referiu. Nós não queremos comprar mais nenhum terreno para o Centro de Negócios, já o temos no local, sempre foi explicada a estratégia, já expliquei da última vez, não vou repetir. Nós temos intenção de construir um Centro de Negócios, sinalizamo-lo junto da Agência Nacional de Inovação. Fomos aconselhados a iniciar a atividade noutra local, assim fizemos, e não descartamos a possibilidade desse mesmo terreno vir a ter essa utilização no futuro, mas não num futuro próximo, como acabei de dizer. Nós vamos ter mais cerca de quase cinco anos ligados àquele edifício, portanto não é expectável que isso aconteça a curto prazo, o que não quer dizer que não se comece a construir dentro deste tempo. Mas, neste momento, não está prevista qualquer aquisição. Já o resto é verdade, para as zonas industriais e os moinhos da Abelheira há uma tentativa. Aliás, provavelmente vamos tentar avançar aqui com uma primeira fase dos moinhos da Abelheira, com o que já temos, porque os processos negociais são bastante complexos e é uma das possibilidades que estamos a estudar, avançar com uma primeira fase para esse projeto que, efetivamente, há muitos anos que anda para ser concretizado. Estamos a tentar uma aproximação e se não houver resposta terá que ser por via da expropriação. Mas também é verdade uma coisa: isto simplificar-se-ia bastante se nós pudéssemos ter apoios de fundos comunitários, mas não temos.*

*E essa é a resposta que eu lhe dou para a biblioteca. Aliás, nós vamos avançar para a intervenção dentro de dias na biblioteca, não no edifício da biblioteca, mas no edifício do lado, onde está a Divisão de Obras Municipais, no rés-do-chão, para criar mais um espaço para a biblioteca. Mas a verdade é que é tudo feito com recursos do município e são cerca de duzentos mil euros que vamos ali gastar, e não temos um cêntimo de apoio. Se tivéssemos apoio, em primeiro lugar, poderíamos até passar à aquisição de uma das casas ao lado, chegou-se a ponderar isso e ampliar a biblioteca, ou então eventualmente até, pensar num edifício novo. Mas não há, não tem havido para a área da cultura, aliás praticamente não há dinheiro nenhum de fundos comunitários, infelizmente.*

*Basta lembrar o caso de S. Lourenço em que fomos para uma candidatura, foi chumbada, avançamos com uma empreitada, fizemo-la toda com recursos financeiros do município e, portanto, sem qualquer tipo de apoio para isso.*

*A lógica dos planos. Os planos não são documentos com carácter definitivo, nós num momento temos uma determinada estratégia que pode ser alterada. Os planos são para ser revistos, conforme se alteram as situações, e também não quer dizer que, no surgimento de uma nova ideia, nós tenhamos que ficar reféns de um plano que aprovamos. Não pode ser assim. Se for uma boa sugestão, se houver oportunidade, nós vamos fazê-lo na mesma, mesmo que não esteja previsto no plano. E esta circunstância de que fala do Parque Desportivo Municipal, resulta de um conjunto de pedidos. Repare o Futebol Clube de Marinhãs há anos que pede ao município um campo de treinos, só que a aquisição de terrenos naquele local onde estão e*



*trabalhar o terreno em função da sua morfologia e desenvolver o projeto ficaria por um valor que seguramente atingiria um milhão e meio de euros, dificilmente se conseguiria fazer por menos, com a iluminação, com o arrelvamento, etc. O Gandra precisa de um campo relvado. O Estrelas do Faro também quer um campo relvado. O Esposende precisa de um campo de treinos, porque também tem muitas equipas, muitos miúdos a jogar, e portanto, torna-se difícil. Não vou fazer um campo para cada um, isso está fora de questão, já passou esse tempo. A ideia seria criar/encontrar um espaço, onde pudéssemos construir uma infraestrutura dessas para dar resposta a essas necessidades dos clubes e que todos pudessem eventualmente usar essa infraestrutura. Parece-nos muito mais justo, até porque, seria uma infraestrutura gerida pelo município e não estaria dependente da permanência das direções dos clubes. Todos sabemos que, se calhar no Marinhas e no Esposende isso não se passará, embora no passado já houve problemas também, mas, nos clubes mais pequenos é normal que haja um conjunto de pessoas que gostam muito de futebol e estão ali, mas dali a um ano ou dois, nada nos garante que vamos continuar a ter uma direção. E investir trezentos ou quatrocentos mil euros num campo para o Gandra ou para o Estrelas do Faro pode ser extremamente complexo, e dali a um ano ou dois, o investimento estar lá parado, com os prejuízos que isso possa causar. Daí que nós apostamos nesta medida. Não é para construir o Multiusos. Já agora não é essa a nossa ideia pois o local onde nós pretendemos fazer isso não permite sequer esse tipo de edificação. A ideia é fazer um espaço apenas à imagem daquilo que existe na Póvoa de Varzim, para conseguirem materializar, apenas com os campos, com infraestruturas amovíveis, não invasivo, até porque estamos numa zona que já pertence ao Parque Natural. Portanto, estamos a falar dos terrenos entre a Av. dos Banhos e a zona de Cepães, ali ao longo da estrada nacional, do lado esquerdo, no sentido de Viana, será por ali. É um projeto a desenvolver, a conversar com as pessoas. O senhor Presidente da Junta já está informado da situação e gostaríamos muito de o poder materializar, mas ainda estamos a falar no projeto, portanto, não vamos executar a obra de imediato. Uma coisa eu sei, entre a aquisição dos terrenos que têm uma natureza similar aqueles que nós expropriamos para o canal, que rondarão os sete euros e meio, basta pensar assim, quarenta mil metros quadrados, estamos a falar de trezentos mil euros de investimento. Portanto, vejam bem o diferencial que tem para aquilo que eu dizia em relação só a fazer um campo para o Marinhas, por exemplo. Portanto, vale bem a pena explorar, do ponto de vista financeiro, essa situação, e ver se o podemos fazer, sendo certo que pela localização geográfica servia bem Marinhas, Esposende e todos estes clubes aqui envolventes. A zona sul já tem a situação resolvida: tem o Fão e tem o Apúlia, onde vamos investir, e a zona norte tem o Forjães, que tem também a situação resolvida.*

*Portanto, onde precisamos mesmo de atuar é nesta zona.*

*Mas, relativamente ao multiusos isso está fora de questão, nós temos ainda um assunto importantes e graves para resolver. O pavilhão de Fão está neste momento a ser gerido pelo município, vamos tentar melhorar as condições, explorá-lo como deve ser, para bem da própria freguesia e dos clubes. Temos um problema em Vila Chã para resolver com um pavilhão meio construído e meio por construir e que precisa claramente de se tomar uma decisão em relação aquele espaço, sendo que não é claramente a de demolir porque já lá está muito dinheiro do município colocado. Portanto, a ideia é tentar encontrar aqui um mecanismo financeiro para terminar aquele espaço.*

*Saber diferenciar aquilo que já temos e valorizar aquilo que já temos, e deixar essas questões um pouco para a frente. Daquilo que nós vamos vendo em relação a outros espaços para*

*multiusos, estamos a falar de investimentos muito avultados, sendo que não há apoio comunitário para isso, pois podemos estar a falar de cinco, seis, sete, oito, dez milhões de euros para fazer um pavilhão multiusos como deve ser, como o caso de Viana por exemplo. Nós não estamos nada virados para isso, não temos dinheiro para essas coisas, mais vale pensar de forma racional.*

*Quanto à questão de dizer que é um orçamento de continuidade, é efetivamente um orçamento de continuidade. Não se surpreenda por ver ali coisas que já lá estavam, pois a ideia é que se nós não o conseguimos concretizar no ano anterior, por qualquer tipo de motivo, nomeadamente financeiro, naturalmente que continua para o ano seguinte, até estar concretizado. É verdade! Mas há muitas coisas que nós terminamos, entretanto. Ecovias, enfim, um conjunto de investimentos, o canal está em execução, a Escola Secundária está em execução, as obras todas da Polis que estão aí. Basta dizer que as obras da Polis são obras que têm o nosso dinheiro lá também, é exatamente a mesma coisa que serem feitas por nós. Mas isto é uma dinâmica, estamos a gerar uma dinâmica, já disse há pouco, fazemos uns cinco ou seis projetos novos. Há-de ouvir falar disto durante os próximos anos, pois claro, então, nós estamos a começar com o projeto, vamos ter que adquirir os terrenos, enfim, todo este processo. Preciso é começar, não se pode pedir que uma coisa que está ainda no campo das ideias, passe a ser executada no dia a seguir. Portanto isso não é viável, nem é possível, até porque temos muito onde gastar o dinheiro nestes próximos anos. Julgo que respondi sucintamente às questões que colocou. Mas, reiterando que, de facto, há lapsos no documento que têm que ser corrigidos e não se voltarão a repetir."*

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR OS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2020 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO, MAPA DE PESSOAL E AS AUTORIZAÇÕES CONSTANTES DAS NORMAS DE EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO, COM 20 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E COM 9 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP.

Não participou na discussão e votação do assunto, por se encontrar legalmente impedido, o Presidente da Mesa da Assembleia Municipal.

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *"Votamos contra porquanto este orçamento é tão mau como o do ano anterior que mereceu também o nosso voto contra. Podiamo-nos estender mais na nossa declaração de voto, mas como grande parte dos assuntos que hoje estão em discussão nos pontos seguintes, também têm a ver com questões orçamentais, nomeadamente receitas, pessoal, etc, reservamos e para não estar aqui a maçar, reservamos a nossa posição sobre esses assuntos concretos, para esses pontos."*

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *"Ao contrário do que é insistentemente referido, estamos perante um dos piores orçamentos de sempre da Câmara Municipal de Esposende."*

*Um orçamento que prevê mais um empréstimo de 3,5 milhões de euros, para obras eleitoristas, que vai vender património, que continua a assaltar os bolsos dos munícipes, com taxas e impostos, continua a ter um aumento exponencial de despesas com pessoal, que contempla investimentos que se eternizam no tempo, que continua a desbaratar dinheiro, com consultorias, assessorias, prestações de serviço e "show-off", só pode merecer da nossa parte, o voto contra. No entanto, continuamos a dar todas as condições para que a maioria do PSD na Câmara Municipal execute o seu programa, e como tal, optamos pela abstenção naquele órgão, mas estamos muito longe de concordar com o documento. Feita uma análise simples ao documento verificamos o seguinte: os impostos diretos aumentaram trezentos e trinta e três mil euros, aumento de 5% relativamente a 2019; os impostos indiretos, aumentaram duzentos e oito mil euros, aumento de 112% relativamente a 2019. As transferências correntes aumentaram novecentos e onze mil euros, aumento de 12% relativamente a 2019. Em suma, o aumento das receitas correntes foi de 1,4 milhões de euros e o aumento das receitas de capital foi de 1,6 milhões de euros. Ou seja, tivemos aumentos de receitas de três milhões de euros.*

*Só em receitas fiscais o aumento foi de quatrocentos e setenta e sete mil euros.*

*A Câmara Municipal vai receber no próximo ano um milhão e duzentos e oitenta mil euros da participação do IRS dos munícipes. Não se entende que na última Assembleia Municipal, a maioria PSD tenha votado contra a nossa proposta de devolver 0,25% do IRS aos Esposendenses.*

*Quanto aos custos, efetivamente são preocupantes, senão vejamos: mais de seis milhões de euros de custos com pessoal, seis milhões! O ano anterior já tinha sido um ano de aumentos drásticos nesta rubrica. Em 2020 os aumentos serão de quatrocentos e vinte e quatro mil euros significando um aumento de 8% relativamente a 2019. Importa referir que estes encargos, compromissos e custos, são para sempre e vão comprometer as contas e investimentos futuros. Mais de seis milhões de euros, na aquisição de bens e serviços, com um aumento de oitocentos e cinquenta e seis mil euros, ou seja, mais 14% relativamente a 2019. As despesas correntes vão aumentar um milhão, setecentos e cinquenta mil euros, relativamente a 2019.*

*Uma mentira dita muitas vezes não se torna realidade. Este documento será, a curto e médio prazo, muito mau para os Esposendenses. O tempo o dirá!"*

Pelo Grupo Político do CDS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: "Votamos contra atenta aquilo que consideramos ser a insistência na falta de estratégia, na falta de visão, a médio e longo prazo, no que concerne aos investimentos no concelho, concelho cidade e concelho freguesias.

*Porque é que dizemos isto. Desde logo, porque consideramos ainda que há demasiado centralismo e que as freguesias merecem melhor, e, por outro, muita empreitada de obras públicas, muito betão, mas sem visão de futuro, porque muito pouca economia.*

*Acresce a isto, e não obstante estes pontos serem discutidos também à posteriori, também votamos contra porque o município continua a arrecadar a participação variável de IRS para si em vez de promover a devolução aos munícipes, conferindo-lhes melhor qualidade de vida. Apesar de, a título de exemplo, e só para dar esse exemplo, arrecadar só em IMI um valor superior ao já arrecadado nos anos anteriores.*

*São vários os motivos que podíamos aqui identificar, para não aprovar este orçamento, as grandes opções do plano e o mapa de pessoal, mas, especialmente e vou insistir nesta questão, no fundo, a reincidência na mesma estratégia de sempre, que consideramos que acaba por*



*levar à estagnação do desenvolvimento, do desenvolvimento presente e futuro, e que acaba por hipotecar os interesses do concelho.”*-----

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia municipal de Esposende vota favoravelmente a proposta da câmara municipal sobre os documentos previsionais para o ano de 2020 porquanto:*

*- Os documentos previsionais para 2020 refletem a estratégia da Câmara Municipal para o desenvolvimento do concelho, sendo de salientar que os valores propostos e que configuram o maior orçamento de sempre, destinam-se, nomeadamente, à conclusão de uma série de intervenções em curso, bem como a projeção e concretização de mais investimentos para o nosso concelho.*

*Na verdade, a ambição revelada nos documentos previsionais o melhor município de média dimensão do Minho, ocupando o segundo lugar na região Norte.*

*E na linha da gestão executada nos anos anteriores pelo atual executivo, também os documentos previsionais para o ano de 2020 serão executáveis, sendo certo que os mesmos abrangem todas as áreas essenciais acometidas à jurisdição e competência da autarquia.”*-----

#### **02.04 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ALTERAÇÃO À ESTRUTURA INTERNA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA ALÍNEA M) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de novembro de 2019, foi presente na sessão, para aprovação, Proposta da Câmara Municipal de Esposende para a Alteração à Estrutura Interna dos Serviços Municipais do Município de Esposende, nos termos da alínea m) do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Deputado municipal Manuel Carvoeiro foram colocadas as seguintes questões:

*“Senhor Presidente, eu pergunto ao senhor Presidente da Câmara se está em condições de garantir e assegurar perante esta Assembleia Municipal que o aumento de divisões não vai acarretar aumento de despesa, pela via da nomeação de chefes de divisão, por aí fora. Está em condições de assegurar isso? É isto que lhe pergunto. Se assume esse compromisso perante esta Assembleia, de que isto não vai traduzir-se num aumento de despesa, neste enquadramento que estou a referir, certo.*

*Quando diz que não vai abrir concursos, por aí fora, se vai ser assim mesmo, se não vai abrir. Até porque há aqui, repare, não gostamos de condicionar as nossas intervenções pelas intervenções de outros e posições de outros, mas olhando para o posicionamento do senhor vereador Rui Pereira, ele tem aqui uma expressão que diz assim: “muitos generais para tão frágeis soldados”. O senhor vereador até teve uma experiência de alguns anos na Câmara Municipal, conhece melhor do que eu, isto gera-me aqui alguns receios, porque não estamos a*

*falar de uma pessoa qualquer, é uma pessoa que tem responsabilidades. Senhor Presidente a questão é está, isto não vai trazer aumento de despesa? É que se for, conforme refere na exposição de motivos, que isto vai mais pela via da assunção de novas competências, mais fluída a gestão da Câmara, do serviço prestado aos cidadãos, por aí fora, bem então, sim. Se não me garantir isso..."*

O Presidente da Câmara prestou esclarecimentos nos seguintes termos:

*"Senhor deputado, o município de Esposende, já teve oito ou nove divisões. Depois em função da realidade de imposições legais passou a ter no máximo seis, e tinha seis chefias de divisão. Por acaso recorde-me que tínhamos sete, quando se aposentou o engenheiro Peixoto, passamos a ter seis. Neste momento só temos quatro chefes de divisão.*

*Eu não lhe vou dizer que não vamos ter mais um ou dois porque é o mínimo exigível para o funcionamento. Nós temos previstas treze e o que eu lhe estou a dizer é que, por criarmos treze, não quer dizer que vamos ter treze. Mas isso não quer dizer que não tenhamos que ter mais uma, ou duas ou três, porque há aí divisões que precisam claramente de uma chefia.*

*Portanto, eu não lhe vou dizer que não vai aumentar. Agora o que eu lhe posso garantir é que não vão ser todas preenchidas, nem nada que se pareça. Eu digo, vai ser conforme as necessidades. Agora, o que não é aceitável, é termos numa estrutura como a Câmara Municipal de Esposende apenas quatro chefes de divisão e nenhum chefe de departamento, neste momento, que fique bem claro.*

*Sabe o que é que isto origina? Que os senhores vereadores tenham um trabalho imenso, a fazerem papel de chefes de divisão e de vereadores ao mesmo tempo, o que não é o que se pretende numa estrutura destas.*

*Portanto, de forma muito clara e transparente: não estou a dizer que não vá aumentar, porque vamos ter que ter mais pessoas, não tenho dívida nenhuma. O que lhe estou a dizer é que não vamos preenchê-las todas, só porque temos treze, pode haver algumas que nunca venham a ser preenchidas sequer. E vamos fazê-lo ao ritmo daquilo que forem as necessidades. Posso-lhe garantir uma coisa, chefes de departamento não vamos ter, isso garanto-lhe desde já, porque não é necessário, não sentimos que seja necessário nesta fase. Daqui a um ano ou dois não faço ideia, mas neste momento está completamente fora de questão. Divisões, mais uma, ou duas, ou três é provável, não sei. Vamos ver as necessidades.*

*Eu gostava que olhassem para isto de um determinado ponto de vista. Por exemplo, a educação tem prevista uma divisão, porque vai fazer falta, e era um mero serviço da Câmara Municipal. A cultura a mesma coisa. Gostava que olhassem desse ponto de vista, da atenção que nós estamos a dar a setores fundamentais da nossa sociedade, ao criarmos uma estrutura capaz de dar resposta a esses setores, entre outros. Também a questão da auditoria, etc, questões muito concretas da gestão interna, que é preciso tratar.*

*A ideia de abrir concursos, sim, abriremos não sei quantos, dois ou três, não faço ideia, conforme as necessidades."*

O Deputado municipal Manuel Carvoeiro voltou a intervir, nos seguintes termos:

*"Olhando para a divisão da Juventude, Tempos Livres e Desporto e o serviço da Juventude, não é referido nada, no que concerne a este âmbito, quanto à criação e implementação do Conselho Municipal da Juventude, que como sabem eu repetidamente tenho abordado."*

O Presidente da Câmara esclareceu, nos seguintes termos:

*“Eu acho que a estrutura orgânica não tem que definir, essa é uma questão que vai surgir no âmbito de uma decisão, não tem que estar neste documento, como é evidente. E havia um enquadramento legal, a dada altura esses Conselhos não foram criados porque havia interferências em termos de decisão com órgãos como por exemplo, a Assembleia Municipal. Na altura não foi criado por via dessa circunstância e isso é uma questão que carece de análise jurídica e, portanto, podemos debatê-la noutra altura, mas não é no âmbito deste documento que tenha ficado definida a criação ou não do Conselho Municipal da Juventude.”*

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA E ASSIM, APROVAR A ALTERAÇÃO À ESTRUTURA INTERNA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, 4 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP E 5 ABSTENÇÕES DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP.

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra porquanto esta proposta no fundo, vem dar corpo aquilo que tem sido a política da Câmara nos últimos tempos.*

*O senhor Presidente da Câmara justifica a contratação de pessoal com as competências que esta Câmara e esta maioria, recorrentemente recusou receber do Estado. Mas não só. Também tem a ver com a contratação de pessoal, quando tem pessoal na Câmara suficiente para executar uma quantidade de tarefas, não só as que vão ser agora remetidas para a Câmara Municipal por força da lei, mas também, por aquelas que a Câmara recorrentemente usa a figura do ajuste direto e contrata a prestação de serviços externos. Basta dizer que, por exemplo, no passado dia 14 de novembro, a Câmara abriu procedimento para o Projeto de Requalificação do Mercado Municipal, quando o mesmo já tinha sido efetuado por duas arquitetas da Câmara Municipal. Que funções relacionadas com a prestação de serviços de Coordenação de Segurança em Obra, Segurança e Medicina no Trabalho, foi adjudicado a uma empresa de Braga, por setenta e quatro mil e oitocentos euros, quando tem pessoal na Câmara, para fazer parte deste serviço. Que, para a prestação de serviços jurídicos, têm sido contratados juristas externos à Câmara, a Solicitadores, a Advogados, quando a Câmara tem no seu pessoal, inclusivamente enviou uma jurista que trabalha na Câmara para a Esposende Ambiente e tinha pessoal para fazer os serviços, e tem pessoal na Câmara que faz os serviços, nomeadamente solicitadoria, que sempre fez.*

*Quando a Câmara contrata para fazer avaliações uma empresa que não se reconhece nenhuma avaliação até agora, mas anda há oito ou nove anos a fazer avaliações para a Câmara Municipal e a Câmara a pagar.*

*Quando contrata por mil e quinhentos euros mensais, em média, uma veterinária para vir três dias à Câmara, e depois contrata outra veterinária por seis meses, por mais mil e quatrocentos euros, em média, por mês.*



*Portanto, se a Câmara aproveitasse os recursos endógenos que tem, o pessoal que tem, em vez de andar a desbaratar os seus próprios recursos humanos, e poupasse dinheiro nisso, e poupasse na contratação de pessoal, certamente o concelho seria muito melhor gerido do que aquilo que é.”*-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “A estrutura interna dos serviços municipais está em constante mudança, rápida, diremos nós. Em 2013 as unidades orgânicas do município eram 8, em 2018 passaram a ser 9 e agora, este executivo propõe que passem a ser 13, com mais 2 unidades intermédias. Temos nesta proposta a criação de vários serviços, que apenas gerem espaços e projetos, como são o caso do Banco Local de Voluntariado, OTL, Casa da Juventude, Transportes, Loja Social, entre muitos outros. É mais uma vez uma estrutura ajustada às pessoas e não ao funcionamento, eficácia e eficiência, e, por isso, abstemo-nos.”-----

Pelo Grupo Político do CDS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “Votamos contra por um conjunto de motivos. Mas, designadamente porque de facto, tempo após tempo, ano após ano, a verdade é que se pretende uma alteração constante da estrutura interna dos serviços do executivo camarário, o que nem trás sequer e tão pouco, diremos nós, estabilidade aos recursos humanos.

*Por outro lado, foi identificado aqui pelo senhor Presidente, na sua exposição de motivos, que, no fundo, estão aqui a antecipar as novas competências que se pretende receber.*

*Senhor Presidente, no fundo aquilo que sucede é, nós até votamos ao lado do executivo municipal, no que diz respeito a não receber imediatamente essas competências, e por esse motivo, eu também não posso passar cheques em branco. Quando se pede que, no fundo se altere a estrutura interna dos serviços, no sentido de estar já a pensar naquilo que vai ser o futuro, quando não sabe ainda como vai ser. E quando diz: “o que eu garanto é que não vou ter 13 chefes de divisão”.*

*Termino a minha declaração de voto dizendo que voto contra, porque não passo cheques em branco a este executivo municipal.”*-----

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia municipal de Esposende vota favoravelmente a proposta da câmara municipal para a Alteração à estrutura interna dos serviços municipais de Esposende pelo seguinte:

*- É do conhecimento geral dos deputados da presente Assembleia que está em curso um processo de transferência de competências ao abrigo da Lei n.º 50/2018, consagrando o referido diploma legal, que as autarquias locais são a estrutura fundamental para a gestão de serviços públicos numa dimensão de proximidade, e por isso, a transferência de competências constitui a consagração do princípio da subsidiariedade e alegadamente está assente numa lógica de descentralização administrativa. Isto, apesar do nevoeiro que existe sobre o envelope financeiro a conceder às autarquias para prossecução das competências que serão, obrigatoriamente, exercidas pelos municípios a partir de 1 de Janeiro de 2021.*

*Por esse motivo, é necessário precaver e proceder a alguns ajustes da estrutura interna dos serviços municipais, para albergar as competências a transferir, bem como salvaguardar um desempenho eficiente e célere dos departamentos municipais na prestação dos serviços aos*

*municipes. E por isso, consideramos que o documento agora proposto, traduz a devida clarificação e concretização dos serviços a serem desempenhados por cada divisão.”-----*

**02.05 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, NOS TERMOS DA ALÍNEA D) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.-----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de novembro de 2019, foi presente na sessão Proposta para a fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis para o ano de 2020, nos termos da alínea d) do nº 1 do artigo 25º da lei 75/2013, de 12 de setembro. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----

Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, FIXAR A TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS PARA VIGORAR NO ANO DE 2019 EM 0,30%, COM EFEITOS NA LIQUIDAÇÃO QUE SERÁ FEITA EM 2020.-----

MAIS DELIBEROU A REDUÇÃO DA TAXA DE IMI DESTINADO A HABITAÇÃO PRÓPRIA E PERMANENTE, COINCIDENTE COM O DOMICÍLIO FISCAL DO PROPRIETÁRIO, EM FUNÇÃO DO NÚMERO DE DEPENDENTES QUE, NOS TERMOS DO ARTIGO 13º DO CÓDIGO DO IRS, COMPÕEM O AGREGADO FAMILIAR DO PROPRIETÁRIO, EM: A) € 20 PARA 1 DEPENDENTE A CARGO; B) € 40 PARA 2 DEPENDENTES A CARGO; C) € 70 PARA 3 DEPENDENTES A CARGO.-----

DELIBEROU AINDA, NOS TERMOS E PARA OS EFEITOS DO Nº 19 DO ARTIGO 71º – INCENTIVOS À REABILITAÇÃO URBANA - DO ESTATUTO DOS BENEFÍCIOS FISCAIS (EBF): A) ISENTAR DE IMI OS PRÉDIOS URBANOS OBJETO DE AÇÕES DE REABILITAÇÃO NOS TERMOS DA RESPECTIVA ESTRATÉGIA DE REABILITAÇÃO DO MUNICÍPIO, POR UM PERÍODO DE CINCO ANOS, A CONTAR DO ANO, INCLUSIVE, DA CONCLUSÃO DA MESMA REABILITAÇÃO, PODENDO SER RENOVADA POR UM PERÍODO ADICIONAL DE CINCO ANOS, CONFORME DISPOSIÇÕES DO Nº 7 DO ARTIGO 71º DO EBF; TENDO PRESENTE AS COMPETÊNCIAS CONFERIDAS AOS ÓRGÃOS MUNICIPAIS RELATIVAMENTE ÀS TAXAS A APLICAR NA ÁREA DO MUNICÍPIO REFERENTES AO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, COMPETÊNCIAS ESTAS CONSAGRADAS NO ARTIGO 112º DO CÓDIGO DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS, APROVADO PELO DECRETO-LEI Nº 287/2003, DE 12/11.-----

VOTARAM A FAVOR 27 MEMBROS DOS GRUPOS POLÍTICOS DO PPD/PSD, DO JPNT, DO CDS-PP E DO PCP, OS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS, E ABSTIVERAM-SE 3 MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *"Abstemo-nos porque não vamos votar contra uma proposta que se aplica o valor mínimo legalmente admissível em termos de IMI. No entanto entendemos que do ponto de vista social esta proposta não é a mais justa, e que, no âmbito total das receitas municipais, como já referimos o ano passado e há dois anos, devia ser revisto. Porquê? Porque a taxa do IMI é uma taxa aplicada aos prédios, paga pelos proprietários, e os proprietários dos prédios em Esposende que é uma zona de segunda habitação, muitas vezes não são cidadãos de Esposende, não são munícipes de Esposende que são beneficiados com esta medida pagando menos IMI do que aquilo que podiam pagar.*

*Na nossa opinião, nós devíamos era aumentar esta taxa e diminuir a taxa de IRS.*

*Porquê? Porque no IRS, na parte dos 5% que a Câmara pode prescindir, todos os contribuintes de Esposende, todos os cidadãos de Esposende, seriam beneficiados, quer os proprietários residentes em Esposende, quer os que são contribuintes e não são proprietários. Ou seja, um casal de trabalhadores que não tem propriedades poderia ser beneficiado a esse nível. Também o aumento do IMI não iria prejudicar o investimento no imobiliário, porque por exemplo, os imóveis que estão arrendados, o IMI, é sempre dedutível em termos de IRS, para efeitos fiscais.*

*Portanto, os proprietários locais não seriam prejudicados, nem os proprietários não locais, e seriam beneficiados essencialmente os cidadãos do concelho de Esposende.*

*Concelhos muito maiores do que Esposende e muito mais ricos do que Esposende e com a mesma cor política da maioria de Esposende, por exemplo Famalicão, prescinde de metade dos 5%, 2,5% do IRS e, em termos de IMI, tem uma política diferente da de Esposende. Portanto, nós abstemo-nos porque, entendemos que ninguém pode votar contra, quando uma Câmara propõe apresentar uma taxa mínima, mas achamos que é socialmente injusta para a população residente, e beneficia essencialmente os proprietários que não são do concelho. Mais, prejudica as juntas de freguesia, porque as juntas de freguesia têm 1% do IMI urbano, como receita própria, que é transferida para a junta de freguesia, e a uma baixa, quanto menor for a taxa de IMI, menor é o valor tributário, e menor é o valor a transferir para a junta de freguesia.*

*Portanto, abstemo-nos por essas razões."*

Pelo Grupo Político do CDS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *"Voto favoravelmente e louvo até, esta proposta da Câmara Municipal, mas é essencial que se diga que, com a apresentação desta proposta, a Câmara não fica a perder, é evidente que, podemos dizer: "temos um valor patrimonial tributário dos prédios, que é elevado", é verdade, Esposende é isso, acaba por ser causa e consequência também de se arrecadar uma receita elevada de IMI para o concelho. O que é relevante que se esclareça é que, é verdade que a taxa é mínima, no entanto, o município vai arrecadar um valor de imposto superior a anos anteriores. E depois quando podia fazer opções para ter impostos e fixar taxas mínimas e que beneficiassem os cidadãos do concelho, já não fixa, mas disso trataremos num ponto a seguir."*

Pelo Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *"Na sequência do que disse o meu colega de bancada, dr. Titó, na realidade, o tema do IMI para as juntas de freguesia, faz lembrar aquelas*



*tempestades, que são criadas pelas borboletas na China e depois quando chegam aqui são tempestades.*

*Nós temos que ter consciência e o senhor Presidente há pouco tocou num assunto, também no que diz respeito às Câmaras Municipais, quando há alterações no Governo central e que, toca nas Câmaras Municipais, no que diz respeito às ordens dos trabalhadores, aos ordenados mínimos, etc.*

*Nestes últimos 10 anos, as juntas de freguesia têm sido delapidadas!*

*Têm sido delapidadas porque, continuam a receber o mesmo do FFF (Fundo de Financiamento das Freguesias), e nestes últimos 10 anos sofremos com o aumento do ordenado mínimo, sofremos com a retenção do Serviço Nacional de Saúde. Tivemos claramente um benefício, depois de uma grande luta, este 1% do IMI, e portanto, isto é muito crítico para nós na realidade, o tema do IMI. Se, no primeiro ano em que recebemos o IMI foi uma boa fatia, na realidade com estas vantagens que a Câmara Municipal está a dar aos proprietários, que é disso que estamos a falar, temos vindo a ter menos receita no que diz respeito ao IMI. Portanto, eu peço alguma atenção à Câmara Municipal nesta questão do IMI porque na realidade é uma receita interessante para as juntas de freguesia e que não convém continuar a ser delapidada.*

*Eu não sei que contas fez a dr.ª Tânia, as minhas contas é que, nos últimos três anos a minha receita de IMI tem diminuído, portanto acho que a da Câmara também, porque eu recebo uma percentagem sobre ela, isto sobretudo pelo aumento que tem a ver com o IMI familiar e ano após ano, não estamos a falar de mil euros, estamos a falar de dois e três mil euros, que para uma junta de freguesia é muito.*

*Nós recebemos 1% do urbano, de há quatro anos a esta parte, e isso foi uma grande entrada de dinheiro para as juntas de freguesia. O que é certo é que ele tem vindo a decrescer e, portanto, eu peço atenção à Câmara Municipal para este aspeto, e na realidade, seria muito mais justo o tema do IRS e não mexer tanto, ou seja, aumentar a taxa do IMI.”*

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia municipal de Esposende vota favoravelmente a proposta da câmara municipal da taxa do Imposto Municipal sobre imóveis (IMI) porque:

- A proposta apresentada pela câmara Municipal permite aos munícipes a obtenção de diversas vantagens fiscais.

Concretamente:

- A fixação da taxa de imposto municipal sobre imóveis para prédios urbanos no seu limite mínimo, de 0,30%, pelo quarto ano consecutivo, permite a poupança aos munícipes de aproximadamente dois milhões de euros por ano e cerca de oito milhões de euros, ao fim de quatro anos, caso fosse cobrada a taxa máxima.

- A existência de uma redução da taxa de IMI nos prédios destinados à habitação própria e permanente, em função do número de dependentes, privilegiando-se assim os agregados familiares mais numerosos, numa lógica de incentivo às famílias;

- Por último, as isenções concedidas na reabilitação de prédios urbanos, como forma de promover a estratégia de recuperação do imobiliário degradado do nosso concelho de Esposende.”

## **02.06 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DA TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM PARA O ANO DE 2020, NOS**

**TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 14 de novembro de 2019, solicita à Assembleia Municipal que se mantenha para 2020 o valor fixado nos anos anteriores, para a Taxa Municipal dos Direitos de Passagem ou seja, 0,25%. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E ASSIM FIXAR EM 0,25% A TAXA MUNICIPAL DOS DIREITOS DE PASSAGEM A APLICAR EM 2020.**-----

Pelo Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Apúlia e Fão foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“No que diz respeito a esta taxa municipal dos direitos de passagem, isto refere-se aos operadores de telecomunicações, e eu creio, senhor Presidente, eu não faço ideia qual será o máximo a propor, mas na realidade, os operadores de telecomunicações são aqueles que sempre abusaram dos traçados, sempre colocaram postes nos terrenos privados. Eu alerto que, neste momento, há um operador que está a usar a IP pública, os postes da EDP e está a lançar a fibra ótica. Nós estamos a caminho, e muito bem senhor Presidente, independentemente dos meios que estão a ser tomados, duma smart city, temos um concelho smart, e não fica bem, nem abona bem da nossa paisagem urbana, os cabos nos postes.*

*Isto porquanto, todos nós seguramente que estamos aqui, grande parte de nós pelo menos, tem gás canalizado em casa e tem telecomunicações e seguramente que a fatura do gás canalizado, não é tão grande quanto a das telecomunicações. O gás é enterrado, portanto os operadores das telecomunicações, deviam ser obrigados a fazer o enterramento das infraestruturas. O senhor Presidente tem a lei do seu lado, e tem ainda uma possibilidade que é fazer a sua própria rede e alugá-la.”*-----

**02.07 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL SOBRE A PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL NO IRS PARA O ANO DE 2020, NOS TERMOS DO Nº 2 DO ARTIGO 26º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.**-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com a sua deliberação tomada em 14 de novembro de 2019, solicita à Assembleia Municipal que se mantenha o valor fixado para os anos anteriores, ou seja, uma participação variável de 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal no concelho de Esposende, relativa aos rendimentos do ano de 2020. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA E, ASSIM, APLICAR DURANTE O ANO DE 2020 UMA PARTICIPAÇÃO VARIÁVEL DE 5% NO IRS, NOS TERMOS DO DISPOSTO NO NÚMERO 2 DO ARTIGO 26º DA LEI Nº 73/2013, DE 03 DE SETEMBRO, COM 22 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E 8 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS, DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT E DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP.-----

Pelo Grupo Político do PCP foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Sobre esta matéria, nós votamos a favor da proposta da Câmara, pelo seguinte: em torno disto há, por aí, muita demagogia e que tem feito caminho. Aliás, até recorde que em junho até votamos a vossa proposta, mas numa reflexão mais aprofundada sobre o assunto e com toda a seriedade que marca a nossa atuação, a nossa declaração é neste sentido:*

*- Sendo o IRS um imposto de taxa progressiva que é suscetível de poder traduzir princípios de solidariedade e justiça na carga fiscal, isto apesar das distorções que têm sido introduzidas pelo aumento da carga fiscal, sobre os rendimentos do trabalho, e pelo tratamento preferencial dado aos rendimentos do capital, não faz qualquer sentido que, quanto a este imposto em concreto, o desagravamento da carga fiscal se faça designadamente, de concelho para concelho, ao sabor das necessidades financeiras de cada município, da vontade política dos seus órgãos, ou de meras opções demagógicas. Muito menos sentido faz que este desagravamento seja concretizado à custa dos municípios pela redução, ainda que voluntária, da participação dos recursos públicos a que constitucionalmente têm direito.*

*O benefício fiscal que resulta para os munícipes esposendenses, pela abdicação do município de metade da participação no IRS, a que tem constitucionalmente direito, seria:*

*1º - Socialmente injusto por reduzir a carga fiscal tanto mais quanto maiores forem os rendimentos de cada um;*

*2º - Seria de montante ridículo para cada um dos beneficiários, mesmo para os de mais altos rendimentos e nulo, ou quase nulo, para a generalidade da população, sendo que quem tem baixos rendimentos nem sequer paga IRS;*

*3º - Significativo quando acumulado, podendo contribuir para diminuir a capacidade de realização da obra do município e, conseqüentemente, degradar os níveis ou a qualidade do atendimento aos cidadãos, ou, em alternativa, pressionar no sentido da busca de receitas alternativas em outros impostos, taxas, tarifas ou preços.*

*A recusa de posições demagógicas nesta matéria pelo PCP é acompanhada pela nossa firme convicção de que o desagravamento da carga fiscal, em particular sobre os rendimentos do trabalho, é uma necessidade que sucessivos governos têm deliberadamente ignorado, com uma notável exceção, e passam o odioso para os municípios, quando é o poder central que tem que resolver os problemas fiscais, concretamente do IRS.*

*Na anterior legislatura, graças à intervenção decisiva do PCP e à luta dos trabalhadores, foi possível aliviar o IRS sobre os rendimentos do trabalho, designadamente dos mais baixos rendimentos, com o alargamento do minio de existência e a criação de dois novos escalões,*



*bem como, com a eliminação da sobretaxa. Isto sim constitui um avanço nesta matéria e é nesta sede que este problema se tem que resolver. Avanço esse que, apesar de manifestamente insuficiente, dadas as opções neste caso do PS, que está no Governo, e a sua submissão aos interesses do capital e de estarmos na União Europeia, serve para ilustrar a importância do PCP, enquanto força coerente, na defesa dos interesses dos trabalhadores e das populações. É neste contexto que nós votamos a favor da proposta da Câmara. Não morremos de amor, como já demonstramos, pelas propostas da Câmara, mas esta é correta e na nossa perspetiva faz sentido a proposta que aqui foi apresentada. Estes problemas não se resolvem em cada município, mas sim através de medidas muito concretas do poder central e da política governativa.”*-----

Pelo Grupo Político do CDS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Voto contra e esta nossa posição já não é nova. Já aqui tivemos oportunidade de nos pronunciarmos sobre esta questão e votamos contra porque esta é uma opção política do município, e sendo uma opção política, poderia eu até dizer (e já aqui antes disse isto), não tenho capacidade para renunciar a toda esta receita. Se calhar teria pelo menos para renunciar a uma parte. Isto são opções políticas que de facto se fazem, e aqui há uma opção política clara que é a de não devolver qualidade de vida aos residentes do concelho.”*-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Como se depreende da nossa declaração de voto relativamente à questão do IMI, somos de opinião que é socialmente mais justo a Câmara prescindir de receita relativamente ao IRS e não relativamente ao IMI.*

*Na questão do IMI nós não temos preconceitos relativamente à redução de impostos, seja ela feita por quem for. Relativamente à redução do IMI, quem é beneficiado são os proprietários e tão só os proprietários sejam os grandes, sejam os pequenos, sendo que os grandes, na maior proporção que os pequenos, e muitos deles, no nosso caso de Esposende, muitos deles, por pessoas que não pagam impostos em Esposende, são residentes noutros locais, e que, o IRS é pago, noutro local.*

*No caso do IRS não. O IRS é pago pelos rendimentos, sejam do trabalho, sejam outros, os rendimentos produzidos pelos cidadãos, pelos munícipes de Esposende, aqueles que cá residem, aqueles que têm cá a sua residência fiscal, e que, por isso mesmo, a Câmara tem uma percentagem das suas receitas. E é uma política inteligente, na minha ótica, e na nossa ótica, haver uma captação de rendimentos através também dessa via, nomeadamente da captação de pessoas, para Esposende, usando a via fiscal.*

*Cada vez mais a questão fiscal vai ser uma questão determinante para o desenvolvimento de qualquer território, seja um concelho, seja um país, e não temos qualquer tipo de preconceito, até porque nem todos os trabalhadores ganham o salário mínimo e há pessoas que ganham acima do salário mínimo que pagam IRS e que bem jeito lhes fazia ver recuperado 2,5 ou até 5% do valor do IRS pago.”*-----

Pelo Grupo Político do JPNT foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Nós há dois anos votamos contra a proposta da Câmara e o ano passado também. Este ano, infelizmente, deparamo-nos com o mesmo cenário. Os anos passam e tudo continua igual, e não serve de nada estarmos a gastar o nosso latim. De nada, é caso para dizer “vira o disco e toca o mesmo”. De nada serve alertar, fazer ver, propor, recomendar.*

*Recomendamos que na elaboração dos Documentos Previsionais para 2020, a Câmara Municipal considerasse a redução da taxa de IRS, para 2,5%. Essa recomendação foi chumbada pela bancada do PSD e agora é isto!*

*De nada serve demonstrar-se que se o executivo quisesse de facto baixar a carga fiscal sobre os Esposendenses poderia fazê-lo precisamente naquilo que é a sua participação no IRS. Outros municípios Portugueses há muito que o fazem, mesmo aqueles que não têm uma situação financeira tão favorável como tem Esposende. Aos municípios que já elencamos o ano passado, juntou-se também agora outro, Braga.*

*Este executivo quer dinheiro, e nada contra, desde que seja bem gerido e nunca à custa dos munícipes.*

*Não se lembra o executivo de deixar de gastar no que é absolutamente supérfluo e que em nada contribui para o desenvolvimento do concelho. Mas a prioridade deste executivo não é seguramente o bem-estar dos seus munícipes.*

*E senhor deputado, não é uma questão de demagogia, é uma visão política, é uma questão de opções e de prioridades, e é isso que está em causa, as prioridades. É precisamente neste aspeto que não concordamos com esta proposta, e por desnecessidade de mais considerações, votamos contra esta proposta.”*

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia municipal de Esposende vota favoravelmente a proposta da câmara municipal sobre a participação variável no IRS para o ano de 2020 pelos seguintes fundamentos:

- Considerando a nossa constituição da república estipula que “o imposto sobre o rendimento pessoal (IRS) visa a diminuição das desigualdades e será único e progressivo, tendo em conta as necessidades e os rendimentos do agregado familiar”. Destacamos do preceito, o termo progressivo, o que significa que este imposto visa onerar os rendimentos mais elevados com taxas mais altas, permitindo assim a redistribuição dos rendimentos pelo Estado nas mais diversas formas para combate às desigualdades que o país padece.

- Considerando que a possibilidade do município propor uma taxa variável no IRS de 2020 deriva da necessidade da repartição dos recursos públicos entre o Estado e os municípios, tendo em vista atingir os objetivos de equilíbrio financeiro horizontal e vertical e combate às citadas desigualdades, pois com estas receitas, as autarquias passam a dispor de meios e recursos para devolver aos munícipes os montantes arrecadados, através de serviços eficientes ao dispor dos mesmos, e investimentos em prol do desenvolvimento do concelho e previstos nos documentos previsionais aprovados na presente sessão.

- Assim, reconhecendo que uma taxa inferior permite aos munícipes uma poupança no seu IRS, a verdade é que a mesma beneficiará quem mais aufere, colocando em causa o princípio constitucional de combate à diminuição das desigualdades, pelo que, entendemos que a proposta apresentada pelo executivo é defensável na medida que a taxa fixada permita o bom funcionamento dos serviços e a concretização de todos os investimentos previstos e planeados.”

**02.08 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A ISENÇÃO DE TAXAS PELA OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E PUBLICIDADE, QUANDO CONEXAS A QUALQUER ATIVIDADE ECONÓMICA, PARA O ANO DE**

**2020, NOS TERMOS DA ALÍNEA B) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

Foi presente na Sessão proposta da Câmara Municipal, que de harmonia com sua deliberação tomada em 14 de novembro de 2019 solicita à Assembleia Municipal autorização para a isenção do pagamento das taxas de ocupação do espaço público e publicidade, quando conexas a qualquer atividade económica, no período entre 1 de janeiro de 2020 e até aprovação e entrada em vigor do Regulamento de Ocupação do Espaço Público, Mobiliário Urbano e Publicidade do Município de Esposende que se encontra em discussão pública. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente Sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita. -----

Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, APROVAR A PROPOSTA NOS TERMOS APRESENTADOS, E ASSIM CONCEDER A ISENÇÃO DO PAGAMENTO DAS TAXAS DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO E DE PUBLICIDADE PREVISTAS NOS ARTIGOS 31º, 34º, 35º, 36º, Nº 1 E Nº 4 DO ARTIGO 37º E ARTIGO 39º-A DO CAPÍTULO V DO ANEXO 8 DA TABELA DE TAXAS E PREÇOS MUNICIPAIS, NO PERÍODO ENTRE 1 DE JANEIRO DE 2020 E ATÉ APROVAÇÃO E ENTRADA EM VIGOR DO REGULAMENTO DE OCUPAÇÃO DO ESPAÇO PÚBLICO, MOBILIÁRIO URBANO E PUBLICIDADE DO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE, COM 27 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO JPNT, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO CDS-PP, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E 3 VOTOS CONTRA DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PS.-----

Pelo Grupo Político do PS foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“Votamos contra, à semelhança do que fizemos no ano passado.*

*Esta proposta tem um sofisma, é que parte do princípio que era possível a Câmara aplicar qualquer taxa, quando a Câmara não tem Regulamento e, portanto, não pode aplicar taxa nenhuma. E depois há aqui uma questão que, do ponto de vista dos princípios, acaba por ser, não só contraditório, mas até hipócrita, porque é a proposta imediatamente a seguir, em que a Câmara diz: “nós não podemos prescindir de IRS nenhum, porque precisamos da receita”, mas depois já podem prescindir das taxas das esplanadas todas.*

*Quer dizer, dos comerciantes, das esplanadas, pode prescindir das taxas todas, mas do IRS dos trabalhadores, não pode. E esta questão de dizer que os impostos do IRS é progressivo, para ser socialmente mais justo, conforme determina a Constituição, também devia ser aplicado ao IMI, porque o IMI também beneficia, principalmente, e no caso de Esposende, numa elevadíssima percentagem (não sei os números exatos, mas talvez mais de 20, ou 30%) dos proprietários dos imóveis do concelho de Esposende, não moram no concelho de Esposende, nem pagam impostos em Esposende, nem pagam IRS em Esposende. E são beneficiados pela baixa do IMI, isso é que nos preocupa. É que estamos a onerar os*



*Esposendenses e quem cá paga impostos e a beneficiar quem tem cá grandes casas com piscina, etc, que é beneficiado pela redução do IMI.*

*E por isso não venham dizer que no caso das esplanadas a Câmara prescinde e que não pode prescindir do IRS porque isto é uma falácia, é uma hipocrisia, e é uma contradição. Pode-se beneficiar os comerciantes, muitos deles com esplanadas em espaços públicos, ou quase todas em espaços públicos, muitos deles que até vedam as esplanadas, terrenos que foram cedidos pelos promotores das construções para espaços públicos, para praças, para passeios, e estão ocupados com esplanadas, e ainda por cima não pagam taxas. Portanto, nós temos que votar contra.”*

Neste momento, pediu a palavra a Deputada municipal Tânia Mota, do Grupo Político do CDS, tendo referido:

*“Como elemento desta Assembleia Municipal, porque já são meia-noite e vinte e sete minutos, estamos ainda para votar o ponto 02.09, temos aqui para votar questões de grande responsabilidade, e, penso que aquilo que esta Assembleia teria de melhor a fazer, era promover o adiamento desta Assembleia, até porque já passamos do dia 25, para o dia 26. E, eu pessoalmente me confesso que, passadas três horas e meia de aqui estar a trabalhar, que estou cansada e gostava de poder continuar a trabalhar.”*

O Presidente da Assembleia respondeu à senhora deputada, nos seguintes termos:

*“Senhora deputada, alguns dos assuntos que estão na ordem do dia são para conhecimento. A cadência da votação tem sido certa, não estamos a perder muito tempo e, portanto, é uma questão de continuarmos a trabalhar como estamos. Não é a primeira vez que estamos numa sessão com alguma duração. No início da reunião pedi alguma contenção no período de antes da ordem do dia, mas tivemos a que tivemos, dei a liberdade, porque era importante falarmos sobre os assuntos que tínhamos que falar, pois é a Assembleia Municipal, é aqui o local próprio para se discutirem os assuntos e, portanto, a Mesa entende que deve continuar a sessão.”*

A Deputada municipal Tânia Mota voltou a intervir, tendo referido que queria votar a proposta, tendo o Presidente da Mesa questionado ao abrigo de que artigo do Regimento queria votar a proposta. A senhora deputada municipal respondeu não saber qual era o artigo, pois não tinha o Regimento consigo, mas sabia que era possível.

O Presidente da Mesa esclareceu:

*“A senhora deputada fez uma questão à Mesa, se pretende fazer um requerimento, os requerimentos têm que dar entrada na Mesa, por escrito e se quiser, entretanto, ainda pode fazê-lo, ao abrigo do artigo que eu mostro o Regimento. Agora, não podemos é interromper, estar a perder tempo, porque estamos com uma cadência certa na votação, as pessoas estão a votar e estão a fazer declarações.”*

Ausentou-se neste momento da Assembleia Municipal, a Deputada municipal Tânia Mota, do Grupo Político do CDS.

De seguida o Deputado municipal Manuel Carvoeiro do Grupo Político do PCP interrompeu os trabalhos, em defesa da deputada municipal do CDS, tendo sido chamado à atenção pelo

Presidente da Mesa de que não o poderia fazer sem lhe ser dada a palavra, tendo prosseguido com os trabalhos.

**02.09 – APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A AUTORIZAÇÃO PARA CANDIDATURA/CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO: LINHA DE CRÉDITO BEI PT 2020 - AUTARQUIAS, NOS TERMOS DA ALÍNEA F) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DA LEI 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de novembro de 2019, foi presente na sessão, para aprovação, Proposta da Câmara Municipal de Esposende para autorização da candidatura/contratação de empréstimo; Linha de crédito BEI PT 2020 – Autarquias, que tem como objetivo financiar a contrapartida nacional de projetos de investimento autárquico aprovados no âmbito do programa Norte 2020, no montante de 1.404.963,88, conforme anexo I, por um prazo de 15 anos, com um período de carência de 3 anos, com taxa Euribor 6 meses acrescida de spread de 0,277%, bem como autorizar que a modalidade de garantia a constituir a favor do Estado para assegurar o cumprimento das obrigações de pagamento de capital e juros decorrentes do financiamento Linha de crédito BEI PT 2020 – Autarquias, caso seja aprovado, seja a “retenção de transferências do Orçamento do Estado”. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.

Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.

Colocado o assunto à discussão, pediu a palavra o Deputado municipal Tito Evangelista, tendo referido:

*“Só para dizer que nós somos contra esta proposta, não concordamos com ela, nem concordamos com a maioria das que vêm a seguir. Mas atendendo ao comportamento da Mesa que achamos inaceitável, vamos, em solidariedade com a nossa colega do CDS, abandonar esta assembleia.”*

O Presidente da Mesa esclareceu nos seguintes termos:

*“A Mesa é soberana, os requerimentos têm que dar entrada na Mesa. Se os senhores deputados não conhecem o Regimento a é culpa vossa. Portanto, devem conhecer o Regimento. Se entendem que esta é a melhor forma de prestar um serviço aos municípios do concelho de Esposende, é a vossa opinião.”*

Interrompeu de seguida a Deputada municipal Sandra Bernardino do Grupo Político do JPNT, referindo que também iriam abandonar os trabalhos em solidariedade, tendo o Presidente da Mesa referido:

*“Senhora deputada municipal há um Regimento para ser cumprido, a senhora deputada apresentava um requerimento escrito e eu colocava à votação pelo plenário. Isto não é por questões de solidariedade, porque se fosse por questões de solidariedade, também deveria haver solidariedade no período de antes da ordem do dia e não terem ocupado tanto tempo, para depois terem tempo para o período da ordem do dia. O que eu acho é que a responsabilidade fica com quem a assume e, portanto, isto fica gravado. Se pretendem*

*abandonar é um direito vosso, dos senhores deputados municipais, e a Mesa terá isso em conta nos termos do regimento.*-----

Neste momento abandonaram a Assembleia Municipal os 3 membros do Grupo Político do PS e os 4 membros do Grupo Político do JPNT.-----

Interveio de seguida o Deputado municipal Manuel Carvoeiro do Grupo Político do PCP, nos seguintes termos:

*"Foi criada aqui uma situação que era evitável, Senhor Presidente. Quem, aqui, colocou a questão da solidariedade para com esta senhora deputada, fui eu. A solidariedade não se manifesta com as ausências e com os silêncios, nós temos aqui uma ordem de trabalhos extensa, sem dívida e amanhã tenho que estar em Fafe às oito e meia. Foi criada esta situação! Não rompo solidariedades com ninguém e sou sensível para estas coisas. O interesse do município reclama que eu esteja aqui e continue a acompanhar os trabalhos. É o interesse no município, e, por isso, vou continuar nesta sessão. Estou inteiramente solidário com a senhora deputada e acho que todos deveríamos estar solidários.. Interrompíamos os trabalhos e prosseguíamos noutro dia, nos termos Regimentais e legais."*-----

O Presidente da Mesa esclareceu:

*"Senhor deputado, eu dei a possibilidade de a senhora deputada fazer um requerimento e eu analisaria no ponto seguinte. A senhora deputada é que entendeu não fazer requerimento nenhum, e entendeu, tomar essa posição. Não é a primeira vez que estamos até estas horas e há matérias que são importantes, esta é a nossa obrigação. Todos nós trabalhamos amanhã, é a nossa obrigação de prestarmos um serviço ao município. Até porque, pelo facto de estarmos aqui presentes, todos temos direito a uma senha de presença, que na maior parte dos casos é entre sessenta e cinco e noventa euros, no caso da Mesa é um valor superior. O senhor Presidente da Câmara e os senhores vereadores do executivo não têm, têm os senhores vereadores que não têm pelouro. Portanto, nós estamos aqui com uma remuneração e, portanto, melhor ou pior é o que está na lei, ponto final. Portanto, é nossa obrigação prestar um serviço ao município."*-----

Verificada a existência de quórum, prosseguiram os trabalhos.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Deputado municipal Manuel Carvoeiro foram colocadas as seguintes questões:

*"Eu pergunto à Câmara se acha que deve ser investido dinheiro público na realização de obras em espaços privado, aliás esta questão já foi colocada em Assembleias anteriores. São questões sobre a titularidade de determinados espaços, não porque eu tenha aqui qualquer questão de princípio contra isto, gostava, sim, de recolher um esclarecimento cabal sobre a matéria.*

*E se não foi de todo possível considerar obras, se calhar mais necessárias, prementes, como aquelas que referimos, intervenções como na biblioteca municipal, na resolução de problemas com a falta de redes de águas pluviais, em determinadas urbanizações, se este levantamento está feito, se não era possível inserir este tipo de intervenções, obras, no âmbito deste*



*empréstimo.*-----

O Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

*“Senhor deputado, de forma muito concreta, nós só podemos ir ao Banco Europeu de Investimento mesmo para a participação nacional. Ou seja, só em obras que sejam participadas por Fundos Comunitários, e por isso é que aqui estão apenas elencadas as obras do PARU, que são aquelas que têm uma participação nacional. E, portanto, não poderíamos incluir aqui nenhuma dessas obras que disse porque, infelizmente, não têm financiamento europeu e não poderiam ser incluídas.*

*Quanto à justificação do empréstimo, ela foi dada. Naturalmente que essas intervenções poderão vir a ser feitas noutra contexto, mas contando apenas com os nossos recursos.*

*E já agora deixe-me dizer-lhe que está prevista uma intervenção na biblioteca para requalificação, mas não uma intervenção como nós teríamos previsto inicialmente, muito mais abrangente, mas para corrigir aquelas situações que são efetivamente complexas e que tem a ver com infiltrações de água, etc. Essa está prevista. Não é a intervenção que nós pretendíamos fazer para a biblioteca. Mas, aqui não é mesmo possível, se tiver oportunidade de ler com atenção o documento, está aí descrito que só apenas para estas circunstâncias. Infelizmente não podemos ir mais longe.*

*Relativamente à questão que colocou sobre investimento em espaços privados, o que está aqui previsto no PARU é que, efetivamente, há uma destas obras que é para efetuar num espaço supostamente privado, um assunto que foi aqui levantado numa Assembleia anterior - estamos a falar da Alameda do Bom Jesus, em Fão. Entretanto fizemos o estudo da situação, pedimos um esclarecimento à Comissão de Coordenação, e através do modelo do comodato para utilização daquele espaço, é possível, com acordo do proprietário do terreno, que é a Confraria do Bom Jesus de Fão e com autorização da Arquidiocese de Braga. É possível promover essa intervenção uma vez que o terreno tem efetivamente um caráter público, de utilização pública, o senhor Presidente da Junta está aí e não me deixa mentir, e, portanto, faz todo o sentido que haja essa intervenção. Esta intervenção exclui o espaço dentro do adro, que fique bem claro, porque tem uma delimitação em pedra. Porque aí já seria uma circunstância mais específica, mas toda a envolvente existente, fica salvaguardada por esta via do contrato de comodato, tendo já sido validada em Assembleia dos irmãos e estamos apenas a aguardar pela validação da Arquidiocese para podermos avançar com esta candidatura, pois o projeto está concluído neste momento.”-----*

Colocado o assunto a votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA NOS TERMOS APRESENTADOS, E ASSIM AUTORIZAR A CANDIDATURA/CONTRATAÇÃO DE EMPRÉSTIMO; LINHA DE CRÉDITO BEI PT 2020 – AUTARQUIAS, COM O OBJETIVO DE FINANCIAR A CONTRAPARTIDA NACIONAL DE PROJETOS DE INVESTIMENTO AUTÁRQUICO APROVADOS NO ÂMBITO DO PROGRAMA NORTE 2020, NO MONTANTE DE 1.404.963,88, CONFORME ANEXO I, POR UM PRAZO DE 15 ANOS, COM UM PERÍODO DE CARÊNCIA DE 3 ANOS, COM TAXA EURIBOR 6 MESES-ACRESCIDA DE SPREAD DE 0,277%, BEM COMO AUTORIZAR QUE A MODALIDADE DE GARANTIA A CONSTITUIR A FAVOR DO ESTADO PARA ASSEGURAR O CUMPRIMENTO DAS**

**OBRIGAÇÕES DE PAGAMENTO DE CAPITAL E JUROS DECORRENTES DO FINANCIAMENTO LINHA DE CRÉDITO BEI PT 2020 – AUTARQUIAS, SEJA A “RETENÇÃO DE TRANSFERÊNCIAS DO ORÇAMENTO DO ESTADO”, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E 1 VOTO CONTRA DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP.**-----

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia municipal de Esposende vota favoravelmente a proposta da câmara municipal para a autorização de contratação de empréstimo de médio e longo prazo, pelo seguinte:*

*- O combate às desigualdades, a coesão nacional, o desenvolvimento do país sucede ano após ano por força do esforço e das políticas desenvolvidas pelo poder local, centros autónomos de tomada de decisões e de proximidade com os cidadãos. Este executivo integra o lote de autarquias que contribui decisivamente para o progresso e desenvolvimento do país e bem-estar da sua população. Mas para continuar o trabalho trilhado até ao momento, os recursos financeiros são essenciais para a projeção, concretização e conclusão dos projetos necessários para o desenvolvimento do nosso concelho. Nesse sentido, saúda-se o facto de a legislação nacional permitir aos municípios a contratação de empréstimos, nomeadamente, os empréstimos de médio e longo prazos, que podem ser contraídos para aplicação em investimentos.*

*- A contratação do presente empréstimo pela autarquia será, não para fazer face a despesas correntes e de tesouraria, mas para aplicar em investimentos em prol do concelho, das freguesias, o que valida a estratégia da Câmara Municipal de trabalhar com rigor e com “contas certas”, pois reforça a sua ambição de dotar o nosso território com equipamentos, com políticas públicas de apoio às pessoas e às instituições do concelho.”*-----

**02.10 – APROVAÇÃO DE REVISÃO ORÇAMENTAL DOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O ANO DE 2019 – ORÇAMENTO, GRANDES OPÇÕES DO PLANO E MAPA DE PESSOAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA A) DO Nº 1 DO ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de novembro de 2019, foi presente na sessão, para aprovação, Revisão aos Documentos Previsionais para o corrente ano – Orçamento, Grandes Opções do Plano e Mapa de Pessoal, conforme documentos anexos à proposta, com a inscrição do projeto “Realização do Capital Social da Polis Litoral Norte”, nos termos da alínea a) do nº 1 do artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo Deputado municipal Manuel Carvoeiro foram colocadas as seguintes questões:

*“A propósito da Polis, já numa anterior sessão perguntei ao senhor Presidente, até porque, creio, integra ou integrou o órgão social - conselho de administração desta Sociedade , se*

sabia se os demais municípios, Viana do Castelo e Caminha haviam realizado o capital a que estavam vinculados. As informações que possui é de que não o terão feito e parece-me que ainda estarão muito distantes de tal acontecer.

É evidente que defendo que todos devemos ser cumpridores, devemos cumprir as nossas obrigações, os compromissos assumidos e, claro está, isto transpõe-se para o município. Parece que estamos aqui a ser uns exímios cumpridores e, depois, os nossos parceiros não cumprem. A questão é: eles têm obra nos seus territórios? E, se sim, qual é o volume dessas obras? Ou não têm? Ou é em proporção do capital que realizaram?

O Senhor Presidente diz: "está em liquidação! Depois o Senhor Ministro diz: virá uma nova Sociedade Polis", mas o que virá é uma Sociedade nova, já não se tratará desta Sociedade Polis, mas de uma outra sociedade.

Ou será a continuação desta Sociedade Polis?

Bem, há aqui uma quantidade de questões que são importantes. De resto, nós, PCP, estamos a equacionar, à semelhança do que fizemos com a CIM, requerer a vinda, embora isto não tenha um enquadramento legal, regimental, mas admito que haja abertura nesse sentido, do Eng.º Pimenta Machado para falar sobre isto, falar abertamente, francamente sobre o estado da Polis e, eventualmente, debater estas questões. É preciso mais informação sobre o funcionamento da Polis, como é que estas coisas estão a acontecer e, portanto, no fundo, nós estamos aqui a retirar quinhentos mil euros, a obra não vai ser feita, para depositar aqui na Polis."

O Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

"Muito rapidamente. A Polis são três municípios e o Estado. O capital social é 47% dos municípios e o Estado tem 53%. O Estado é representado pela APA e pelo ICNF no conselho de administração e, depois, há um representante de cada município em que é rotativo. Portanto, são dois representantes do Governo, sempre permanentes, em representação do Estado maioritário, e, rotativamente ano após ano, os municípios. Esposende, desde o início, realizou logo dois milhões, seiscentos e dez mil euros, portanto, 2/3 do capital social. E esse dinheiro é para quê? Para custos de estrutura, técnicos, etc, que fazem todo o trabalho para aparecerem aí as obras, e para a contrapartida nacional, nos investimentos que tenham a ver com requalificação.

Tudo o que são obras de defesa costeira por exemplo, os municípios não põem nada. Por isso é que eu sempre disse que em S. Bartolomeu do Mar, nos molhes, na restinga, em que tanta gente achava que pusemos lá muito dinheiro, mas não pusemos nenhum, zero. O município de Esposende não pôs lá dinheiro nenhum, foram o Estado e Fundos Comunitários. E o dinheiro do capital social que é assim consumido. Naturalmente que o capital dos outros municípios é também consumido: se houver menos obras, consomem menos, independentemente de terem que pôr lá um determinado valor no início. Os custos de estrutura são divididos por todos, na percentagem que têm no capital social, e os outros custos é em função das obras que fizeram.

Muito rapidamente: Viana do Castelo teve muitas obras; nós fomos os primeiros e tivemos muitas obras, Caminha não fez praticamente nada. Isto não é no sentido pejorativo, mas é verdade, faz muito pouco. No entanto, Esposende cumpriu sempre. Viana do Castelo teve um momento de incumprimento, mas depois fez um empréstimo, penso que de um milhão e setecentos mil euros, para colocar lá dinheiro, e colocou e, ainda, agora ia colocar mais algum, porque precisamos desse dinheiro para as obras continuarem. Caminha praticamente não pôs nada, penso que pôs cem mil euros, se não estou em erro, aqui há tempos, pelo que



*deve mais de dois milhões de euros à Polis. Estão numa situação difícil e isto não é para ser levado no sentido pejorativo, nem sequer uma crítica ao meu colega. É a realidade dos factos, devem mais de dois milhões de euros à Polis. O incumprimento dos outros não deve levar ao nosso incumprimento, sendo certo, que a existir continuidade desta estrutura Polis terá, depois, que levar a um acerto. Eu não abduco, e isso digo já aqui, do acerto de contas à posteriori, em que quem não pôs o dinheiro tem que ser penalizado por isso. Penalizado em que sentido? Naturalmente ficar com menos capital e menos percentagem dentro da sociedade e ter menos obras na futura estrutura que vier a funcionar, que será a adaptação desta. Disso não abduco, porque não vamos sair prejudicados, e nunca vou permitir que o município de Esposende saia prejudicado. Portanto, quem cumpre tem direito às obras, quem não cumpre, tem que ter menos percentagem e menos obras no seu território. É a vida. E também não vale a pena perderem muito com a questão financeira, porque eles depois não vão ter dinheiro para ir lá colocar na componente nacional, portanto, não vale a pena entrar por aí, é tão simples quanto isto.*

*Penso que esclareci. Para mim há um princípio básico que é: a componente financeira para mim é sagrada. Nós não vamos ficar a dever, porque os outros ficam a dever, nós cumprimos e ganhamos sempre com esse tipo de postura, não tenho dívida absolutamente nenhuma.”-----*

Colocado o assunto a votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E 1 VOTO CONTRA DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, APROVAR A REVISÃO AOS DOCUMENTOS PREVISIONAIS PARA O CORRENTE ANO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.**-----

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “*A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia municipal de Esposende vota favoravelmente a proposta da câmara municipal de revisão orçamental dos documentos previsionais para o ano de 2019, porquanto:*

*- É notória e está na agenda mediática a emergência climática que o nosso país e o nosso planeta enfrenta, sendo que, existem estudos que apontam para a subida das águas do mar e diversas partes do nosso concelho sejam inundadas dentro de 30 anos.*

*- A sociedade Polis Litoral Norte, foi constituída por diversos concelhos, incluindo Esposende, e entre os seus objectivos e obras a serem prosseguidas, encontram-se obras que visam a defesa da nossa costa, a protecção e reforço das dunas e obras nas frentes marítimas.*

*- O concelho de Esposende, desde a constituição da sociedade Polis, está deveras comprometido com os objectivos e propósitos assumidos por esta sociedade, tendo contribuído para a realização do capital social da mesma e não pretende falhar com o seu compromisso, sendo certo que, a referida sociedade está, neste momento, a prosseguir diversas empreitadas e investimentos em diversos concelhos, nomeadamente o nosso.*

*- E uma vez que, um novo projeto vai ser inscrito no plano plurianual de investimento da sociedade Polis, que irá beneficiar o nosso concelho, compreende-se a necessidade da revisão dos documentos previsionais do ano de 2019.”-----*

**02.11 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE AUTORIZAÇÃO PRÉVIA DO PLANO DE INVESTIMENTOS NAS FREGUESIAS – 2ª FASE E AS INTERVENÇÕES NO ÂMBITO DO PARU, CUJO FINANCIAMENTO SE PREVÊ VENHA A SER CONCRETIZADO POR RECURSO A UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO, NOS TERMOS DO ARTIGO 49º E DO Nº 2 DO ARTIGO 51º DA LEI 73/2013, DE 3 DE SETEMBRO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de novembro de 2019, foi presente na sessão, para discussão e autorização prévia, o Plano de Investimentos nas Freguesias – 2ª fase e as intervenções no âmbito do PARU, cujo financiamento se prevê venha a ser concretizado por recurso a um empréstimo de médio e longo prazo, nos termos do artigo 49º e do nº 2 do artigo 51º da lei 73/2013, de 3 de setembro. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito.-----

Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA APRESENTADA, CONCEDENDO AUTORIZAÇÃO PRÉVIA PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO DE MÉDIO E LONGO PRAZO.-----

**02.12 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DE INTEGRAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE GEMESSES NA ESCOLA BÁSICA DE GEMESSES, QUE PASSARÁ A AGREGAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CEB, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 14º E 15º DO DECRETO-LEI Nº 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, E NA ALÍNEA K) DO NÚMERO 2, ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de novembro de 2019, foi presente na sessão para aprovação, ao abrigo do disposto nos artigos 14º e 15º do Decreto-Lei nº 21/2019, de 30 de janeiro, e na alínea k) do número 2, artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proposta de integração do Jardim de Infância de Gemeses na EB de Gemeses, que passará a agregar a oferta de Educação Pré-Escolar e 1º CEB. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Com autorização do Presidente da Câmara foi dada a palavra à Vereadora Angélica Cruz que fez uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto à discussão, pediu a palavra o Presidente da Junta de Gemeses tendo o mesmo referido:

*“Obviamente que na sequência do parecer vou aprovar esta integração, dizendo que peca por tardia. Tivemos aqui algum tempo em que não seria necessário. Mas obviamente que há seis anos que se verifica a continuidade do decréscimo de alunos e tudo indicava que seria a*

*medida mais acertada. Mas também, não só por esse fator, mas ainda como um fator preventivo, porque, obviamente que a concentração de 42 alunos vai, de alguma forma, obstar a que a DGEST tome uma atitude menos consentânea e mais dolorosa para Gemeses, porque se Gemeses efetivamente perde a escola, isso então, estamos perdidos.*

*Portanto, salvaguardando sempre, penso que isso ficou claro quer na reunião, quer no parecer, que devemos, e penso que sem mais demoras, é um apelo, ao senhor Presidente da Câmara, sem mais demoras, avançar com as obras o mais rápido possível. Até porque, posso também já dizer, que há outras obras complementares a fazer pois caiu um teto na escola básica antes de ontem, e hoje outro, e, por conseguinte, urge uma intervenção o mais rápido possível e criar condições não só para a própria integração, mas também porque são urgentes. Como vamos, com certeza, ter a oportunidade de observar urge efetivamente essas obras e elas já estavam planeadas independentemente da integração ou não.*

*Também da nossa parte temos estado a praticar o ATL, a parte das refeições, etc, etc, pelo que neste tempo, muito invernosos como está neste último mês, é impossível servir almoços naquelas condições às crianças e as mesmas estarem a brincar no mesmo espaço.*

*Portanto, por favor, e é um apelo que eu faço, urge fazermos as obras o mais rapidamente possível e que são simples. Não vale a pena contratarmos mais engenheiros, aquilo é muito simples. Haja vontade para que efetivamente em setembro, o mais breve possível, tenhamos um ano letivo novo, com condições.*-----

Interveio de seguida o Deputado municipal Manuel Carvoeiro, nos seguintes termos:

*“No plano estritamente pessoal sou a favor de processos de agregação de vários estabelecimentos de ensino, pelas razões mais diversas: a socialização dos miúdos, as condições que se lhes oferecem, por aí fora. No entanto, não estou aqui a representar-me a mim, represento o PCP. o que ora digo é o resultado de uma discussão que foi feita coletivamente no meu Partido e da auscultação de pessoas de Gemeses, incluindo docentes. Em resultado dessa auscultação e do debate que fizemos emergem algumas questões:*

- 1) foram feitas obras nos últimos anos no jardim de infância de Gemeses?*
- 2) se quando foram efetuadas essas obras foi ou não equacionada a regressão que, então, já se verificava? Diz o senhor Presidente da Junta que, pelo menos, há seis anos já se verificava essa regressão da população do ensino pré-escolar e do primeiro ciclo?*
- 3) que montantes terão sido gastos nestas obras?*
- 4) se antes da integração que agora é proposta vão ser efetivamente efetuadas obras na escola do primeiro ciclo do Calvário?*
- 5) E, finalmente, uma questão que assume particular relevância nisto tudo: o edifício do jardim-de-infância que ficará devoluto, assim como o outro que existe, acho que é do Souto, ficarão no âmbito da esfera patrimonial do município, ou vai acontecer a estes edifícios o mesmo que aconteceu em Fão, na Escola das Pedreiras, que depois de ficar devoluto foi cedido aos bombeiros e os bombeiros, num ápice, venderam-no a privados? Assim, a esfera patrimonial do município ficou mais pobre, quando há tanta coisa para fazer em várias áreas. São estas questões senhor Presidente.”*-----

O Presidente da Câmara esclareceu nos seguintes termos:

*“Bem, vão ter que ser efetuadas obras de adaptação da escola. Os dois edifícios vão ter utilização e não está previsto, como é evidente, passar para a esfera privada, como é lógico, pois de certeza que alguma associação ou a junta de freguesia terá alguma função para dar*



*aquele edifício. Dar nota que o edifício das Pedreiras que foi cedido aos bombeiros não foi numa ótica de passar para a esfera privada, mas antes numa ótica de cedência de património para a angariação de receita para os bombeiros. Nós não vendemos o edifício e ficamos com o dinheiro, nós demos o edifício aos bombeiros para eles venderem e realizarem uma receita para despesas próprias e para comprarem ambulâncias, etc. Vamos ver as coisas assim e ser corretos na análise, que foi exatamente assim que aconteceu.*

*Isso não é ir para o privado. Por exemplo, nós temos a intenção de alienar parte do nosso património, como aqui já referi também, e o património irá para o privado. Mas, paciência, eu quero é o dinheiro do lado de cá, O que interessa é que os bombeiros tenham recebido o dinheiro justo pelo negócio, isso é que é verdadeiramente importante. Portanto, não me parece que percamos nada, sinceramente, disse e muito bem o senhor Presidente da Junta, pois importa é criar melhores condições para as crianças, a salvaguarda da continuidade da escola nos dois graus de ensino na freguesia, em que é fundamental que não a perca. Portanto, penso que estamos todos alinhados com isso, e o senhor Presidente pode confiar que é para fazer as obras de imediato, logo que seja possível lá estaremos para resolver o problema, e amanhã, há uma visita com a senhora vereadora e com o eng.º João Leite, para avaliar essa situação de obras que sejam necessárias.*-----

O Presidente da Junta de Gemeses voltou a intervir, tendo o mesmo referido:

*“Já agora só um esclarecimento se me é permitido fazer. Não foram gastos nestes últimos seis anos, tanto quanto eu saiba, verbas avultadas, foram obras de manutenção, de pintura, coisas muito simples, pois não podíamos deixar aquilo ao abandono. Obviamente que já partilhei com a vereação algumas ideias que temos para isso. Claro que a minha preocupação é manter uma estrutura que seja gerível o melhor possível, para bem da freguesia de Gemeses. Fechando, as coisas são mais complicadas e, também, se calhar a ocupação por exemplo desse jardim-de-infância, em vez da escola do Souto, porque o ATL é mais próximo, há uma gestão mais efetiva. E porque não a escola do Souto pois temos valências que gostaríamos de ver aplicadas.”*-----

Colocado o assunto a votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E 1 ABSTENÇÃO DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, APROVAR A PROPOSTA DE INTEGRAÇÃO DO JARDIM DE INFÂNCIA DE GEMESSES NA ESCOLA BÁSICA DE GEMESSES, QUE PASSARÁ A AGREGAR A OFERTA DE EDUCAÇÃO PRÉ-ESCOLAR E 1º CEB, AO ABRIGO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 14º E 15º DO DECRETO-LEI Nº 21/2019, DE 30 DE JANEIRO, E NA ALÍNEA K) DO NÚMERO 2, ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADA.**-----

**02.13 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL DO PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO MUNICIPAL (PEEM), AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA H) DO NÚMERO 1, ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de novembro de 2019, foi presente na sessão para aprovação, ao abrigo do disposto na alínea h) do número 1, artigo 25º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12 de setembro, proposta da Câmara Municipal do Plano Estratégico Educativo Municipal (PEEM). Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Com a autorização do Presidente da Câmara foi dada a palavra à Vereadora Angélica Cruz que fez uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto à discussão, pediu a palavra o deputado municipal Manuel Carvoeiro tendo o mesmo referido:

*“Eu sobre esta matéria recordo que, na última sessão desta Assembleia Municipal, propus ao Senhor Presidente da Câmara que fosse equacionado o agendamento de uma sessão pública, para debater o Plano. Até propus que essa sessão pudesse ser feita aqui nesta Assembleia Municipal. Recordo-me, isso está na ata, que o senhor Presidente acolheu a ideia até com agrado e que ficou de ver o assunto com a senhora vereadora, terá sido esta resposta que me deu, no sentido do agendamento desta sessão/debate, apresentação. Isso não aconteceu. É pena que não tivesse acontecido, não se tivesse debatido este documento, era importante para o concelho. Já agora pergunto porque é que não aconteceu, porque é que a Câmara não apresentou este documento publicamente, tendo ficado, apenas, pela mera exigência legal do debate público?*

*Quanto ao documento em si, nós procedemos à sua análise. E com o máximo respeito que temos por todos aqueles que participaram nisto, de resto eu conheço o consultor científico, conheço-o muito bem, não podemos deixar de dizer que estamos perante um documento que tanto serve, , que tanto para Esposende como para Vimioso, como para Trancoso, Benavente, Faro ou Alcoutim, Castro Marim, Óbidos, Estarreja ou Freixo de Espada à Cinta.*

*De forma muito clara, estamos à dizer que é um documento feito, em certos aspetos, tipo chapa cinco que, na nossa perspetiva, dá para tudo.*

*Estamos perante um Plano que é omissivo num aspeto importantíssimo: a intervenção precoce. E é estranho que este documento tenha sido tão participado na sua conceção e, depois, surja esta omissão. Tão participado! Isto é relativo, porque parece que houve conselhos pedagógicos que não participaram, há professores que nos disseram nunca ter ouvido falar disto. Se calhar a culpa também é deles, de alguns será.*

*A intervenção precoce, não sei se os meus amigos sabem o que é? Ora o Plano é omissivo nesta matéria! O mesmo se diga quanto ao diagnóstico, à caracterização do diagnóstico, ao enquadramento, e mesmo no quadro das estratégias.*

*No que concerne à questão da expansão da educação pré-escolar é um documento tímido, não direi tanto quanto à caracterização, mas sim quanto à propositura, quanto às estratégias. É um documento que repisa e verte, contém, um conjunto de projetos, de programas, por aí fora, que já estão em curso. Portanto se já em curso, quase que se poderia dizer que não era preciso o Plano para pôr em prática coisas que já estão no terreno.*

*Como exemplo do que afirmo, podemos falar deste projeto de Combate ao Insucesso Escolar, ver as folhas 43 do documento, enfim.*

*Poder-me-á dizer, mas porque não participou do debate público?*

*Mas já dissemos ao senhor Presidente que há matérias que são políticas e eu venho aqui para fazer uma abordagem política, porque a abordagem técnica, essa seria outra. -----*

Com autorização do Presidente da Câmara foi dada, novamente, a palavra à vereadora Angélica Cruz, que prestou os seguintes esclarecimentos:

*“Este Plano Estratégico não limita todas essas ações mais específicas. O primeiro eixo é, “Promoção do sucesso educativo” e, com duas linhas orientadoras, que são:- a promoção do sucesso, e - a prevenção do abandono escolar precoce.*

*E um dos objetivos que aparece é sinalizar precocemente dificuldades de adaptação à escola e de aprendizagem, e, promover a inovação e a criatividade. Há aqui vários objetivos e, em cada ano, o que se pretende é que seja delineado, definido um plano de ação. Um plano de ação que, pode ser concretizado através de várias ações que, num Plano estratégico basicamente com eixos mais globais, não fica aqui tudo detalhado, e claro que, no início de cada ano, nós vamos elaborar o Plano tendo em conta estas alíneas e, portanto, não é muito fechado, poderia ser muito mais aprofundado, mas isso fica para a concretização dos Planos de ação de cada ano.*

*Nós temos efetivamente uma sessão pública de apresentação do mesmo, mas claro que podê-la-íamos ter feito antes, mas fá-la-emos de seguida. Não me ocorreu nesta altura, sinceramente, neste período em que esteve em discussão pública, mas fá-la-emos logo que seja oportuno a partir desta altura.” -----*

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA DOS PRESENTES, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E 1 ABSTENÇÃO DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, APROVAR O PLANO ESTRATÉGICO EDUCATIVO MUNICIPAL (PEEM), AO ABRIGO DO DISPOSTO NA ALÍNEA H) DO NÚMERO 1, ARTIGO 25º DO ANEXO I À LEI Nº 75/2013, DE 12 DE SETEMBRO, NOS PRECISOS TERMOS EM QUE FOI APRESENTADO.-----

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia municipal de Esposende vota favoravelmente a proposta da câmara municipal do plano estratégico educativo municipal, pois, a Educação desempenha um papel decisivo no desenvolvimento do cidadão e das comunidades, e constatamos que, ao longo das últimas décadas os municípios têm assumido gradualmente mais responsabilidades no domínio das políticas educativas. Como exemplo desta afirmação, não podemos negligenciar a criação do conselho municipal da Educação, em Junho de 2003, a subscrição pelo município da Carta das Cidades Educadoras, em 2007 e agora a produção deste documento designado de Plano Estratégico Educativo Municipal, que permite a concretização de uma governança concelhia no plano da educação para os próximos quatro anos. E acreditamos que este é instrumento estruturante, orientador e prospetivo, constituindo uma oportunidade para toda a comunidade escolar.” -----*



**02.14 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE PROJETOS EDUCATIVOS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2020, ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ZENDENSINO – COOPERATIVA DE ENSINO E INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, BEM COMO, AUTORIZAÇÃO DA OUTORGA DO MESMO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de novembro de 2019, foi presente na sessão para deliberação, proposta para a celebração de Contrato-Programa para a prestação de serviços de execução de tarefas de projetos educativos na área no Município de Esposende para o ano de 2020, entre o Município de Esposende e a Zendensino – Cooperativa de Ensino e Interesse Público de Responsabilidade Limitada, bem como, autorização da outorga do mesmo pelo Presidente da Câmara. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Com autorização do Presidente da Câmara foi dada a palavra à Vereadora Angélica Cruz que fez uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE PROJETOS EDUCATIVOS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2020, ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ZENDENSINO – COOPERATIVA DE ENSINO E INTERESSE PÚBLICO DE RESPONSABILIDADE LIMITADA, BEM COMO, AUTORIZAR A OUTORGA DO MESMO PELO PRESIDENTE DA CÂMARA.-----

**02.15 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ANULAÇÃO DO ATO PRATICADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A 29 DE ABRIL DE 2013, PELAS RAZÕES E PELOS FUNDAMENTOS ELENCADOS NA PROPOSTA, E NOS TERMOS DO DISPOSTO NO NÚMERO 2 DO ARTIGO 165º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, POR PADECER DE UM VÍCIO DE FORMA POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO, POR APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 152º E 153º DO ALUDIDO CÓDIGO. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de novembro de 2019, foi presente na sessão para aprovação, pelas razões e pelos fundamentos elencados na proposta, com os quais concorda, e nos termos do disposto no número 2 do artigo 165º do Código do Procedimento Administrativo, a Anulação do ato praticado a 29 de abril de 2013, por padecer de um vício de forma por falta de fundamentação, por aplicação do disposto nos artigos 152º e 153º do aludido código e porque se encontra dentro do prazo legal para o efeito, por referência do disposto no número 1 do artigo 168º,

também daquele código. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.-----

Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto, tendo em suma referido:

*"Senhor Presidente, este é um assunto extremamente importante e que carecia de ser resolvido. Em fevereiro de 2005 foi celebrado entre as Estradas de Portugal, as atuais Infraestruturas de Portugal, um protocolo com o município de Esposende, e prendia-se, no fundo, em que o município assumisse a responsabilidade da gestão da estrada 305 em Vila Chã, Curvos, Palmeira e a 205-1 na zona de Fonte Boa, Rio Tinto e Gemeses. À troca, se é que podemos dizer assim, a EP deveriam ajudar o município a concretizar três vias fundamentais: a variante norte de Apúlia, a variante de Ofir e a Av. João Paulo II, em Marinhas. Aconteceu que ficamos com as estradas e apenas foi concretizada uma dessas obras que é a Av. João Paulo II, em Marinhas, que dá até à zona do campo de futebol e da escola de Marinhas.*

*Entretanto, em 2013 foi entendido pelo município, pela câmara municipal à data, que a Estrada de Portugal não teriam cumprido com a sua parte e foi aprovada uma proposta na Câmara e que depois veio à Assembleia Municipal, no sentido de se denunciar este contrato, se é que se pode utilizar essa expressão, ou da rescisão deste acordo. O que acontece é que a Estradas de Portugal nunca aceitaram essa posição da Câmara Municipal, porque entendiam que foi a Câmara Municipal que não conseguiu estar à altura de cumprir com a sua parte, nomeadamente, não elaborou projetos e nem procedeu à expropriação ou aquisição dos terrenos. E o processo ficou sempre neste limbo. Ou seja, até agora vivíamos na circunstância em que as Infraestruturas de Portugal diziam que as estradas eram nossas e nós dizíamos que não eram nossas porque eles não tinham cumprido parte do acordo. O problema é que, entretanto, há manutenção para ser feita, as estradas estão completamente deterioradas e eu recorde que, já no final do mandato anterior, tinha intenção de fazer manutenção em troços dessa estrada, nomeadamente na zona de Gemeses e na zona de Palmeira e Curvos, e não pude fazer porque não tinha legitimidade para o fazer. Tínhamos um documento contraditório e era preciso esclarecer isto de uma vez por todas. E o que é que fiz? Insistimos constantemente com a Estradas de Portugal para assumirem as suas responsabilidades e eles respondiam, invariavelmente, que não era responsabilidade deles. Entretanto, surgem problemas como o caso de Rio Tinto em que há lá uma derrocada e está lá uma situação perigosíssima; surge o problema da estrada em Curvos, igualmente com raízes de árvores a causar ali bastantes problemas. Uma situação ingerível.*

*O que é que nós perguntamos e fizemos? No fundo foi perguntar aos juristas da Câmara Municipal para perceber se havia alguma forma de irmos para tribunal com a Estradas de Portugal e provarmos que tínhamos razão e que eles, Estradas de Portugal, teriam, no mínimo, que ficar outra vez com as estradas.*

*Mas a verdade é que o que nos foi dito é que não tínhamos razão.*

*E não tendo razão, temos que assumir as nossas responsabilidades, que é para isso que eu cá estou. Eu prefiro assumir as estradas de uma vez por todas e levar a cabo as obras que temos que levar. Entretanto, também fica aqui a nota, vamos pedir uma reunião ao senhor Ministro das Infraestruturas e, no fundo, sensibilizá-lo para esta questão, em que o município acaba por ser prejudicado, se é que podemos dizer assim. Mesmo que tenha sido por omissão à data, a verdade é que não foi cumprido aquilo que era suposto ser cumprido. Portanto, vou tentar*

*sensibilizar o senhor Ministro. Mas até lá é impossível manter esta situação porque pode acontecer um acidente grave, uma morte um dia destes, e vamos andar em tribunal um tempo infinito a decidir afinal quem é que tinha responsabilidade sobre a estrada. De acordo com o que foi transmitido pelos juriconsultos eu tenho a ideia clara que, de facto, a responsabilidade é nossa e, portanto, fica-nos muito bem, voltar atrás com essa deliberação, com a da Câmara já foi tomada, e com a da Assembleia Municipal. E depois comunicar à Estradas de Portugal que assumimos a responsabilidade pela gestão das estradas; levar a cabo as intervenções e tentar pugnar por um equilíbrio entre estas duas instituições, hoje Infraestruturas de Portugal e Município de Esposende, no sentido de virmos a ser ressarcidos eventualmente por algum prejuízo que possamos ter tido. Nomeadamente tentarei que, pelo menos, fazer com que eles avancem com as intervenções que tinham previsto e que vão adiando sucessivamente. Há rotundas para fazer, passeios para fazer, não faltam aí obras para fazer nas estradas nacionais, semaforização, etc.*

*É este o posicionamento: é resolver este imbróglie e ficarmos conscientes de quem é que faz o quê.*

*Só uma nota final. Há um assunto muito grave que se prende com a situação que ocorreu do dia 21 para o dia 22 de outubro de 2013, aquando daquelas chuvadas, em Rio Tinto, precisamente no cemitério de Rio Tinto, em que, se pensarem bem, o muro suporte da estrada é o mesmo muro que serve para o cemitério e que caiu em cima de uma série de sepulturas, umas cinco, ou seis, não estou certo, e até hoje, nós não tínhamos a certeza se eramos nós que tínhamos obrigação de reparar, ou se seriam as IP. Até que isto se clarificasse não tínhamos legitimidade para o fazer. A verdade é que, a partir de agora, sendo aprovado este documento, nós vamos proceder à indemnização das pessoas que foram afetadas quando caiu o muro do cemitério em cima das sepulturas pois eles não tiveram culpa nenhuma como é evidente. Portanto, são assuntos de muita sensibilidade que carecem de ser resolvidos e não podíamos protelar mais este assunto.”*

Colocado o assunto à discussão, pelo Deputado municipal Manuel Carvoeiro foram colocadas as seguintes questões:

*“Eu nunca pensei ser confrontado com uma coisa destas. Mas cá estamos. Para isso fomos eleitos e temos que enfrentar estas coisas. Estamos aqui perante uma situação completamente bizarra.*

*Eu, à altura, recordo-me disso e até fui visitar apontamentos, eu tiro apontamentos de quase tudo e guardo as coisas- abster-me, tendo colocado questões, dúvidas que, então, tive sobre esta passagem das estradas que eram das EP para o município. Agora a questão é seguinte: Senhor Presidente, não concordo, e ele não está aqui, mas paciência, com a posição/parecer do dr. Rui Moutinho, não concordo, de todo! O Dr. Rui Moutinho no parecer que sustenta a proposta ora em discussão refere que esta Assembleia elaborou em erro e, por conseguinte, teve como pressuposto factos que na realidade não ocorreram. Mas esta Assembleia deliberou com base em informação que teve como verdadeira, fidedigna, e que foi apresentada pelo, então, Presidente da Câmara.*

*Quando o Presidente de Câmara presta aqui uma informação não faz um compromisso de honra, mas está vinculado à verdade e, portanto, se olharmos para a proposta que, na altura, foi trazida a este órgão pela Câmara Municipal, resulta claro que o problema se existiu não foi por parte da Câmara. É que houve candidaturas que foram impedidas, segundo disse, à altura, o senhor Presidente João Cepa, que também não está cá, mas temos que falar dele. O*



*que ele disse aqui na Assembleia Municipal é que foi a empresa pública- Estradas de Portugal - que dificultou todo este processo. Foi neste pressuposto que esta Assembleia deliberou. Assim, não operou em nenhum erro, salvo melhor opinião, os fundamentos eram clarinhos. A deliberação desta Assembleia teve como suporte, em termos de fundamentação, aquilo que nos foi trazido enquanto proposta por parte da Câmara. A Infraestruturas de Portugal, , querem é descartar a responsabilidade e encontram todos os expedientes legais, encontram vícios e invalidades aqui e acolá. Isto é muito complicado, eu sei, eu compreendo a situação do município que está a ser confrontado com problemas que estão aí a surgir. Agora, isto não pode ser tratado assim, como que aqui e agora é proposto.*

*Eu nem sei se na altura o Dr. Rui Moutinho não era jurista e não estava ao serviço da Câmara, e se não terá sido ele, enquanto trabalhador e jurista deste Município, a emitir pareceres sobre esta matéria. Importa saber também isso. Mas a questão é esta: não podemos andar à deriva perante estas coisas. Senhor Presidente, eu bem sei que há aqui problemas complicados, mas este imbróglio deve ser dirimido em tribunal. Nesta matéria estamos sempre a levar no pêlo do poder central e de empresas do Estado que colocam os municípios numa situação sempre muito frágil.*

*Esta Assembleia não votou de olhos fechados. O assunto foi debatido com base em fundamentação que foi trazida pela Câmara Municipal. Foi isso que foi votado. Elaborámos em erro? Como? Mas o senhor Presidente à data, João Cepa, veio mentir a esta Assembleia Municipal? Então se mentiu, isso é muito grave, isso é de uma gravidade tal, que eu nem quero crer que o Presidente, à altura tivesse mentido à Assembleia Municipal de Esposende. Isso, não me passa pela cabeça. Eu voto contra. Esta matéria deve ser dirimida em tribunal."*

Intervenção de seguida o Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Palmeira de Faro e Curvos tendo o mesmo referido:

*"Senhor Presidente da Assembleia,  
Senhor Presidente da Câmara,  
Caros deputados,*

*Duas palavras, muito rápidas. Em primeiro lugar, felicitar o senhor Presidente da Câmara pela coragem de trazer aqui este assunto e de o ter levado já à Câmara Municipal. Tinha esse compromisso connosco.*

*Ainda há quatro meses, quando visitou a freguesia, nos deu conta que o faria até ao final do ano e estou satisfeito por isso.*

*Também, deixar aqui o conhecimento de que a Junta de Freguesia da União de freguesias de Palmeira de Faro e Curvos, insistentemente, tem vindo a solicitar ao Instituto de Estradas uma intervenção na estrada e, de há seis meses para cá, temos por escrito obtido respostas de que, efetivamente, não é nada com eles, mas sim com a Câmara Municipal para quem em determinada altura eles reencaminhavam as respostas.*

*Que a Câmara assuma a estrada e o que peço é que realize obras, urgentemente, na extensão pelo menos de Curvos e Palmeira de Faro e, certamente, em toda a sua extensão. É uma estrada que tem muito trânsito, pessoas e viaturas, e que está com o piso péssimo, sinalização inexistente, sem marcação rodoviária, sem passadeiras, tudo:*

*Peço que dê uma atenção-especial a esta via e votarei favoravelmente, por essa razão."*

Seguiu-se a intervenção do Presidente da Junta de Freguesia de Gemeses, tendo o mesmo

referido:

*"Eu mais uma vez vou dizer que isto peca por tardio, mas mais vale tarde do que nunca. Mas a verdade é que muito antes de senhor Presidente tomar esta decisão, eu próprio consultei os serviços jurídicos da Câmara de Esposende, precisamente porque já tinha dito, por várias vezes e ameacei inclusive que ia fazer e ia fazer mesmo, se não fosse tomada esta posição, que eu fazer a intervenção até ao fim do ano naquilo que respeita à freguesia de Gemeses.*

*Porquê? Porque nós não podemos continuar a andar com culpas para um lado e para o outro. Eu sei que juridicamente isto é tudo muito bonito, mas a verdade é que iríamos andar mais dez ou vinte anos.*

*Claro que foi cometido um erro na altura, um erro claríssimo, não estamos a falar de mentira nem nada disso, estamos a falar, eu por acaso não estava cá na altura, mas acompanhei pelos jornais, e disse para mim próprio como cidadão, foi a maior asneira que se fez nesta Assembleia, nessa altura. E porquê? Porque nós não podemos tomar uma atitude de qualquer das formas e de ânimo leve. Essa atitude devia ser tomada e, automaticamente, nesse mesmo dia devíamos ter ido para tribunal, como foi Famalicão, etc, etc, que está a ser ressarcido em milhares de euros, precisamente porque reclamou. Agora, eu tomar de arbítrio próprio, rejeitar uma prenda que me estão a dar e o indivíduo que me deu a prenda o que pode fazer é dizer assim: "ok, tudo bem, deita o relógio fora, mas eu não vou aceitar novamente de volta." E foi o que aconteceu.*

*Na altura foi tomada essa posição e, obviamente, que a Estradas de Portugal nunca iria recuar, nunca iria, disse eu isto, aos serviços jurídicos da Câmara, nunca iria recuar, não valia a pena estarmos a perder tempo. Já houve uma morte em Gemeses, antes de eu chegar a Gemeses, exatamente junto à minha casa. Em minha casa eu passo pela vergonha de ser Presidente da Junta e ter o sítio mais perigoso de Esposende, e é verdade.*

*Nós temos um orçamento feito para a intervenção porque, entretanto, já houve outro acidente, há cerca de um ano, na curva da Senhora da Barca do Lago, onde está tudo enraizado, a estrada está toda ondulada, etc, em vários sítios.*

*Portanto, não podemos compactuar com esta situação. Ou é ou não é. Ou seja, independentemente, porque as coisas são ditas na devida altura, penso que é uma atitude em que dou os parabéns ao Presidente da Câmara por tomar esta posição e ter dito: "vamos tentar ser ressarcidos de algum modo deste impasse, conversando, dialogando com o Governo central". Acho que é a atitude mais positiva.*

*Já agora, também, e dou os parabéns. Lamento é que se tenha demorado tanto tempo para perceber isso, porque eu já tenho chamado a atenção há muito tempo, em visitas, que aquilo realmente está mau e às vezes são "peanuts" nas obras e que devem ser feitas o mais rapidamente possível. É só isso que tenho para dizer. Portanto, não vale a pena arrastarmos em processos administrativos."*

Pelo Presidente da Câmara, foram prestados os seguintes esclarecimentos:

*"Eu só gostava de explicar muito rapidamente que o caso de Esposende não tem muito a ver com o caso de outros municípios, porque aqui, qual é que era a questão? Era possível ou não, proceder à revogação deste acordo? Era. E a proposta que veio à Câmara Municipal e à Assembleia era no sentido de que era possível. Era possível no sentido de que era possível fazer isso. Agora, onde é que está a fundamentação para se fazer isso?*

*E aí basta ler aqui a alínea c) do protocolo que foi assinado, reparem bem qual é a única*

*obrigação das Estradas de Portugal: "No presente protocolo, a Câmara Municipal de Esposende assume a obrigação de preparar, com a estreita colaboração das Estradas de Portugal, EPE, um processo de candidatura aos fundos comunitários, das operações referenciadas no ponto 1, e assume a obrigação de fazer o acompanhamento dos trabalhos na sua componente material".*

*Isto é a única referência que vem às Estradas de Portugal.*

*Ou seja, a Câmara assume a obrigação de preparar um processo de candidatura, com a estreita colaboração das Estradas de Portugal. Esta é a única vinculação das Estradas de Portugal, tudo o resto são obrigações da Câmara Municipal, se lerem isso com atenção. Ou seja, como é que nós conseguimos provar que não houve colaboração da parte deles, ou que houve colaboração? Ficou tudo num sentido muito lato, portanto, não se especifica exatamente isso, o que é que é não haver colaboração? É não aparecer para uma reunião? É não preparar um documento?*

*Em termos jurídicos, nós não tínhamos a mínima hipótese de ter sucesso em tribunal.*

*Ou dizia aqui no protocolo, cabalmente, por exemplo, como diz em relação à Câmara Municipal que: "A Câmara Municipal responsabiliza-se (todas as condições são para a Câmara) pela elaboração dos estudos, dos projetos, assim como pelas expropriações eventualmente necessárias, obtendo os pareceres, as licenças, as autorizações técnicas e procedimentos previstos e praticará todos e demais atos legalmente exigíveis ao nível nacional e comunitário, bem como os custos das empreitadas correspondentes."*

*Ficou tudo do lado da Câmara, tudo! Do lado deles não ficou praticamente nada. Como é que nós conseguimos agora responsabilizá-los.*

*De certeza que o acordo de Famalicão não foi feito assim, porque se aqui dissesse que eles é que ficavam de fazer isto e eles não tivessem feito, meus amigos aí, já teríamos ido para tribunal há muitos anos. Mas não era isso que dizia o protocolo. Não valia a pena e tivemos que encontrar uma fundamentação para trazer as coisas aqui. Enfim, ficou tudo do nosso lado, e agora não há nada a fazer. Agora é assumir as responsabilidades pelos atos praticados, porque ir para tribunal, senhor deputado, era andar como disse o senhor Presidente da Junta e muito bem, mais uma meia dúzia de anos ou uma dezena de anos de volta disto sem resolver o problema e isso não interessa às populações, acho eu."*

Interveio novamente o Deputado municipal Manuel Carvoeiro, nos seguintes termos:

*"Eu acho que a argumentação jurídica aqui aduzida, na minha perspetiva, não é a mais correta. Não é. Não se trata de uma anulação administrativa não é esse o caso, porque, à altura o senhor Presidente da Câmara disse o seguinte: "nunca foi dada a possibilidade à Câmara Municipal de apresentar as candidaturas relativas às variantes, consideram-se, pois, estar reunidas as condições necessárias". Ora isto carece de uma demonstração. Eu parto do princípio que o senhor Presidente da Câmara da altura falou com verdade. Portanto, terão sido feitas diligências para apresentar candidaturas, por aí fora? Isto foi feito e as Estradas de Portugal impediram? É isto que tem de ser demonstrado em tribunal, é isto senhor Presidente. Não estamos perante invalidades que importe colmatar pela via de uma anulação administrativa. Antes admito que se pudesse utilizar, face ao novo CPA, uma outra figura a revogação"*

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal prestou os seguintes esclarecimentos:

*"Senhor deputado Manuel Carvoeiro. Não discordo de si em termos jurídicos e não vou estar*



*aqui a discutir essa questão, mas o ato administrativo certo é a anulação. Praticou um ato, tem que o anular.*

*Permitam-me, e foi aquilo que foi aqui referido pelos senhores Presidentes de Junta, é verdade que é mais fácil, é possível a gente estar a discutir em tribunal qualquer coisa uma dúzia de anos, mas, o problema é que daqui a dois anos nós não estamos cá, daqui a seis estarão outras pessoas, e o que é certo é que temos que estar disponíveis para resolver os problemas das pessoas. Nós conhecemos muitos casos de litígios nas estradas entre as autarquias e a Estradas de Portugal e quem sofre, invariavelmente, são os utentes e são os residentes.*

*Congratulo-me, também, com esta posição do Presidente da Câmara, e, não analisando a questão de fundo, estou certo também que quem tomou a deliberação à data fê-lo de boa-fé, como tudo na vida, mas o que é certo, agora, é que é preciso tomar uma posição e se temos essa possibilidade de a tomar, tomemo-la, na nossa melhor consciência.”*

Colocado o assunto a votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR MAIORIA, DOS PRESENTES, COM 21 VOTOS A FAVOR DOS MEMBROS DO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD E DOS PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA E DAS UNIÕES DE FREGUESIAS E 1 VOTO CONTRA DO MEMBRO DO GRUPO POLÍTICO DO PCP, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA ANULAÇÃO DO ATO PRATICADO PELA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A 29 DE ABRIL DE 2013, PELAS RAZÕES E PELOS FUNDAMENTOS ELENCADOS NA PROPOSTA, E NOS TERMOS DO DISPOSTO NO NÚMERO 2 DO ARTIGO 165º DO CÓDIGO DO PROCEDIMENTO ADMINISTRATIVO, POR PADECER DE UM VÍCIO DE FORMA POR FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO, POR APLICAÇÃO DO DISPOSTO NOS ARTIGOS 152º E 153º DO ALUDIDO CÓDIGO E PORQUE SE ENCONTRA DENTRO DO PRAZO LEGAL PARA O EFEITO, POR REFERÊNCIA DO DISPOSTO NO NÚMERO 1 DO ARTIGO 168º, TAMBÉM DAQUELE CÓDIGO.**

*Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: “A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia municipal de Esposende vota favoravelmente a proposta da câmara municipal para anulação do ato praticado pela Assembleia Municipal a 29 de Abril de 2013, uma vez que pretende a rápida e efetiva resolução de um assunto que não pode continuar a ser protelado por derivar de indefinições sobre a competência para gestão, manutenção e reparação de vias que estão protocoladas entre o município e as Infraestruturas de Portugal.*

*Uma vez que o município pretende investir nas vias protocoladas, beneficiando assim os utilizados das mesmas e eliminando pontos negros causadores de sinistros, torna-se imperativa a votação a favor da presente proposta.”*

**02.16 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE SOLICITAR À COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO (CIM CÁVADO) E AO CONSELHO REGIONAL DO NORTE, ÓRGÃO CONSULTIVO DA CCCR-N, QUE RECONHEÇAM O INTERESSE ESTRATÉGICO DO RIO CÁVADO PARA A REGIÃO, BEM COMO A URGÊNCIA DAS INTERVENÇÕES SOLICITADAS.**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de novembro de 2019, foi presente na sessão para apreciação e deliberação da Assembleia Municipal no sentido de que:

- **O Município de Esposende solicite junto da tutela, numa ótica de sensibilizar para a importância estratégica local, distrital e regional do rio Cávado, o reconhecimento da extrema relevância de se definir uma solução de caráter definitivo, técnica e cientificamente fundamentada, exequível sob o ponto de vista económico e ambiental, e que permita assegurar que os recorrentes problemas em presença, e que têm perdurado ao longo dos tempos, são solucionados.**

- **O Município de Esposende entende que se impõe, pois, uma séria e empenhada tentativa de encontrar uma solução, congregando forças de todas as partes interessadas, quer ao nível local, quer ao nível regional e nacional, que permita a implementação urgente de uma intervenção que dê garantias de estabilidade e durabilidade, no sentido de assegurar a salvaguarda da atividade económica local, a segurança de pessoas e bens e a proteção dos valores paisagísticos e ambientais;**

- **O Município de Esposende solicite à Comunidade Intermunicipal do Cávado (CIM Cávado) e ao Conselho Regional do Norte, Órgão consultivo da CCDR-N, que reconheça o interesse estratégico do rio Cávado para a região bem como a urgência das intervenções solicitadas. Ficam arquivados originais dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante.**-----

Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto à discussão, pelo deputado municipal Manuel Carvoeiro foi referido:

*"Sobre o assunto, concordo inteiramente com o que está aqui a dizer porque já tomei posições, ou já tomámos posições sobre a mesma. Esta faixa litoral é nossa, mas não é só nossa. Ela é demandada por muita gente que vem de fora e que nos cria também muitos problemas e isto a CIM deve assumir. Eu já o disse numa sessão pública que houve, creio que foi aqui. A CIM deve assumir isto como seu, o é um projeto com um âmbito para além do nosso concelho e tem que haver esta responsabilidade, têm que ser responsabilizados por isto. Para todo este litoral tem que haver, uma posição muito firme da CIM."*-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, APROVAR A PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL NO SENTIDO DE QUE:

- O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE SOLICITE JUNTO DA TUTELA, NUMA ÓTICA DE SENSIBILIZAR PARA A IMPORTÂNCIA ESTRATÉGICA LOCAL, DISTRITAL E REGIONAL DO RIO CÁVADO, O RECONHECIMENTO DA EXTREMA RELEVÂNCIA DE SE DEFINIR UMA SOLUÇÃO DE CARÁTER DEFINITIVO, TÉCNICA E CIENTIFICAMENTE FUNDAMENTADA, EXEQUÍVEL SOB O PONTO DE VISTA ECONÓMICO E AMBIENTAL, E QUE PERMITA ASSEGURAR QUE OS RECORRENTES PROBLEMAS EM PRESENÇA, E QUE TÊM PERDURADO AO LONGO DOS TEMPOS, SÃO SOLUCIONADOS.

- O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE ENTENDE QUE SE IMPÕE, POIS, UMA SÉRIA E

EMPENHADA TENTATIVA DE ENCONTRAR UMA SOLUÇÃO, CONGREGANDO FORÇAS DE TODAS AS PARTES INTERESSADAS, QUER AO NÍVEL LOCAL, QUER AO NÍVEL REGIONAL E NACIONAL, QUE PERMITA A IMPLEMENTAÇÃO URGENTE DE UMA INTERVENÇÃO QUE DÊ GARANTIAS DE ESTABILIDADE E DURABILIDADE, NO SENTIDO DE ASSEGURAR A SALVAGUARDA DA ATIVIDADE ECONÓMICA LOCAL, A SEGURANÇA DE PESSOAS E BENS E A PROTEÇÃO DOS VALORES PAISAGÍSTICOS E AMBIENTAIS;

- O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE SOLICITE À COMUNIDADE INTERMUNICIPAL DO CÁVADO (CIM CÁVADO) E AO CONSELHO REGIONAL DO NORTE, ÓRGÃO CONSULTIVO DA CCDR-N, QUE RECONHEÇA O INTERESSE ESTRATÉGICO DO RIO CÁVADO PARA A REGIÃO BEM COMO A URGÊNCIA DAS INTERVENÇÕES SOLICITADAS.-----

Pelo Grupo Político do PSD foi apresentada declaração de voto que se transcreve: *“A bancada do Partido Social Democrata na Assembleia municipal de Esposende vota favoravelmente a proposta da câmara municipal para reconhecimento do interesse estratégico do Rio Cávado e urgência das intervenções solicitadas, pelo seguinte:*

*- Nesta casa da democracia e em diversas sessões de assembleia a questão do interesse estratégico do Rio Cávado, da sua importância em várias áreas, do seu relevo turístico e de atratividade já foi devidamente salientado e discutido. E inerente a essa discussão, esteve sempre presente o problema da barra de Esposende e a necessidade de intervenções urgentes na mesma, pois a mesma é um manancial de perigos para quem faz do Rio Cávado e do acesso ao mar o seu meio de subsistência, problema que é correntemente reportado pelo município às autoridades competentes, sendo tal facto do conhecimento público.*

*Por isso, é de louvar a iniciativa da câmara municipal com a presente proposta, e no sentido de sensibilizar e reivindicar junto da tutela, e da CIM Cávado, para a importância estratégica do Rio Cávado e das obras urgentes que são necessárias realizar, pois assim assistimos a uma subida dos patamares, com a deslocação do debate para outra escala, passando do nível local, para o nível intermunicipal e nacional.”-----*

**02.17 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE RESÍDUOS URBANOS E LIMPEZA PÚBLICA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2020, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de novembro de 2019, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a EAmb - Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços de resíduos urbanos e limpeza pública no Município de Esposende. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----



Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.**-----

Não participou na discussão e votação do assunto, por se encontrar legalmente impedida, a segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.-----

**02.18 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, E.M. PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE EXECUÇÃO DE TAREFAS DE GESTÃO DE ESPAÇOS VERDES PÚBLICOS, DA GESTÃO DA VERTENTE AMBIENTAL E DE GESTÃO DO SISTEMA ÁGUAS PLUVIAIS NA ÁREA NO MUNICÍPIO DE ESPOSENDE PARA O ANO DE 2020, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de novembro de 2019, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto na Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o Contrato Programa entre o Município de Esposende e a EAmb - Esposende Ambiente, EM para a prestação de serviços de execução de tarefas de gestão de espaços verdes públicos, da gestão da vertente ambiental e de gestão do sistema águas pluviais na área no Município de Esposende. Fica arquivada cópia da mesma junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrita.-----

Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.**-----

Não participou na discussão e votação do assunto, por se encontrar legalmente impedida, a segunda Secretária da Mesa da Assembleia Municipal.-----

**02.19 - APROVAÇÃO DA PROPOSTA DA CÂMARA MUNICIPAL PARA A CELEBRAÇÃO DE CONTRATO-PROGRAMA ENTRE O MUNICÍPIO DE ESPOSENDE E A ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM PARA O DESENVOLVIMENTO DOS PROJETOS SOCIAIS**

**PARA O ANO DE 2020, NOS TERMOS DO Nº 5 DO ARTIGO 47º DA LEI 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de novembro de 2019, foi presente na sessão proposta para que a Assembleia Municipal aprove, nos termos do disposto no nº 5 do artigo 47º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto, o Contrato-Programa entre o Município de Esposende e a Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM para o desenvolvimento dos Projetos Sociais para o ano de 2020. Fica arquivada cópia do mesmo junto à minuta da ata da presente sessão, da qual faz parte integrante e que aqui se dá como transcrito.-----

Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto a votação:

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, POR UNANIMIDADE, NOS TERMOS DO DISPOSTO NA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, APROVAR A MINUTA DO CONTRATO EM CAUSA, BEM COMO AUTORIZAR A SUA OUTORGA PELO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.-----

**02.20 - ELEIÇÃO DE CIDADÃO ELEITOR PARA A COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE, NOS TERMOS DA AL. L) DO Nº 1 DO ARTIGO 17º DA LEI Nº 147/99, DE 01 DE SETEMBRO, COM AS ALTERAÇÕES INTRODUZIDAS PELA LEI Nº 142/2015, DE 08 DE SETEMBRO.**-----

Foi presente na sessão pedido remetido pela Presidente da CPCJ – Comissão de Proteção de Crianças e Jovens de Esposende, para que a Assembleia Municipal de Esposende promova a eleição de um novo elemento para a Comissão Alargada da CPCJ de Esposende, em substituição do elemento anteriormente designado por se encontrar em situação de incumprimento, o que se fará por eleição nominal e escrutínio secreto, através de apresentação de listas.

Pelo Presidente da Câmara foi feita uma breve apresentação do assunto.-----

Colocado o assunto à discussão, pediu para intervir o Deputado municipal Manuel Carvoeiro, tendo referido:

*“É lamentável a situação que nos é reportada pela senhora Presidente da CPCJ, Eng.ª Alexandra Roeger, dando nota aqui de uma situação clara de absentismo em resultado da falta de assiduidade de um cidadão que foi eleito por esta Assembleia.*

*É falta de respeito para com a Assembleia Municipal que o indicou e que o elegeu, para com a CPCJ, para com o concelho e suas gentes e principalmente para com as crianças e jovens.*

*Nós vamos apresentar uma candidatura, apresentamos um nome - a Isabel Contente Vinha Novais. É educadora de infância e psicóloga, desempenha há vários anos funções na equipa de Esposende-Barcelos, da educação e intervenção precoce, é pessoa muito reconhecida pelo*

*seu trabalho ligado à infância, reconhecida pelos seus pares, pela comunidade científica, pelos pais e é uma cidadã de Esposende. Está aqui presente, está lá em cima a assistir a estes trabalhos e merece a confiança desta Assembleia.*-----

Foi apresentada uma proposta pelo membro do Grupo Político do PCP, designada pela proposta "A", de acordo com a qual se pretende designar como novo elemento para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Esposende a senhora Isabel Vinha Novais e outra pelo Grupo Político do PPD-PSD, designada pela proposta "B", de acordo com a qual se pretende designar como novo elemento para integrar a Comissão Alargada da CPCJ de Esposende a senhora Zélia Susete Rosas Fernandes.-----

Colocado o assunto a votação:

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL DELIBEROU, CORRIDO ESCRUTÍNIO SECRETO, POR MAIORIA DOS PRESENTES, APROVAR A PROPOSTA "B" APRESENTADA PELO GRUPO POLÍTICO DO PPD/PSD, COM 14 VOTOS A FAVOR E 2 VOTOS BRANCOS, E DESIGNAR PARA REPRESENTAÇÃO NA COMISSÃO ALARGADA DA CPCJ - COMISSÃO DE PROTEÇÃO DE CRIANÇAS E JOVENS DE ESPOSENDE; A SENHORA ZÉLIA SUSETE ROSAS FERNANDES.**-----

**02.21 - RELATÓRIO DE GESTÃO DA EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM - 1º SEMESTRE 2019, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.**-----

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de outubro de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Gestão da EAmb - Esposende Ambiente, EM - 1º Semestre 2019, nos termos do artigo 42º da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.

**A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.**-----

**02.22 - RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE - 2018 - ESPOSENDE AMBIENTE, EM, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO. -**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de outubro de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Sustentabilidade - 2018 da Esposende Ambiente, EM, nos termos do artigo 42º da Lei nº. 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.



A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

**02.23 - INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DA EAMB - ESPOSENDE AMBIENTE, EM, PARA O ANO DE 2020, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 14 de novembro de 2019, foram presentes na sessão, para conhecimento, os Instrumentos de Gestão Previsional da EAmb - Esposende Ambiente, EM, para o ano de 2020, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

**02.24 - RELATÓRIO DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL – 1º SEMESTRE DE 2019 - DA ESPOSENDE 2000 - ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, E.M., PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO, NA REDAÇÃO DADA PELA LEI Nº 69/2015, DE 16 DE JULHO. -----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 31 de outubro de 2019, foi presente na sessão, para conhecimento, o Relatório de Execução Orçamental da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM – 1º Semestre 2019, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

**02.25 - INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL DA ESPOSENDE 2000 – ATIVIDADES DESPORTIVAS E RECREATIVAS, EM PARA O ANO DE 2020, PARA CONHECIMENTO, NOS TERMOS DO ARTIGO 42º DA LEI Nº 50/2012, DE 31 DE AGOSTO.-----**

De harmonia com deliberação da Câmara Municipal, tomada em reunião realizada no passado dia 21 de novembro de 2019, foram presentes na sessão, para conhecimento, os Instrumentos de Gestão Previsional da Esposende 2000 – Atividades Desportivas e Recreativas, EM para o ano de 2020, nos termos do artigo 42º da Lei nº 50/2012, de 31 de agosto. Ficam arquivadas cópias dos documentos junto à minuta da ata da presente sessão, da qual fazem parte integrante. -----

Colocado o assunto à discussão não se verificaram intervenções.

A ASSEMBLEIA MUNICIPAL TOMOU CONHECIMENTO.-----

**03 – PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO.** \_\_\_\_\_

De acordo com o número um do artigo quadragésimo primeiro do Regimento em vigor, o Presidente da Mesa declarou aberto o período de intervenção do público, tendo-se verificado a seguinte inscrição:

Interveio o senhor Fernando Moinho Pereira Catarino que em síntese disse:

*“Boa noite senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal,  
Senhor Presidente da Câmara,  
senhores vereadores,*

*todos os representantes eleitos para esta assembleia pelo povo de Esposende, bem como todos os cá presentes,*

*Venho cá hoje para expor problemas no bairro social de Apúlia. As garagens do bairro social começaram a ser construídas com um atraso de 20 anos ou mais. Mesmo assim iniciou-se o processo da segunda fase das garagens em 2014, havendo interessados, e as obras iniciaram-se em 2015 tendo demorado 2 anos a ser construídas.*

*Em 2017, ano de eleições, o senhor Presidente da Câmara Municipal de Esposende disse em campanha eleitoral que estava para breve a entrega das mesmas. Estamos em 2019 e nada mudou, estando uma obra com dinheiro público a deteriorar-se e os interessados nas mesmas continuam à espera. Quando é esse breve?*

*Outra questão que gostaria de levantar é sobre o preço das mesmas garagens. A Câmara falou em 8 mil a 8 mil e 500 euros. Desculpem a minha ignorância, mas acham que umas garagens a este preço num bairro social é o ajustado? Até podiam valer 15 mil euros, mas acham que, depois de anunciarem que é uma obra social que a Câmara vai fazer, pedir este valor aos moradores que vivem lá de baixos rendimentos faz sentido algum? Esta obra por esse preço tem tudo menos de social.*

*Num edifício que nem sequer tem tido obras de restauração, os moradores vão comprar uma garagem pelo preço absurdo de 8 mil euros? Talvez nós os moradores começemos a pensar em ir viver para a garagem e alugamos o apartamento para poder pagar tal investimento. Ou então, começamos a alugar a garagem como hotel para os turistas que visitarem Apúlia.*

*Tenho que dar os parabéns a toda a equipa dos serviços habitacionais, dra Marina, dra Elsa, que, dentro do que lhes é possível fazer, têm tentado de tudo para resolver tal situação.*

*Agradeço também à dra Alexandra Roeger pela prontidão, simpatia, rapidez e compreensão, durante este processo, a tentar ajudar, a resolver as coisas. Porém, está na hora do senhor Presidente da Câmara, que foi eleito para exercer as suas funções, prestar esclarecimentos públicos, principalmente aos moradores do bairro social, sobre tal situação.*

*Recentemente, solicitei por e-mail que o senhor Presidente da Câmara Municipal convocasse uma reunião na junta de freguesia de Apúlia junto dos moradores interessados no melhor e na resolução de todos os problemas, no bairro social de Apúlia. Já ouvi falar que as garagens estão por entregar devido a problemas de licença com a EDP, mas também, já ouvi, que é porque a Câmara ainda não pagou à empresa construtora.*

*Outro assunto é a criação de condomínios no bairro social, processo esse que se iniciou e em que chegamos a registar pelo menos um condomínio. Porém, tudo continua na mesma e sendo*

*a Câmara Municipal proprietária de alguns apartamentos deveria ser mais fácil e rápida a resolução dos problemas do bairro social de Apúlia. O bairro social necessita de obras urgentes em todo o edifício, principalmente no telhado, em que os moradores dos pisos superiores têm tido problemas graves de infiltração e, mais uma vez volto a referir, sendo a Câmara proprietária de alguns apartamentos, deveria ter efetuado junto com os outros proprietários obras de restauração no edifício.*

*O edifício tem 30 anos, penso, e quantas obras de restauração foram lá efetuadas?*

*Há 2 anos que tenho tentado obter informações e acelerar a resolução dos problemas, através de reuniões e e-mails, com os serviços habitacionais e com a dra Alexandra Roeger, mas tudo tem continuado na mesma.*

*Não vim cá para apenas eu ouvir explicações, mas sim, para solicitar ao senhor Presidente da Assembleia que exija respostas e responsabilidades ao senhor Presidente da Câmara sobre tal problema.*

*Já ouvi cá falar em boa gestão de projetos e obras iniciadas. Quem conhecer Apúlia verificará que todas as obras se encontram paradas. Vários projetos e obras já foram anunciados, mas, infelizmente, parece-me que serão obras e projetos que serão usados como campanhas eleitorais. Falta agora saber em qual ano vão cumprir, em 2017 já não foi. Será em 2021, ou 2033? E dirijo esta pergunta quer ao senhor Presidente da Câmara, bem como, a todos os partidos representados nesta Assembleia.*

*Lamento que em Esposende se viva demasiado de promessas e jogos políticos entre todos os partidos, quer seja do executivo, quer seja da oposição, sempre com o objetivo de apenas e simplesmente, ganhar mais votos, e se arranjar mais alguns "tachinhos", tal como se vê na realidade política do nosso país.*

*Em Apúlia teria muitos outros assuntos para expor cá na Assembleia, mas vou deixar para outra minha presença nesta Assembleia.*

*Muito obrigado."*

Terminadas as intervenções do público o Presidente da Mesa da Assembleia deu a palavra ao Presidente da Câmara Municipal tendo prestado esclarecimentos nos seguintes termos:

*"Senhor Fernando Catarino,*

*Muito obrigado antes de mais, por ter ficado até ao final e pela sua perseverança, e ainda bem que veio à Assembleia para colocar essa questão.*

*A questão é muito simples, quer dizer é complicada e simples de responder ao mesmo tempo.*

*Tem razão, foi feito lá um bairro e nunca foram construídas as garagens que vocês precisavam. Nós avançamos com essa empreitada e infelizmente, imaginem só, quem é que é o empreiteiro dessa empreitada? A ACF, a mesma empresa do problema dos outros sítios todos.*

*E o que é que aconteceu? Não é que nós não tivéssemos todas as licenças e autorizações, foram construídas as garagens e depois é preciso certificar a instalação. Ora como esse empreiteiro não pagou ao subempreiteiro, não é a Câmara que deve nada a ninguém, que fique bem claro, o empreiteiro é que não pagou ao subempreiteiro que fez a obra de eletricidade, e ele não lhe emite a certificação da instalação, o que não permite que se peça a energia definitiva à EDP. É isso que aqui está em causa, porque da nossa vontade, pense bem, nós investimos lá cento e setenta mil euros, ou cento e oitenta mil euros, à volta disso, e queremos vender as garagens a quem precisa delas, como é óbvio. Vocês estão a precisar delas e nós podemos recuperar o investimento para depois, nem que seja a pagar aos bôcados,*



*não interessa, mas podemos recuperar parte do investimento, para fazermos outras obras em Apúlia. Porque as coisas são mesmo assim, não o podemos fazer porque falta esse tal documento.*

*Entretanto, nós temos uma solução. Aliás, ele foi sempre prometendo que ia pagar ao subempreiteiro, até ao momento em que nós chamamos o subempreiteiro para saber como era. Nós temos uma solução que, provavelmente, já está em execução e que é executar a garantia bancária e aí vamos ser nós a pagar ao subempreiteiro para que ele emita o documento, para que possamos fazer a ligação da energia junto da EDP. O que vai acontecer a seguir é um processo que já está a ser preparado há muito tempo. Tenho a certeza que a senhora vereadora Alexandra Roeger já lhe disse que haverá uma hasta pública e depois o sorteio normal pelas garagens e tudo isso. Para que fique bem claro, senhor Fernando, é este o ponto da situação. Não depende diretamente de nós, a obra está feita, está paga, não devemos um cêntimo à empresa, quem deve é o empreiteiro ao subempreiteiro e, portanto, ficamos sem a certificação da instalação. É só isso. De resto foi tudo feito direito. E tem toda a razão quando diz que, ainda bem que vocês acederam a criar um condomínio, isso é fundamental para se poder fazer intervenções, para nós podermos colaborar, para ajudarmos.”*-----

Pediu uma vez mais a palavra o senhor Fernando Catarino, que depois de devidamente autorizado pelo Presidente da Mesa da Assembleia, colocou a seguinte questão:

*“Eu pergunto se a Câmara Municipal ou quem projetou, quem fez esse projeto, se acha que, umas garagens num bairro social, no valor de oito mil e quinhentos euros, é uma obra social. Porque foi aquilo que foi anunciado, e foi colocado um placar a anunciar que era uma obra social. Oito mil e quinhentos euros para pessoas com baixos rendimentos, não é obra social nenhuma.”*-----

O Presidente da Câmara Municipal respondeu, nos seguintes termos:

*“Senhor Fernando, tudo aquilo que tenha a ver com património municipal, tudo o que seja vendido, tem que ser precedido de uma avaliação, nós não podemos vender pelo preço que queremos. Eu não posso vender por dois ou três mil euros porque é o dinheiro de todos que está em causa e, portanto, isso deve ser o resultado das avaliações. Se vamos ou não, criar um mecanismo para apoio às famílias que precisam, isso terá que ser avaliado, também em função dos rendimentos das pessoas, porque, senhor Fernando, o senhor pode ter dificuldades económico-financeiras, não sei se tem, mas pode haver lá vizinhos seus que se calhar têm mais dinheiro do que eu, ou do que qualquer um que está aqui dentro, não sabemos, e não vai ficar com uma garagem por um determinado valor, e o senhor pelo mesmo, quando o senhor tem dificuldades e o outro não tem. Ou seja, o processo tem que ser assim, o valor tem que ser fixado em função do valor justo da garagem e, depois, terá desconto ou não, conforme a circunstância que tenha de rendimentos. Portanto, deixe as pessoas falar e, no momento certo, nós apresentaremos as condições para a aquisição das garagens.*

*Outra coisa, a possibilidade delas serem compradas e pagas em prestações também será considerada com toda a certeza.”*-----

---Pelo Presidente da Mesa foi proposto que a ata da presente reunião fosse aprovada em

minuta, para efeitos imediatos, pelo que, nada mais havendo a tratar, foi a mesma minuta elaborada e, depois de lida, foi submetida à aprovação da Assembleia Municipal, tendo sido aprovada por unanimidade, para efeitos de execução imediata das deliberações tomadas.-----

---Sendo 02 horas e 20 minutos, pelo Presidente da Mesa foi declarada encerrada a presente sessão.-----

O Presidente da Assembleia,



O Primeiro Secretário,



A Segunda Secretária,

